

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

**“As Razões , as Paixões, as Contradições, de Morar no Lugar Antigo.
Uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano.
Pólo Santo Antônio, São Luís, Maranhão”.**

Marluce Wall de Carvalho Venancio

**Recife, PE
2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do Curso de Pós-Graduação Stricto-Sensu.

“As Razões , as Paixões, as Contradições, de Morar no Lugar Antigo. Uma investigação sobre o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano. Pólo Santo Antônio, São Luís, Maranhão”.

Marluce Wall de Carvalho Venancio

Banca Examinadora:

**Profa Orientadora: Dra Norma Lacerda
Profa Circe Maria Gama Monteiro
Profa Angela Freire Prysthon**

UFPE, 30 de julho de 2002

AGRADECIMENTOS

O processo de produção de uma dissertação de mestrado é um precioso momento de crescimento, não apenas intelectual, mas de vida, no sentido de que, de alguma maneira, saímos fortalecidos pelas batalhas vencidas contra o desconhecido que transformamos em conhecido, mediante a reflexão e a investigação teórica e metodológica. É, também, um momento de convívio com pessoas especiais. Contudo, às vezes, temos a imensa sorte de somar, nesse processo, a possibilidade de fortalecimento de um grupo de trabalho. Essa foi uma dessas oportunidades.

Conhecer ou estreitar a convivência com as pessoas que participaram desse processo, os professores do MDU, os administradores da UEMA, os funcionários de ambas as Universidades, os companheiros de jornada, tudo isto foi um momento de enriquecimento pessoal muito grande. Momento de enriquecimento coletivo também, que o mestrado proporcionou, com a oportunidade de estreitar a convivência, de fortalecer o trabalho conjunto na construção de um curso de qualidade, de fortalecer o companheirismo, a amizade entre nós.

É hora de agradecer a todas essas pessoas. A todos que contribuíram, de uma maneira ou de outra nessa jornada. Foram tantas e tão preciosas as contribuições, que peço licença para, usando um recurso utilizado pelo cinema, agradecer segundo a ordem “de entrada em cena”.

Em primeiro lugar, agradeço a *Abelardo Nascimento*, primeiro diretor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, mentor intelectual da idéia da realização de um mestrado interestadual que envolvesse todos os professores. Obrigada por sua inspiração e por ter iniciado os contatos, ainda em 1997, com o Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, na pessoa de *Norma Lacerda*.

Conhecer *Norma Lacerda* foi um desses momentos especiais de enriquecimento pessoal. Obrigada, Norma, por sua generosidade, por ter acreditado no nosso projeto. Por sua disponibilidade em trocar telefonemas e e-mails com uma escola recém – criada, em busca de capacitação. Obrigada também pela orientação segura, que interesses e pensamentos comuns acabaram por nos aproximar ainda mais de modo que pude aproveitar seu conhecimento e desfrutar do seu convívio também nessa fase de elaboração da dissertação. Obrigada por me ter apresentado a teoria das representações sociais, que tem revolucionado o meu modo de pensar a cidade.

Outro momento especial foi conhecer e conviver com *Sílvia Zancheti*. Na verdade o primeiro contato pessoal com o MDU, uma vez que *Sílvia* veio a São Luís, ainda em 1997, para avaliar as possibilidades de convênio entre UEMA/UFPE e a partir daí elaborar o projeto do curso em si. Agradeço a *Sílvia* pela orientação desde o início da elaboração do projeto de Mestrado Interinstitucional UEMA/UFPE. Por ter acolhido e abraçado a proposta do Curso de Especialização em Conservação Integrada, do CECI, como um caminho de viabilização do Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Por ter compartilhado conosco seu conhecimento e sua competência. Pela discussão em torno da Conservação Integrada Urbana e Territorial.

Obrigada a todas as pessoas e instituições que contribuíram para viabilização do mestrado: ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual do Maranhão, *Prof. César Henrique dos Santos Pires* e toda sua administração, aqui representada pelos Pro-Reitores de Planejamento, *Prof. Celso Lago*; de Administração, *Profa. Ana Sílvia Tavares* e de Pós-Graduação e Extensão, *Prof. José Augusto Oliveira*, pelo apoio e pela coragem de acreditar que é possível se fazer da UEMA uma Universidade de qualidade.

A *Jô*, Diretora do Museu Histórico de São Luís, por ter acolhido as nossas aulas em seu auditório e os alunos por toda a parte. Obrigada também a toda a sua equipe, sempre paciente e disposta a contribuir.

A *Luiz Phillipe Andrés*, por tudo. Obrigada por ter cedido sua sala de reuniões, seus computadores, seus livros e arquivos, toda sua “infra-estrutura”, além de seus já famosos slides e palestras. Por participar conosco nessa jornada, como estudante, como amigo. Obrigada pelo trabalho que vem realizando na conservação e preservação do patrimônio cultural urbano de São Luís. Obrigada pelo apoio incondicional de todas as horas.

À *Universidade Federal de Pernambuco*. Ao *Mestrado de Desenvolvimento Urbano*. Ao *CECI* – Centro de Conservação Integrada. Ao *Instituto de Patrimônio Histórico Nacional*.

A *Penha, Augusto, Rebeca, Jonas e Catarina*, pela especial atenção e carinho com que sempre fomos recebidos, todos nós, aqui do Maranhão.

A *Lurdinha*, secretária (do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em São Luís) e a *José Carlos*, pelo suporte na organização do curso e do departamento, pelo apoio nas tarefas cotidianas, apoio de todos os dias e dos dias especiais, do cafezinho às comemorações de aniversário, ou de qualquer ocasião, essenciais para manter o “alto astral” e a coesão do grupo.

Aos professores do MDU e do CECI, por compartilharem conosco seus saberes e talentos. Por seus comentários sempre precisos, pela orientação, pelo carinho, por permitirem a nossa amizade. Obrigada a *Virginia Pontual*, que terei sempre como exemplo de capacidade de chegar ao “centro da questão” com uma intervenção precisa e clara. A *Tomás Lappa*, pela contribuição valiosa a meu trabalho no momento de aprovação do projeto de pesquisa. A *Vera Milet*, a quem agradeço ainda a intervenção num momento difícil de aprovação do convênio. A *Lúcia Leitão*, por ter aberto um novo caminho na investigação da cidade. A *Geraldo Marinho*, pela participação no Módulo 3. A *Ana Rita Sá Carneiro*, que me ensinou a olhar a cidade e a paisagem, com outros olhos. A *Luis de La Mora*, pela discussão em torno dos processos de participação e negociação, pelo incentivo e comentários feitos ao meu trabalho. A ambos, por me terem ensinado a pesquisar criteriosamente. A *Fátima e Ricardo Furtado*, pela competência na condução do Módulo 7. Todos, pessoas especiais.

Agradeço a meus companheiros, professores da UEMA, que superaram todas as dificuldades inevitáveis no fazer um mestrado sem se afastar da sala-de-aula. Com eles compartilhei as angústias e alegrias de um percurso sempre trilhado dentro do espírito de companheirismo, de camaradagem. Seja no “seminário” de preparação para a seleção de mestrado, seja no dia-a-dia da sala-de-aula, seja nos dias (e noites) reunidos, discutindo e elaborando, juntos, trabalhos e seminários. Nas viagens que fizemos juntos a Recife. A contribuição de cada um foi e é fundamental no processo de produção de conhecimento individual. A todos e a cada um, obrigada. A *Margareth, Grete, Fred, Hermes, Bárbara, Márcia, Célia, Sanadja, Thaís, Vitor Hugo, Carlão, Terezinha, Clayton, Andréa e Fabiano*.

A *Luciana, Chico Maranhão, José Marcelo* que, não sendo professores na UEMA, se integraram rapidamente no grupo. A *Lúcia, José Antônio e Débora*, com muito orgulho em tê-los não mais como alunos, mas como colegas de classe. A *Magela, Adriana, Isidro e Alcindo*. Contribuições ainda do tempo do curso de conservação integrada. E, em especial, a *Célia e Luciana* com quem dividi horas de estudo em busca da compreensão do referencial teórico comum e cuja contribuição vai além da intelectual. Obrigada Célia. Obrigada Luciana. Pelo carinho, pela amizade, pelo companheirismo.

A *Alex Oliveira*, por tudo e mais um pouco. Por ter trocado a Paraíba por São Luís. Pelo apoio de sempre a todos nós, por compartilhar conosco a sua experiência de mestre e, principalmente, de mestrando. Por ter assumido a coordenação do mestrado em São Luís com dedicação e competência. Por dividir os momentos difíceis, sempre com muito bom humor. Por ter aceitado o desafio de assumir a direção do Curso de Arquitetura e Urbanismo mesmo tendo de adiar o esperado doutorado. Por sua amizade.

Obrigada aos moradores do centro de São Luís sem os quais não seria possível a realização dessa pesquisa, pelo carinho com que receberam as nossas visitas.

Aos colegas, professores que, por um motivo ou por outro não participaram do mestrado como alunos, mas que nem por isso deixaram de contribuir, muitas vezes acumulando tarefas do curso.

Finalmente, como créditos especiais, uma vez que não segue mais uma ordem de entrada em cena, obrigada aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, pela compreensão e paciência, pelo incentivo e apoio.

E, principalmente, obrigada a minha família, pelas horas de convivência roubadas, pela paciência, pelo apoio e carinho de sempre. A minha mãe Regina, a minha irmã Mariza. A meu marido, Luis Carlos, companheiro e amigo, pelo apoio e incentivo, sempre disposto a dividir (ou mesmo assumir sozinho) nos momentos críticos, as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos.

A meus filhos, Pedro, Luisa e Francisco, que não pouparam esforços para ajudar no possível, seja no apoio técnico com o computador, seja ainda com as fotografias digitais, seja com as críticas aos textos.

Por fim, obrigada a todas as pessoas que contribuíram de uma maneira ou de outra na realização dessa dissertação.

DEDICATÓRIA

**A meus filhos,
Pedro, Luisa e Francisco.**

**Aos alunos do
Curso de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Estadual do Maranhão.**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
DEDICATÓRIA	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
RESUMO/ ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 A CONSTRUÇÃO DO NOVO, A PROTEÇÃO DO PASSADO	12
1.1 As Concepções Modernas de Urbanização Emolduram a Intocada Respeitabilidade desta Cidade Histórica	12
1.2 Pensar a Cidade é Pensar o Indivíduo	21
2 O CONHECIMENTO SOCIALMENTE ELABORADO E COMPARTILHADO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	27
3 A METODOLOGIA	35
3.1 A Estratégia adotada	35
3.2 Procedimentos metodológicos	36
3.2.1 A coleta de dados	36
3.2.1.1 A entrevista: definição dos entrevistados	36
3.2.1.2 A entrevista : entrevistando	39
3.2.1.3 A observação do cotidiano do lugar	40
3.2.2 Análise das narrativas	41
3.2.3 A interpretação das narrativas	42
4 A OBSERVAÇÃO DIRETA DO LUGAR	43
4.1 Observando o Trecho “Seminário”	43
4.2 Alguns Dados a Mais	51
4.3 Observando o trecho Santo Antônio	55
5 O LUGAR, NA FALA DOS MORADORES	60
5.1 A identidade do lugar na representação dos moradores	60
5.2 As representações dos moradores do grupo Seminário	63
5.2.1 Os temas emergentes	63
5.2.2 Igual, mas diferente: o “nicho”	65
5.2.3 A condição “central”	70
5.2.4 A tranquilidade	72
5.3 A representação dos moradores do Grupo Santo Antônio	73
5.3.1 A identidade no passado	73
5.3.2 O “modernismo”	79
5.3.3 A insegurança	83
6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO SANTO ANTÔNIO ACERCA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	85
6.1 O Patrimônio como “Normas a Seguir”	85
6.2 O Patrimônio como o “Reviver”	87
6.3 O Patrimônio, de quem é?	91
6.4 As Contradições	93
6.5 A Informação, as Imagens, as Atitudes	96
7 CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da Área de Proteção Histórica (Andrés, 1998, p. 37).....	5
Figura 2	Mapa da Área de Pesquisa: Pólo Santo Antônio (Andrés, 1998, p. 37).....	6
Figura 3	Fonte do Ribeirão	7
Figura 4	Igreja de Santo Antônio.....	7
Figura 3.1	Mapa da área pesquisada: Santo Antônio – Seminário.....	37
Figura 3.2	Quadro dos Entrevistados	38
Figura 4.1	Trecho “Seminário”	44
Figura 4.2	Rua Padre Antônio Vieira, esquina com a Rua da Saavedra.	44
Figura 4.3	Rua da Saavedra. Vista da esquina da Rua Padre AntônioVieira.....	45
Figura 4.4	Casas na Rua Padre Antônio Vieira.....	45
Figura 4.5	Porta-e-Janela na Rua Padre Antônio Vieira.....	46
Figura 4.6	Morada inteira com mirante na Rua Padre Antônio Vieira.....	46
Figura 4.7	Morada inteira com mirante na Rua Padre Antônio Vieira.	47
Figura 4.8	Meia-morada na Rua Padre Antônio Vieira.....	47
Figura 4.9	Mapa do trecho em observação.....	48
Figura 4.10	Rua do Rancho. Bandeirinhas de São João.....	48
Figura 4.11	Rua do Rancho. Movimento de domingo.....	49
Figura 4.12	Casas na Rua do Rancho. Meninas à frente da <i>porta e janela</i>	49
Figura 4.13	Mapa do trecho Seminário	49
Figura 4.14	Rua Oscar Galvão. Fim de tarde	50
Figura 4.15	Rua Oscar Galvão. Movimento de final de semana.....	50
Figura 4.16	Gráfico da Faixa Etária da População Residente. Grupo Seminário”	51
Figura 4.17	Gráfico do Tempo de Moradia - Grupo “Seminário”.....	52
Figura 4.18	Gráfico da Faixa Etária dos Moradores – Grupo “Santo Antônio”	52
Figura 4.19	Gráfico comparativo da faixa etária dos dois grupos.....	53
Figura 4.20	Gráfico do Tempo de Moradia no Pólo Santo Antônio 1	53
Figura 4.21	Gráfico do Tempo de Moradia no Pólo Santo Antônio 2	54
Figura 4.22	Gráfico da Faixa Etária/ Tempo de Moradia. Pólo Santo Antônio	54
Figura 4.23	Gráfico Faixa Salarial. Pólo Santo Antônio.....	55
Figura 4.24.	Mapa do Santo Antônio.....	55
Figura 4.25	Casas na Rua de Santo Antônio. Fim-de-semana.....	56
Figura 4.26	Casas na Rua Santo Antônio. Durante a semana.....	56
Figura 4.27	Casas na Rua Santo Antônio. Movimento do estacionamento.....	57
Figura 4.28	Casa na Rua da Cruz.....	57
Figura 4.29	Casas na Rua de Santo Antônio. Meia- morada com dois pavimentos.....	57
Figura 4.30	Casa do Muxarabi e entrada da Vila Margarida.....	58
Figura 4.31	Vila Margarida.....	58
Figura 4.32.	Casa do Muxarabi.....	58
Figura 4.33	Antigo Prédio da Escola de Música hoje Escola de Artes Cênicas.....	59
Figura 4.34	Rua do Ribeirão.....	59

Resumo

Este trabalho busca compreender o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano de São Luís do Maranhão, Pólo Santo Antônio, zona de tombamento estadual. Tem como objetivo apreender como as representações sociais dos seus moradores atuam na definição do seu habitar. Caracteriza o habitar contemporâneo no centro de São Luís, identificando o processo de produção do espaço urbano a partir do momento de ruptura com a cidade antiga na década de 1970, considerando a dimensão subjetiva no processo de construção da cidade, seus valores e suas motivações. Como referencial, a teoria das representações sociais de Serge Moscovici favorece a lógica própria do senso comum, orientando o percurso metodológico que utiliza a estratégia de história de vida, privilegiando os moradores como atores e autores de sua história. Principais questões norteadoras a investigação: que significado tem, para os moradores, a inclusão da sua casa como patrimônio estadual, federal e até... da Humanidade? Que pensam sobre o morar no lugar antigo? Como se dá essa relação entre o habitar e o ser patrimônio cultural? Até que ponto o “tombamento” influencia o seu modo de ser e de viver?

Abstract

This dissertation seeks to understand the contemporary living in a historic preservation area, Pole Santo Antonio, São Luís, Maranhão by attempting to apprehend how the dwellers' social representations influences their decisions about where to live and about their way of life. It characterizes the contemporary living in the city center, and identifies the production of the urban space since the rupture with the old city in the 1970s, considering the subjective dimension, the values and motivations, involved in this process. As the theoretical and methodological support, Serge Moscovici's social representations theory emphasizes the common sense and orients the methodology that defines the dwellers as agents and authors of their own narratives of life in order to answer the following questions, “What does it signify, for the people who live there, the inclusion of their own property in a historic preservation area?”, “What do the residents think about living in this old and historic place?”, and, “ Which consequences and influences can be perceived in their way of live?”.

INTRODUÇÃO

Moro no Patrimônio Histórico. E agora?

De fato, que significado tem, para os moradores, a inclusão da sua casa como patrimônio estadual, federal e até... da Humanidade? Que pensam os moradores sobre o morar no lugar antigo? Como se dá essa relação entre o habitar e o ser patrimônio cultural? Até que ponto o “tombamento” provocou mudanças no modo de ser e de viver das pessoas?

Este trabalho é uma tentativa de compreender o habitar contemporâneo no patrimônio cultural urbano sob o ponto-de-vista de seus moradores. Em outras palavras: tem como objetivo apreender de que maneira as representações sociais dos moradores de áreas urbanas de interesse histórico, artístico, cultural e paisagístico, influenciam na definição do seu habitar. Como referencial, a teoria das representações sociais de Serge Moscovici privilegia a lógica própria do senso comum permeada de imagens, idéias e sentimentos.

“O patrimônio histórico construído é hoje parte integrante do processo de urbanização e planejamento territorial”, diz Françoise Choay no prefácio da edição italiana do seu “L' allégorie du patrimoine” (1995, p.7). Falar de planejamento urbano é falar de planejar a cidade, o que significa falar também de construções, uma vez que não se pode compreender a cidade sem elas. No entanto, o processo de planejamento urbano e regional permaneceu, durante um longo tempo, distanciado das políticas de conservação e preservação do patrimônio histórico. Patrimônio histórico tem estado relacionado com a manutenção do antigo. Planejamento urbano tem significado desenvolvimento, novo, moderno.

Patrimônio histórico significa um complexo de bens, tais como obras de arte e produtos os mais diversos do trabalho e do conhecimento humano, reunidos por uma característica comum: o fato de pertencerem ao passado ou à História, ao mesmo tempo em que lhes é atribuído um determinado valor enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos, o que lhes confere o direito de proteção visando sua conservação.

Dentre as categorias de Patrimônio Histórico, o patrimônio construído apresenta uma particularidade: não é possível colecionar edifícios, colocá-los em museus, como as obras de arte. É imprescindível uma política de conservação e preservação. Mais do que isso, o patrimônio histórico construído é, ao mesmo tempo, testemunha e produto da atividade humana, configurando-se, desse modo, como uma grande representação da sociedade que o construiu. Como diz Milton Santos (1997), se na análise do fato urbano é possível identificar as datas e os estilos a partir das técnicas utilizadas, o significado pleno do patrimônio construído só pode ser obtido, levando-se em consideração o espaço, que é o somatório da

paisagem (natureza e ambiente construído) e da vida que ali se desenvolve. Desta maneira, o patrimônio urbano carrega em si, além do valor artístico de determinada forma de construir, de determinado estilo, o valor da vida que ali se desenvolveu e desenvolve.

Conservar não é, portanto, um ato de nostalgia. Conservar parte do princípio de que, por conter em si esse valor da vida que se desenvolveu e desenvolve, “el patrimonio cultural tangible es uno de los más importantes recursos no renovables del mundo” e por isso “se necesita de un esfuerzo especial para compensar el desequilibrio existente entre nuestras propias necesidades y las de su protección” (JOKILEHTO; FEILDEN, 1995, p. 30), uma vez que é imprescindível que a condição de vida atual não sofra prejuízos, mas pelo contrário, seja beneficiada com a conservação do patrimônio urbano. E mais ainda: que esse patrimônio possa ser transmitido se não nas mesmas, em melhores condições, para as gerações futuras.

Coloca-se, portanto, a necessidade de referenciar as ações de preservação, conservação, restauro e revitalização do patrimônio no contexto de um planejamento urbano e territorial que considere tanto os núcleos novos quanto os antigos, assim como os significados e usos que a população pode conferir a eles.

É nesse sentido que este trabalho busca entender o processo que São Luís tem vivido desde o momento em que se definiu, mais concretamente, a necessidade de proteção da “cidade histórica” no mesmo processo de busca do que o governo, àquela época, em suas diversas esferas, denominava modernização da cidade. Entender esse processo sob o ponto-de-vista dos seus moradores, que vivenciaram a transformação do seu patrimônio pessoal em patrimônio cultural urbano.

Um patrimônio urbano que se conservou, como diz Andrés (1998, p.27), intacto ao longo de três séculos de História, de tal forma que

Seu atual Centro Histórico conserva, como em nenhum outro lugar do mundo, a maior extensão de arquitetura civil de direta origem européia, adaptada a um meio ecológico único, ao clima e às necessidades específicas da zona equatorial (ANDRÉS, 1998, p.27).

O conjunto urbano é produto dessa história. Produto e testemunha. Permanecendo até hoje, conta, desde os primeiros momentos, a colonização e a construção da cidade. O Forte São Luis, o Seminário de Santo Antônio, o Largo do Carmo, o Desterro, a Praia Grande, os casarões. Produtos e testemunhas de uma ocupação urbana que contou com um traçado ordenado, obra do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, o qual segue as Ordenações Filipinas que, àquele tempo, orientavam as cidades espanholas americanas¹, tendo como principal característica as quadras e lotes regulares. Os lotes pequenos permitiam as

¹ Não se pode esquecer que o Brasil estava, àquela época, sob o domínio da Espanha.

moradias populares, as portas-e-janelas. Em alguns casos alguns lotes se juntavam permitindo a construção das moradas inteiras e dos solares².

Além disso, a localização de São Luís proporcionava acesso mais fácil para Portugal. Com o tempo, o modelo econômico implantado³ acaba por propiciar grande desenvolvimento urbano. É o momento da criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão. O pólo econômico principal fica concentrado no Porto da Praia Grande e no centro de São Luís. São Luís se relacionava diretamente com a metrópole. Os ricos mandavam os filhos estudarem em Lisboa e Coimbra. Florescia a arte e a literatura. São Luís era a “Athenas Brasileira”. As precárias casas de taipa e palha foram substituídas por sólidas edificações de alvenaria de pedra, com detalhes construtivos mais sofisticados, perfeitamente adaptados ao clima, uma “arquitetura na medida exata da convivência do formalismo europeu com o meio tropical” (SILVA FILHO, 1998, p. 17). Embelezam-se as ruas, as praças e as fontes.

Na segunda metade do século XIX, São Luís passa a crescer e a edificar com regras. A cidade acaba por se tornar o quarto centro urbano do país. Entretanto, a economia sofre um grande baque com o fim da escravidão, fonte de mão-de-obra da agricultura. A tentativa de recuperação se dá com a instalação de um parque industrial. Vender-se-ia o tecido, ao invés do algodão e do linho natural. Instalam-se as indústrias. São Luís passa a ser chamada de a Manchester Brasileira.

Outro golpe: a indústria não se desenvolveu como se esperava. Por um lado, a ligação com a Europa fica prejudicada com o assoreamento do Porto. Por outro, São Paulo e Rio de Janeiro tornam-se os grandes centros produtores do país. São Luís fica, literalmente, no fim da linha. Depois de Athenas e Manchester, os anos de solidão.

Depois do tempo de abundância e riqueza, a cidade se expandiu lentamente, saindo da Praia Grande e bairros vizinhos, subindo a Rua Grande até o Anil, distante do centro mais ou menos doze quilômetros. Até que a ponte de São Francisco sobre o Rio Anil, no final dos anos 60 e, mais tarde, o Plano Diretor do Município de São Luís, elaborado pela prefeitura na década de 1970, iniciam a trajetória de modernização da cidade. O plano, que tem como objetivo a modernização da cidade, implanta um conjunto de vias em quase todo o município, encurtando as distâncias para as praias, possibilitando novos bairros, impulsionando o crescimento da cidade em outra direção, para o outro lado do rio.

² Uma tipologia especial caracterizada pelas aberturas na fachada, ou seja: as portas e as janelas. A menor unidade possui uma porta e uma janela, como o nome diz. A morada inteira apresenta uma porta ao centro da fachada e duas janelas simetricamente colocadas, duas à direita e duas à esquerda. A meia-morada, mais uma vez como o nome diz, é a morada-inteira “cortada” ao meio, apresentando as duas janelas ao lado de uma porta que não está mais no centro.

³ São Luís adota um modelo de produção agrícola destinado a suprir a metrópole recebendo incentivos da Coroa para promover a exportação e comercialização desses produtos.

O mesmo plano propõe uma política de preservação da cidade histórica. Prevê convênios entre as diferentes esferas governamentais e cria estímulos fiscais. Transfere para o departamento de patrimônio histórico - Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico - que acabava de ser criado no bojo das mesmas propostas, a aprovação de projetos de reforma das edificações localizadas nas áreas de interesse histórico.

A própria divisão adotada no plano, Zona de Interesse Histórico com Uso Residencial Predominante e Zona de Interesse Histórico com Uso Comercial Predominante, retrata exatamente o que existia, naquele momento, no centro de São Luís: comércio e residência. O primeiro, mais concentrado na Rua Grande; as residências, em toda a parte.

Os fatores que impulsionaram o Plano Diretor de 1974 e sua avaliação merecem um estudo mais aprofundado, contudo seus resultados podem fazer-se sentir, principalmente, no que diz respeito à dualidade entre o espaço novo e o antigo.

Dualidade que se pode avistar na Beira-Mar, na Baía de São Marcos, quando, de um lado, está o centro da cidade com o Palácio dos Leões, local da fundação da cidade e, do outro, a Ponta de São Francisco. Tão diferentes entre si que viajantes desavisados podem imaginar duas cidades: uma com quase quatrocentos anos, a outra com menos de trinta. A primeira, densa e compacta. Com seus casarões e azulejos, permaneceu quase intocada. A outra tenta adotar para si o modelo de “cidade grande”.

No mundo inteiro a era industrial revolucionou o mundo de tal modo que fez surgir um “antes”, onde se encontrava a cidade antiga e um “depois,” onde se inicia a nova cidade. A questão é que, enquanto o processo de desenvolvimento das grandes cidades brasileiras tomava impulsos de industrialização e urbanização (gerando o conflito entre proteger o antigo e promover o desenvolvimento) São Luís via-se às voltas com uma situação de crise econômica que afastava a pretensão de grandes modernizações.

Mesmo assim, pode-se dizer que, a partir da década de 1970, São Luís vive, não um “antes” e um “depois”, mas um “centro” onde fica a cidade antiga e um “outro lado do Rio Anil”, onde começa a ser construída a nova e moderna cidade. Mesmo assim, o antigo núcleo permaneceu. Por certo a expansão da cidade em direção às praias contribuiu para a conservação do núcleo histórico (ANDRÉS, 1999), uma vez que o deslocamento dos novos investimentos para o “outro lado da ponte” alivia as tensões de “renovação urbana” no centro. No entanto, isso não impediu o conflito entre intervenções e conservação. As medidas de preservação e conservação, naquele momento, não foram capazes de fazer frente às novas centralidades, não foram capazes de impedir o processo de deterioração e abandono que, pouco a pouco, foi tomando conta do antigo centro, especialmente na área da Praia Grande.

A grave situação de abandono acaba por gerar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH) de São Luís, iniciado em 1979, sendo a primeira etapa finalizada na década de 1980. A partir daí, “devido ao tamanho do Centro Histórico de São Luís e à inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se como Centro Histórico a área da Praia Grande pelo seu significado e sua tradição” (ANDRÉS, 1998, p. 82).

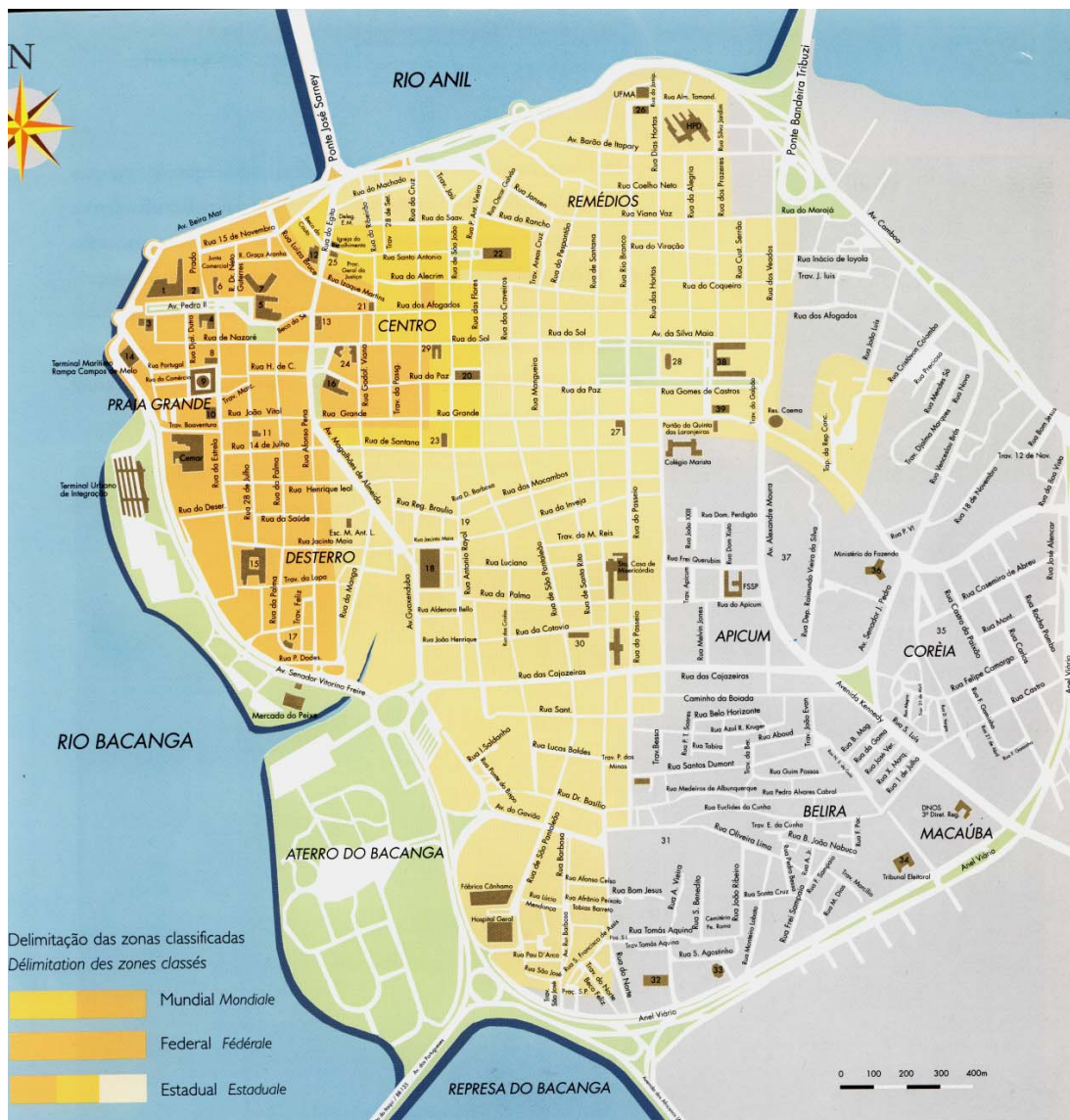
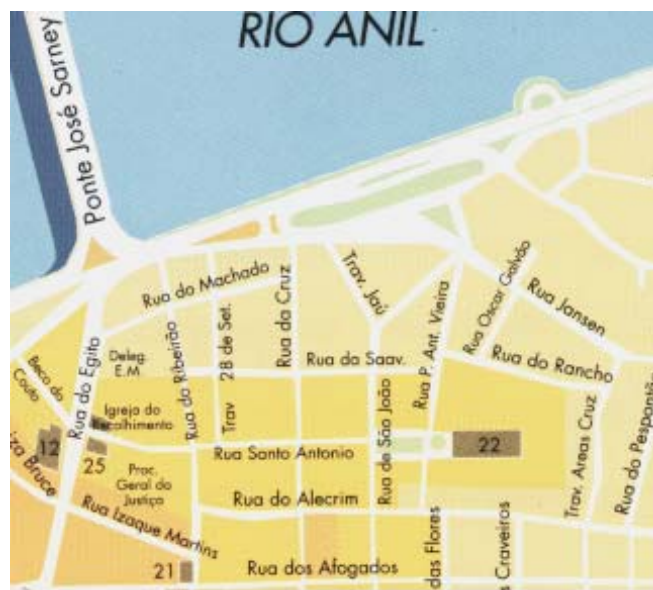


Figura 1 Mapa da Área de Proteção Histórica (Andrés, 1998, p. 37)

Essa nova divisão se consolida quando, a partir de 1992, o novo Plano Diretor estabelece no centro da cidade a ZT.1 (Zona Tombada 1) com aproximadamente 978 imóveis e a ZT.2 (Zona Tombada 2), com mais 4269 imóveis (ANDRÉS, 1998, p.43). A ZT. 1 corresponde à área de menor extensão e está sob dupla proteção: federal (MinC-IPHAN) e estadual (Secretaria de Cultura do Maranhão- SECMA e Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico -DPHAP).

Corresponde à maior parte da área pertencente à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e é a área reconhecida como Centro Histórico. A Zona de Tombamento 2 corresponde à área protegida por legislação estadual, através da SECMA/DPHAP. A prioridade, no primeiro momento, é para a recuperação do Centro Histórico. Reconhecendo no espaço degradado um grande valor ambiental, o Programa de Preservação e Revitalização preocupa-se em respeitar as especificidades da área e seu tempo histórico, valorizando seus atributos culturais e ambientais. A intervenção resgatou e tem resgatado para a população aquela área da cidade. Enquanto a cidade nova sonha em ser aceita num mundo globalizado, é a cidade antiga quem “reata” a velha ligação com o mundo, do tempo do Brasil colônia, ao ser incluída, pela força de sua História, na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO.

Atualmente, depois de São Luís ter seu nome inscrito na Lista do Patrimônio Mundial (1997) as perspectivas de ampliação e consolidação do Programa são muito grandes. A etapa ora em implementação contempla, entre outras coisas, o turismo cultural e a adaptação de antigos casarões para uso habitacional. Amplia as obras de recuperação para a área do Desterro e das Mercês que são eminentemente residenciais, além de continuar a promover a dinamização da área já recuperada com projetos como o da Escola de Música e o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão.



21- Fonte do Ribeirão
22- Igreja de Santo Antônio

Figura 2 Mapa da área de pesquisa: Pólo Santo Antônio (ANDRÉS, 1998, p. 37)

A dualidade “presente-passado” que se manifesta na configuração urbana se reflete nas pessoas. Ou seria o contrário? Seja como for, o fato é que a vontade de ser moderno e o apego ao passado, o amor aos casarões, aos mirantes, às tradições culturais, fazem parte da cidade, de seus habitantes. Talvez tenha sido o fator fundamental para a manutenção das estruturas antigas porque, mesmo enfrentando a degradação e o abandono de imóveis, o

centro de São Luís, quer pelo uso residencial, quer pelo comércio ativo, quer pelas atividades institucionais, é uma área vibrante. Um trecho, em especial, mantém a predominância de habitações, unifamiliares em sua maioria: entre a Rua do Egito e o Largo de Santo Antônio, da Rua dos Afogados à Beira-Mar. Área de tombamento estadual contém a Fonte do Ribeirão e a Igreja de Santo Antônio que estão incluídas na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.



Figura 3 Fonte do Ribeirão



Figura 4 Igreja de Santo Antônio

Acredita-se ser uma das primeiras ocupações com a fundação ainda pelos franceses do Convento de São Francisco (1613), seguida da Construção do Convento de Santo Antônio (1624) hoje Seminário de Santo Antônio. Acredita-se que a Fonte do Ribeirão seja a fonte mencionada por Claude d'Abbeville. O caminho que levava do Forte ao convento, a forma

primitiva da Rua dos Afogados. Tem-se notícia de lotes doados naquela região no século XVII. Um trecho de Domingos Vieira Filho em “Breve História de Ruas e Praças do Maranhão” (1971, p. 37) diz o seguinte:

Rua Aquiles Lisboa - é o nome atual da rua 13 de maio. Começa na *Rua do Portão*, fronteiro aos terrenos da antiga *Companhia de Melhoramentos do Porto* e termina na Igreja de São João (...).

Rua muito extensa era conhecida por três nomes: Rua de São João, Rua de São João da Praia e São João da Divisão. O trecho que se chamou 13 de Maio (...) e agora é Aquiles Lisboa, começava na Rua Grande e ia até o Canto de Manuel do Bico (*Praia de Santo Antonio*).

O valor histórico, artístico e cultural daquela região é, portanto, inquestionável. No entanto, neste trabalho, o foco não é o patrimônio construído. São as pessoas que ali moram. Debate-se a questão da habitação nos centros históricos, entre outros motivos, porque a permanência do uso residencial em áreas históricas responde a três questões decisivas sobre o ponto-de-vista da conservação integrada: i) o fato de que a proteção dos tecidos antigos passa pela sua (re) apropriação por parte das populações que os habitam; ii) o fato de que “a valorização da cidade histórica supõe o reconhecimento das qualidades de sua arquitetura, do seu espaço urbano” (DE GRACIA, 1996, p.144); e iii) o fato de que os centros e os bairros antigos não podem ser conservados e integrados na vida contemporânea se seu novo destino não for compatível com sua morfologia e sua escala.

No Santo Antônio e no Ribeirão não se está falando de implantar habitações. Elas estão lá. Permaneceram por todo esse tempo, na maioria das vezes nas mesmas famílias. As formas de sua arquitetura contam a evolução do tempo até o tempo parar por ocasião do tombamento. As pessoas contam a evolução do tempo, contam a sua história tomando como base o seu lugar, em suas três dimensões: o espaço físico, as pessoas que nele atuam ou atuaram e as ações que ali se passaram.

Compreender a relação entre o lugar e o morador, entre o habitar e o *ser patrimônio cultural*, compreender os valores que atuam na decisão de permanecer ou abandonar o “lugar antigo” pode contribuir para a formulação de uma política de conservação que possibilite a identificação das necessidades e anseios dos moradores e viabilize a sua participação nas decisões. Os moradores atuam na conservação do patrimônio, principalmente ao imprimirem suas próprias vivências ao ambiente construído. Podem fazer isso dentro de uma política de conservação, ou podem fazê-lo em permanente conflito.

Uma investigação sobre o habitar no centro de São Luís pode, por outro lado, oferecer subsídios para a elaboração de uma estratégia de conservação referenciada no princípio de que o patrimônio histórico construído não é apenas o lugar da condição humana, mas uma parte

dessa condição. Compreender a cidade como criação do homem exige ouvir esse homem, saber o que pensa, o que quer e como quer o espaço que habita.

Mais que isso, ouvir as pessoas, saber o que pensam, como viveram essa transformação, pode levar a compreender que a cidade reclama e exige uma nova atitude e um novo pensamento. Exige a atitude de incorporar, na prática de intervenção na cidade, o respeito aos valores culturais, aos valores históricos, aos valores afetivos. Exige incorporar às práticas de planejamento urbano uma outra dimensão, uma dimensão onde “as formas não-monetárias de valor, os valores simbólicos relacionados com a vida da cidade e com a sua construção no tempo passam a ser os determinantes das políticas de desenvolvimento”. (LACERDA; ZANCHETTI; DINIZ, 1999). É, sem dúvida, um novo paradigma no pensar e no fazer a cidade. É um grande desafio.

A partir dessas considerações desenham-se os objetivos desse trabalho:

- i) Objetivo Geral: Apreender de que maneira as representações sociais dos moradores de áreas urbanas de interesse histórico, artístico, cultural e paisagístico atuam na definição do seu habitar.
- ii) Objetivos Específicos : a) Apreender as representações sociais acerca do habitar no patrimônio cultural urbano de São Luís – Pólo Santo Antônio; b) Identificar quem são, o que fazem, como vivem os moradores; c) Contribuir para a definição de estratégias de conservação do uso residencial em áreas urbanas de interesse histórico, artístico, cultural e paisagístico.

Este trabalho pretende, portanto, fazer uma reflexão sobre a dimensão subjetiva no processo de construção da cidade, seus valores e suas motivações. Como diz Lacerda (1995, p.109)

No estudo da formação das sociedades urbanas e do conseqüente modelamento dos espaços citadinos, a abordagem sob a ótica exclusivamente econômica tem encontrado limitações severas e se tem mostrado insatisfatória.

A complexidade do fenômeno urbano no mundo exige uma compreensão dos processos da cidade que extrapola o enfoque econômico. Exige, diz ainda a autora,

Uma ótica de perspectiva polivalente – portanto pluridisciplinar - da qual à abordagem sob enfoque econômico, de fundamental relevância, não se pode deixar de associar os tratamentos próprios de outros campos científicos voltados para a compreensão da vida humana em sociedade e para a formação das estruturas sociais. (LACERDA, 1995, p.109).

Nessa perspectiva, em primeiro lugar, procura-se entender a produção do espaço urbano de São Luís a partir da década de 1970, identificando o impacto sobre o centro antigo. Para isso, no primeiro capítulo, caracteriza-se o processo de ruptura com a cidade antiga e a

relação com a construção do ideário de conservação e preservação do ambiente construído. Essa discussão se coloca no sentido de compreender o processo que faz São Luís passar a ser uma cidade em busca da modernização e, ao mesmo tempo, uma “*cidade histórica*” e em seguida uma cidade com um “*Centro Histórico*”.

Esse capítulo busca caracterizar o rebatimento das novas condições de vida de uma sociedade industrial e capitalista em afirmação sobre as teorias e práticas urbanísticas. Não tem a pretensão de esgotar esse assunto mas, sim, de ressaltar os pontos convergentes com o processo de “modernização” vivido na década de 1970 por São Luís. Nesse sentido, as considerações sobre essas novas teorias e práticas se fazem acompanhar da reflexão sobre a construção do ideário da preservação do patrimônio cultural que, da mesma maneira, se prende a recortes mais significativos, destacando, principalmente, o caminho que leva da valorização do monumento isolado à proteção dos sítios ou cidades históricas e à criação da Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Trata das especificidades do processo brasileiro, assim como das relações desse ideário com as intervenções na cidade.

O primeiro capítulo procura ainda focar o habitar contemporâneo no centro de São Luís, buscando contextualizar historicamente a problemática que se quer investigar, a partir da reflexão sobre a dimensão subjetiva no processo de construção da cidade, seus valores e suas motivações. Em primeiro lugar, busca-se situar a produção do novo regime urbano que o processo de modernização da cidade acaba por exigir e que leva, entre outras coisas, à criação de novas centralidades, especialmente novos bairros residenciais. A seguir, procura-se refletir sobre os fatores que influenciam na decisão de permanecer ou não no lugar antigo. Refletir de que maneira discursos, mensagens e representações são capazes de interferir nessas opções procurando, acima de tudo, situar a necessidade de compreender que pensar a cidade é pensar o indivíduo.

O segundo capítulo discute a *teoria das representações sociais* como referencial teórico, visando precisar de que maneira a representação social se apresenta como um conceito fundamental a partir do qual é possível analisar a dinâmica do uso residencial no patrimônio cultural urbano de São Luís, assim como a relação dos moradores com as políticas de conservação e preservação do patrimônio cultural urbano. Trata fundamentalmente da teoria das representações sociais de Serge Moscovici. Busca o entendimento do conceito, do seu processo de formação e do papel que as representações sociais desempenham na elaboração de comportamentos e na comunicação entre indivíduos.

Segue-se, no terceiro capítulo, a metodologia, que privilegia os moradores como atores e autores de sua história. A teoria das representações sociais orienta a metodologia na coleta

dos dados, na sua análise e interpretação. Apresenta-se, assim, o percurso metodológico da escolha da estratégia de entrevistas em profundidade, à interpretação das narrativas dos moradores, ressaltando-se os ajustes e modificações necessárias, tanto na definição dos entrevistados quanto no próprio recorte espacial, no momento em que se revela, no decorrer da própria pesquisa, dois pólos distintos, com distintas representações acerca de o seu habitar além de uma presença expressiva de jovens. Apresenta-se ainda, nesse capítulo, a estratégia da observação do cotidiano local, como uma forma de complementação das informações sobre o lugar e seus moradores.

Os capítulos seguintes apresentam os resultados da pesquisa. O quarto capítulo expressa basicamente os resultados da observação direta do cotidiano do Pólo Santo Antônio, fazendo uma breve descrição do lugar e seus moradores. O quinto capítulo trata da identidade do lugar, ou seja: trata da representação dos moradores acerca do seu lugar de morar. Um lugar que se revela nas falas de seus moradores. Diferentes histórias de vida acabam por convergir para a mesma representação. Apresentam-se os temas emergentes nas entrevistas, buscando-se caracterizar as diferenças e semelhanças entre os dois pólos enfocados.

Por fim, o sexto capítulo discorre sobre a representação dos moradores acerca do patrimônio histórico. Revelam – se diferentes representações. Revelam-se as contradições, mas também as aproximações, entre o patrimônio histórico e os moradores. Revelam-se as diferentes dimensões da representação do patrimônio, a dimensão cognitiva, o campo representacional e a atitude. Destaca-se a representação dos jovens moradores acerca do patrimônio histórico.

1 A CONSTRUÇÃO DO NOVO, A PROTEÇÃO DO PASSADO.

1.1 As Concepções Modernas de Urbanização Emolduram a Intocada Respeitabilidade desta Cidade Histórica⁴.

Dona Maria do Amparo⁵ sai de casa de manhã bem cedo, a cidade ainda acordando. Antes de tudo, vai à Igreja. À de Santo Antônio, mais perto de casa - “e mais bonita”, diz dona Maria, ou à de São João. Depois, uma voltinha na Rua Grande; há sempre uma ou outra coisa para comprar. Quando não, vai ao supermercado, na Rua de Santana. Do que mais gosta é da liberdade de fazer as coisas por si, sem depender de ninguém. Mora ali há mais ou menos trinta anos, desde que chegaram do interior com as filhas pequenas.

A casa é uma meia-morada. Adora. “Porque é grande e ventilada, por causa do pátio. Se o banheiro e a cozinha ficam muito longe da sala de jantar e do quarto? Qual o quê, a gente faz as refeições na cozinha, que é grande, dá para fazer um pedaço de copa. A varanda fica para ocasiões mais importantes. O banheiro perto do quarto?... Está falando de suíte, essas coisas modernas? Não precisa não. Essas casas moderninhas são muito pequenas, a gente fica abafada. E o meu banheiro aqui é maior”.

Dona Maria é apenas uma das pessoas que moram no centro de São Luís, na Rua de Santo Antônio. Moram e gostam de morar. Gostam porque é um lugar calmo, bonito, a arquitetura é linda. Gostam da Fonte do Ribeirão, da Beira-Mar, das praças - “apesar de que estas precisam ser restauradas com urgência”. Gostam porque é próximo “de tudo, do comércio, da Igreja, dos amigos”. Dona Maria mora em área de proteção histórica estadual. Mora na cidade antiga. Mora ali desde o tempo em que o centro era apenas o centro e não centro histórico ou patrimônio histórico. Mora ali desde o tempo em que a cidade ainda não parecia ser duas cidades.

Este capítulo busca identificar o momento de ruptura com a cidade antiga em São Luís. Ao mesmo tempo, procura relacionar as teorias e práticas de intervenção urbana com as teorias e práticas conservacionistas. Ao fazê-lo, porém, não pode deixar de evidenciar que a conservação de patrimônio cultural urbano está intrinsecamente relacionada com o que autores, em diferentes campos, têm caracterizado como conflito entre tradição e modernidade.

⁴ Prefeitura de São Luís, 1974

⁵ Dona Maria do Amparo foi uma das pessoas entrevistadas ainda no momento de definição do projeto de pesquisa. No entanto, esse é um nome fictício, recurso usado para preservar –lhe a identidade. Para os demais entrevistados foi adotado o critério de mencionar apenas a inicial do seu primeiro nome.

Sendo assim, modernidade, modernização, modernismo são conceitos que estão presentes na discussão sobre o lugar antigo. Mesmo não tendo a intenção de aprofundar a discussão sobre o assunto, é necessário precisar que o conceito de Modernidade, neste trabalho, está relacionado ao que alguns autores, como Hannah Arendt (1997), chamam de momento de rompimento com a tradição. Um momento em que o Homem descobre que pode agir sobre a natureza, dominar a natureza. Um momento em que as novidades que se sucedem a partir do início da industrialização, a uma velocidade cada vez maior, prenunciam um futuro em que todos os processos naturais podem tornar-se obra do Homem. Um momento em que:

O futuro não é apenas projetado e concebido como um mundo que não está presente, mas como um mundo completamente diferente do presente, desconhecido[...]A novidade, o singular, a mudança da estrutura de todas as mudanças, essas coisas despertam a fantasia e dão entusiasmo. (Heller, 1993, p.343).

A modernização seria a busca por esse novo tempo. No caso da cidade, a busca por novos modos de viver e de fazer a cidade.

Foi no século XIX que a tradição da construção das cidades, que trazia a rua, os edifícios, as praças, os monumentos e o espaço urbano construídos segundo os mesmos princípios e mantendo uma estreita relação entre si, começa a sofrer modificações. Naquele momento a cidade se expande. Os arredores das cidades são ocupados com boas habitações rodeadas de parques e jardins. O baixo preço das terras dos subúrbios incentiva sua ocupação. Os novos meios de transporte facilitam a locomoção. A industrialização, os novos materiais e técnicas construtivas, os novos modos de produção e de viver, além do forte crescimento demográfico, exigem a adaptação da infra-estrutura, dos equipamentos e da habitação.

Tantas transformações não poderiam ocorrer sem conflitos. Surgem as utopias propondo a transformação da sociedade, criando novas comunidades e formas urbanas alternativas à cidade burguesa e industrial. Surgem as intervenções da burguesia que renovam a velha cidade. Era fácil admitir a destruição dos conjuntos arquitetônicos dos bairros antigos, sempre muito populosos e degradados, campo fértil de doenças e epidemias, para alargar ruas e sanear a cidade. É nesse momento que, segundo Mumford (1999, p.448):

Para ter um campo livre para seus interesses típicos, o capitalismo adotou dois métodos em relação às estruturas urbanas existentes: procurou escapar para os subúrbios além, livres de todas as restrições municipais, ou, por outro lado, procurou demolir as velhas estruturas ou ocupá-las com uma densidade muito maior do que aquela para a qual tinham sido – numa época supostamente mais pobre – projetadas. A demolição urbana e a substituição tornaram-se duas das principais marcas da nova economia. Quanto mais efêmero o recipiente, mais efêmero o rodízio.

Em Paris acontece uma intervenção sob a orientação do Barão de Haussman, então prefeito, a qual se torna modelo para várias outras cidades no mundo inteiro, inclusive no

Brasil. Tem como objetivo melhorar a circulação, eliminar a insalubridade, arejando os densos interiores, criando uma cidade com luz, espaço e arborização além de uma nova arquitetura urbana, uniforme e planejada (LAMAS, 1992, p.212). Para isso estabelece uma reestruturação fundiária, constrói infra-estruturas, cria novos equipamentos e espaços livres intervindo “cirurgicamente” na cidade, isto é, eliminando ruas, quarteirões e o que mais fosse necessário para viabilizar o seu objetivo. No entanto, algumas estruturas urbanas, por serem cenas de acontecimentos importantes são não apenas poupadas, mas recuperadas e valorizadas por serem capazes de atuar como símbolo nacional. São os monumentos históricos.

O monumento, como marco comemorativo e rememorativo, sempre presente, de uma maneira ou de outra, desde o início da Civilização, é um artefato que responde à necessidade de fazer lembrar às gerações seguintes os feitos de determinada comunidade. O monumento histórico é diferente. Mesmo não tendo sido criado como tal, qualquer objeto pode converter-se em testemunha histórica e, com isso, agregar um valor inestimável para a comunidade.

Diz Choay (1999, p. 25) que o “nascimento” do monumento histórico se deu em Roma, mais ou menos em 1420, quando a Igreja, ao querer restabelecer a sede do papado em Roma restituindo-lhe poder e prestígio, se referencia nas obras do Império Romano. Antes disso, as diversas sociedades demonstraram algum nível de conservação de suas cidades e ambientes construídos. As sociedades ocidentais sempre no sentido de conservar, proteger, exibir à contemplação. As orientais, conservando os sentimentos e a tradição.

Nesse início do século XV identificam-se duas vertentes que contribuem para a noção de monumento histórico: a primeira valoriza os edifícios antigos, mais especificamente os edifícios da Roma Antiga, por serem testemunhas de um passado que é reverenciado e admirado; a segunda elege Roma como exemplo de formas perfeitas e como modelo da arquitetura, relacionando, dessa forma, um valor artístico ao monumento. Monumentos históricos e artísticos. Durante muito tempo o mundo culto vai para Roma aprender suas lições e a arquitetura clássica ganha o status de monumento a ser preservado.

Ao interesse cultural e artístico somam-se o interesse político e uma justificativa ideológica (FONSECA, 1997, p. 60) quando, com a derrubada da monarquia em 1789, na França, o Estado assume a propriedade dos bens confiscados à burguesia e ao clero, cuja destruição contradizia os ideais iluministas de difusão do saber. A partir de então o Estado se encarrega, em nome do interesse público, da proteção legal de bens que simbolizam a nação. Aparece a noção de patrimônio. Patrimônio histórico e artístico.

Um pouco depois, no século XIX, descobertas arqueológicas vão colocar em cena outras civilizações, ao mesmo tempo em que sentimentos nacionalistas levam à inclusão da

Arquitetura Medieval. Acontecem os “revivals”: neoclássico, neogótico, neobizantino. A partir daí, os monumentos históricos, que no primeiro momento pertenceram à Antiguidade Clássica, passam a derivar da Arqueologia e da História da arquitetura culta.

É importante notar que a conservação e preservação do patrimônio histórico inspiram posições diferentes: o que conservar e como conservar é a grande questão. Enquanto na França predomina a idéia da valorização do monumento isolado - a teoria da “*mis en valeur*” de Viollet Le Duc - na Inglaterra, Ruskin se preocupa com a preservação das cidades, do tecido urbano e da arquitetura doméstica. Defende a autenticidade e a não-intervenção no monumento. Para ele, deveria ser proibido tocar nos monumentos do passado, uma vez que eles pertencem em parte a quem os construiu e em parte a todas as outras gerações ainda por vir. Nesse sentido, deveriam ser preservados tanto os monumentos excepcionais como a arquitetura doméstica. Ao mesmo tempo, Ruskin recusa a transformação do espaço urbano, por considerá-lo a garantia de nossa identidade pessoal, a nossa identidade local, nacional e humana. (CHOAY, 1999, 114-118).

Na Itália surge o que, talvez, possa considerar-se a articulação dos dois mundos: o da arte, passado e atual, e o da técnica. Camilo Boito reafirma, como Ruskin, a noção de autenticidade ao dizer que as características do edifício antigo e as intervenções significativas e sucessivas ao longo do tempo devem ser mantidas. Mas admite, como Viollet-le-Duc, a legitimidade da restauração quando todos os outros processos falharem. Avança nessa proposição ao afirmar que a restauração não se pode confundir com o original e deve obedecer às técnicas e aos materiais da época (CHOAY, 1999, p.121- 124).

Giovannoni, arquiteto, restaurador, engenheiro e urbanista, vai conceber uma teoria que define tanto um valor de uso como um valor histórico aos conjuntos urbanos antigos ao mesmo tempo em que propõe a sua integração a uma concepção geral de planejamento territorial. (CHOAY, 1999, p.145-152).

Delineava-se naquele momento uma política de conservação que apontava para a prática de conservação integrada, quando entram em cena os valores que assinalam para uma perspectiva de que ser novo, ser moderno e revolucionário é o melhor, o almejado, o respeitável .

No século XX a destruição das cidades pela Guerra acentua a ruptura nas concepções urbanísticas e na cidade. A proposta dominante é a de reconstruir em moldes totalmente novos. Algumas teorias urbanas, como as do que ficou conhecido como Movimento

Modernista⁶, acreditavam poder resolver os conflitos sociais com a criação de espaços mais igualitários, com a construção de habitação para todos. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – os CIAM (1928-1959) - que tomam para si a solução do problema, discutem essas questões. De 1928 a 1933 a prioridade é para os problemas habitacionais. Busca-se a menor casa, com o máximo conforto, ao menor custo.

Numa segunda fase, que sofre grande influência de Le Corbusier⁷ e é responsável pela Carta de Atenas (1933), a idéia predominante é que a cidade atende a quatro funções básicas do homem - habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Questões centrais: funcionalismo e redução de custos. O mais importante passa a ser o zoneamento funcional da cidade. Os monumentos históricos devem ser protegidos, se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral, porque “nem tudo que é passado tem por definição direito à perenidade”. (IPHAN, 1992, 23-75).

A prática de preservação vai viver uma dualidade que ainda permanece. A Carta de 1931, também de Atenas, estabelecia: i) o respeito à obra histórica e artística do passado sem prejudicar o estilo de nenhuma época quando a restauração fosse indispensável; ii) a utilização como forma de manter o edifício vivo; iii) certo direito da coletividade em relação à propriedade privada; iv) valorização dos monumentos com a valorização do entorno. Além disso, permitia a utilização de novos materiais e técnicas, desde que dissimulados, na restauração (IPHAN, 1992, p.13-21).

As novas posturas que colocavam em primeiro lugar a avaliação da *importância* e da *necessidade* de conservar esse ou aquele monumento, ainda que pudessem estar corretas, na prática levam à oposição entre a manutenção do antigo e a construção do novo. Levam ao desprezo pelas teorias de conservação integrada. Ao desprezo pelas teorias de manutenção da vitalidade do núcleo antigo, ainda que com ritmo diferente de vida. Ao desprezo pela valorização do tecido urbano e da arquitetura doméstica.

Ao mesmo tempo, as novas teorias urbanas eram perfeitamente adequadas ao contexto de crescimento econômico e expansão das cidades. Reclamava um incremento da industrialização ao propor substituição dos antigos materiais e técnicas construtivas pelos produtos fabricados em série. Criava empregos na construção tanto das novas moradias como das obras de infra-estrutura das novas áreas ocupadas. Então, se os idealistas do modernismo

⁶ O movimento modernista é uma tendência em Arquitetura e Urbanismo que adota as idéias da vanguarda européia de Arte Moderna no campo da Arquitetura e Urbanismo.

⁷ Le Corbusier é considerado um dos grandes nomes do movimento modernista não apenas em Arquitetura, mas também em Urbanismo. Embora não fosse o único, a menção específica a seu nome, nesse trabalho, se justifica na medida em que suas idéias influenciaram de maneira expressiva o urbanismo e a arquitetura no Brasil, sendo Brasília um dos maiores exemplos.

pretendiam criar um modelo de cidade oposto ao da burguesia, a interferência do capitalismo fortalecido transformou os ideais do alojamento mínimo em políticas e regulamentos deploráveis que conduziam a população de baixa renda às piores condições de habitação.

A política de reconstrução de áreas centrais degradadas atinge também os países não afetados pela Guerra. Só que nesses casos, na maioria das vezes, essa degradação era ocasionada pelas próprias políticas regionais vigentes, pela especulação imobiliária e pelos apelos de uma sociedade de consumo que gerava novos modos de vida. O zoneamento das cidades por função, provocando a retirada das residências nas áreas centrais e a restrição de outras atividades nas áreas habitacionais, dá origem a áreas sem vida, a congestionamentos de tráfego e a grandes deslocamentos da população. Ao mesmo tempo, beneficia os proprietários de terra e os grandes empreendedores e especuladores. As intervenções nas cidades passam a priorizar os problemas de funcionamento, a maximização de investimentos e a viabilização da reprodução e acumulação de capital. Os planos urbanos são elaborados a partir de dados estatísticos. A meta do planejamento urbano é o crescimento da cidade, numa perspectiva de propiciar o cenário para o desenvolvimento econômico em curso.

Toda essa polêmica não passou ao largo ou em branco no Brasil. Desde as primeiras décadas do século XX, acontecem planos e projetos urbanos para várias cidades, sempre na perspectiva de sanear, de abrir vias para facilitar a circulação e “modernizar” as estruturas e os equipamentos urbanos, seguindo de perto num primeiro momento, o modelo francês de Haussmann e depois as teorias modernistas dos CIAM, que acabam por dar origem a Brasília.

São Luís escapou quase intacta desse primeiro momento, isto é, do momento das grandes “cirurgias” na cidade, faltou dinheiro. Mas, na década de 1970, a cidade se prepara para o crescimento. Pretendia-se a recuperação da economia com a criação de um novo pólo industrial com base na exportação do minério de Carajás. Tratava-se de preparar a cidade, já que se previa um forte crescimento demográfico.

Com isso a Prefeitura elabora um novo Plano Diretor. O Plano cria o Distrito Industrial e novas áreas residenciais. São construídos cerca de 30 conjuntos habitacionais. Consolida-se a ocupação de áreas abertas em 1970. A primeira, com a construção da ponte José Sarney, em direção às praias; a segunda, com a construção da Barragem do Bacanga, a sudoeste, em direção ao Porto de Itaqui (inaugurado finalmente em 1971) para abrigar as palafitas retiradas da periferia do centro.

A modernização, o “Maranhão Novo”⁸, é acolhido com entusiasmo. Mas, o Plano Diretor de 1974 não esquece o valor arquitetônico e artístico do patrimônio que recebeu do passado e propõe:

Dotar a cidade de instrumentos que, preparando-a para seu desenvolvimento, preservam e revitalizam, porém, seus valores tradicionais e históricos, entre os quais o mais característico é sua arquitetura colonial. (...) de tal forma que as concepções modernas de urbanização emolduram a intocada respeitabilidade desta cidade histórica. (Prefeitura de São Luís, 1974)

Para entender esse momento e o contexto em que o novo Plano Diretor está inserido faz-se necessário entender que, no Brasil, a preocupação com a proteção do patrimônio construído vai ser encampada, como proposta, pelos intelectuais que conduziam os movimentos modernistas nas artes plásticas, na literatura, na arquitetura e na cultura brasileira.

Cecília Londres (1997, p.96), citando Eduardo Jardim de Moraes, explica que os modernistas brasileiros perceberam que o rompimento radical com o passado só fazia sentido em locais em que esse passado estava internalizado, o que não era o caso do Brasil. Aqui, uma imediata adesão ao novo tinha o sentido de incorporação de idéias européias. A Arte Brasileira precisava construir sua identidade.

Já o estilo neocolonial representara a primeira reação contrária à assimilação dos estilos “históricos” do ecletismo europeu e ao menosprezo que se demonstrava pela arquitetura colonial. Lúcio Costa, por exemplo, desde o princípio vai aderir ao neocolonial numa postura um pouco diferenciada, tendendo mais a identificar os seus valores e incorporá-los na prática do fazer arquitetônico em busca de uma arquitetura brasileira ao invés de recriar os seus elementos pura e simplesmente. Por isso, ao ingressar conscientemente no movimento modernista, Lúcio Costa vai fazê-lo incorporando essa “brasilianidade” descoberta na arquitetura colonial.

A aparente contradição contida no fato de os movimentos modernistas caminharem lado a lado com a proteção do patrimônio histórico artístico e nacional se explica, portanto, quando se encontram nos dois movimentos a busca da afirmação da identidade brasileira. O traço de união era o ideal de construção da identidade nacional. O sentimento nacionalista vai impulsionar o Estado Novo a criar o SPHAN⁹ em 1937. Dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, contava com Mário de Andrade (autor do primeiro anteprojeto) e Lúcio Costa entre outros intelectuais de renome. Desta maneira constitui-se o patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil. Naquele momento, as tradições culturais eram evocadas para

⁸ Slogan adotado pelo Governo.

⁹ Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

legitimar o regime. Não que fossem buscadas as raízes mais populares, mas havia a preocupação de fazer dos “símbolos da pátria” verdadeiros objetos de culto. Por isso, tanto a política de se identificar bens imóveis com a história da nação, quanto a busca de uma identidade própria, nova, moderna, na arquitetura se adequavam aos ideais políticos.

Instituído, o tombamento dá prioridade aos remanescentes da Arte Colonial brasileira, diretamente vinculados à historiografia oficial. Desenvolvem-se pesquisas, inventários e obras de restauração. Por outro lado, ainda que se falasse em patrimônio histórico, predominava na seleção dos bens o seu valor artístico, dentro de uma hierarquização quanto aos estilos de época. Em primeiro lugar o Barroco, seguido do Neoclássico e da própria Arquitetura Modernista que desde cedo teve o seu lugar. O desprezo era para o estilo eclético, critérios evidentes do movimento modernista, diga-se de passagem, seguido no mundo inteiro. E para as manifestações populares. O Brasil se integra, dessa maneira, às convenções e critérios internacionais.

Por outro lado, o culto ao passado, o chamamento à proteção da memória e a proteção da identidade nacional constituem forte apelo e por isso são poderosos instrumentos de dominação. A defesa desses ideais parece eliminar as contradições de classe, unindo a todos em defesa da Nação. Isso explica a convivência, sempre contraditória, de intelectuais progressistas e governos ditatoriais. Explica porque em meio a pretensões modernizantes são mantidas as políticas nacionais de preservação do patrimônio histórico.

Assim é que o governo ditatorial, a partir da década de 70, também vai difundir um ideário nacionalista. Para conciliar as políticas econômicas e de desenvolvimento urbano “as ações do estado devem potencializar, ao lado da seleção e identificação dos valores representativos da memória e identidade social da Nação, a geração de valor” (MILET, 1988, p. 175). Entram em cena as propostas de cidades históricas voltadas para o turismo, as propostas de recuperação dos investimentos em restauração dos sítios e monumentos históricos. O SPHAN desenvolve uma política que busca comprometer as demais instâncias de poder federal, estadual e municipal a partir das novas concepções de proteção ao bem cultural.

Por outro lado, desde 1964 para cá, a partir da Carta de Veneza (IPHAN, 1992, p.107-112), o conceito de monumento histórico compreende tanto a criação arquitetônica isolada como o sítio urbano ou rural. Muitos fatores contribuem para essa nova definição. A partir da década de 60, arquitetos, sociólogos, historiadores e outros profissionais vão apontar as dimensões culturais e antropológicas da cidade, seu espaço perceptivo e cognitivo. A questão passa a ser “construir para as pessoas e não para o Homem”. Acontecem experiências de

urbanizações que não seguem as “normas” do movimento modernista. Surgem novas teorias. Entre elas o livro de Jane Jacobs - “A vida e a morte das grandes cidades americanas” (1961) – que defende a idéia de que a forma correta de pensar a cidade é a observação dos elementos da cidade e de seu funcionamento e não a definição, por parte dos próprios técnicos, de como deve ser. Outra importante contribuição acontece em 1965, quando Aldo Rossi em “A arquitetura da cidade” recupera a dimensão histórica da cidade e os conceitos de permanência da arquitetura.

As novas teorias condicionam novas propostas de intervenção no espaço urbano. Ao mesmo tempo, as crises questionam os grandes projetos. A expansão desordenada e “acelerada” (que antes era bem-vinda por propiciar novas áreas de especulação e empreendimentos imobiliários) cria áreas difíceis de manter e exige altos investimentos de infra-estrutura. Chega-se à conclusão de que manter a cidade existente é mais barato. A atenção se volta para os centros históricos. Troca-se a renovação pela reabilitação. Amplia-se o culto aos monumentos históricos. Dá-se uma expansão tipológica, cronológica e geográfica. São dignas de proteção tanto a arquitetura vernácula, como a arquitetura do século XIX - que para os modernistas nem era arquitetura- e a arquitetura do século XX.

A Declaração de Amsterdã de 1975 (IPHAN, 1992, p.229-241), afirma que o patrimônio arquitetônico não é constituído apenas pelos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos das antigas cidades e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído. E mais: que a encarnação do passado no patrimônio arquitetônico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desenvolvimento do homem e que é um capital espiritual, cultural, econômico e social cujos valores são insubstituíveis.

Em 1972, em Paris, a *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (IPHAN, 1992, p.175-191) define Patrimônio Natural e Cultural, e cria o Comitê do Patrimônio Mundial que institui a Lista do Patrimônio Mundial. Cria a noção de Patrimônio da Humanidade. É assim que falar hoje de patrimônio histórico pode-se referir a conjuntos urbanos, bairros inteiros e até cidades e não apenas a monumentos isolados.

É nesse contexto que acontece a modernização de São Luís. Como muitas outras vezes ao longo da História humana, as diferentes concepções se misturam. O novo Plano Diretor de 1974 faz uso dos princípios racionalistas do urbanismo modernista ao expandir a cidade para além dos rios Bacanga e Anil que a cercam. No entanto, delimita, ao mesmo tempo, uma “área de interesse histórico”, que não é mais apenas o tombamento de monumentos isolados, seguindo a Carta de Veneza. O Patrimônio Cultural se beneficia com a isenção de 60% no

Imposto Predial a quem fizesse a recuperação da fachada e do telhado do seu imóvel. As ruas recebem de volta seus nomes tradicionais. No campo das políticas de conservação e preservação, o tombamento (1974) de toda a Praia Grande, englobando os conjuntos do Desterro e da Praça Benedito Leite, tombados separadamente desde 1955.

Naquele momento parece resolver-se um conflito no campo da conservação do patrimônio cultural de São Luís. Porque a força do patrimônio de São Luís está no seu conjunto. A política de preservação do patrimônio, centrada na preservação dos monumentos, não contemplava o conjunto de São Luís como um todo. São Luís, que foi chamada de “petite ville de porcelaine” pela beleza e riqueza dos seus azulejos, não tem a assinatura conhecida de grandes mestres. Não tem uma arquitetura religiosa monumental. Nem militar, nem institucional. O ambiente construído é uma mistura de casas populares e ricos solares, com mirantes, sacadas de ferro e azulejos na fachada. Onde moram pessoas.

A definição de uma área de proteção histórica envolvendo o conjunto do patrimônio cultural urbano atua no sentido de proteger esse conjunto edificado. Estava delineada uma política que tinha a intenção de promover o desenvolvimento econômico e o crescimento ordenado da cidade em moldes novos, ao mesmo tempo em que se planejava a proteção da área histórica. No entanto, as “duas cidades” se desenvolveram de forma diferente.

1.2 Pensar a Cidade é Pensar o Indivíduo

Os anos 70 encontram a parte baixa da cidade, Praia Grande e arredores, em pleno processo de saída dos “nobres” que vinham abandonando seus antigos casarões desde a falência econômica, na primeira metade do século. Permaneciam, como até hoje, os moradores do Desterro. Permaneciam os cortiços. Ruínas, prédios desabando, os carros disputando espaço, diminuindo calçadas. Era uma área em que “moças de família” não se aventuravam sozinhas, por conta da prostituição.

Na parte de cima, a Praça Benedito Leite e a João Lisboa eram centros vitais. Ali o encontro para discutir política, ou a vida alheia. Era na Praça Gonçalves Dias, em frente da Igreja dos Remédios, o passeio das tardes de domingo. Ia-se ao cinema no Cine Éden. Às compras na Rua Grande. A moradia nobre ficava nessa área, subindo as Ruas Grande, Paz e do Sol, indo ao Largo dos Remédios e à Rua do Passeio, aos arredores da Fonte do Ribeirão, da Igreja de Santo Antônio. As mais novas, construídas no período da Art Nouveau, do ecletismo, do neocolonial, algumas intervenções modernistas, contando a história no tempo, continuando pelo Caminho Grande com as casas tipo cottage, os chalés suíços.

Vive-se, na década de 1970, o “milagre econômico”¹⁰. A classe média tem seus rendimentos aumentados e pode comprar carro e casa. E, conseqüentemente, a geladeira, a televisão, o equipamento de som, etc. Ao comprar o carro, fica “livre” para morar em áreas mais distantes. Terras mais baratas mas, principalmente, lugares que antes não valiam muito e que agora podem ser vendidos a preços compensadores. Processo que beneficia a construção civil e a especulação fundiária. Processo que exige, por parte do Estado, a construção de infraestrutura viária e de serviços. Exige um novo tipo de urbanização, de funcionamento da cidade, que vai engendrar um novo regime urbano (ABRAMO, 1995¹¹), no qual são geradas novas espacialidades em substituição das anteriores.

O processo, por implicar em incertezas, necessita da aprovação do Estado, que tanto pode se traduzir em forma de subsídios para a compra de moradias, como na construção de novas infra-estruturas. Também necessita da aprovação dos compradores. Então, naquele momento, entra em cena todo um mecanismo de valorização da nova espacialidade, incluindo-se aqui a negação das características do espaço anterior. Trocando em miúdos: a cidade moderna há que negar a antiga cidade.

Negar o valor histórico e artístico do patrimônio? Mas, se no mesmo plano em que foram traçadas as novas estradas, os novos conjuntos residenciais, os sonhos de “sair do fim da linha”, estava a proposta de valorização da cidade histórica! A própria prefeitura incentiva os moradores, inclusive com isenção de impostos, a colocarem azulejos nas fachadas por toda São Luís¹².

Com as novas espacialidades, ou seja: com o início do desenvolvimento das áreas do outro lado do Rio Anil, como São Francisco, Ponta-d’Areia e mais recentemente Renascença, a cidade antiga perde o seu status. As classes altas abandonam o centro. Suas casas, magníficas, são vendidas para o Estado para abrigar repartições públicas e museus. São transformadas em bancos, em grandes lojas, escolas, hospitais e clínicas. As *portas-e-janelas*,

¹⁰ Que pode ser caracterizado como fordismo periférico

¹¹ Entender o modo como essas relações sociais de produção capitalista se articulam com a estrutura urbana é fundamental. Para isso, deve-se ter em mente: i) que as relações de produção assumem formas particulares - *os regimes de acumulação* - que se definem pelo modo de organização do processo de trabalho, da formação dos salários e, conseqüentemente, pelo modo de vida dos assalariados; ii) que essas mesmas relações de produção para se reproduzirem necessitam de um conjunto de instituições, normas, habitus, que configuram um conjunto coerente de relações, que, por sua vez, também mudam ao longo do tempo e constituem *o modo de regulação*; iii) que o *regime de acumulação e o modo de regulação* determinam a funcionalidade urbana que orienta *os regimes urbanos* e seus mecanismos de reprodutibilidade que são *os modos de regulação urbanos*. Aprofundando o conceito de regime urbano, Abramo (1995, p. 526-537) lança mão das idéias de Lipietz, especificamente do conceito de divisão econômico-social do espaço - DESE - que é a forma pela qual as classes sociais se apropriam da espacialidade. Para que a DESE se reproduza ao longo do tempo é necessário que haja um mecanismo regulador da apropriação do solo, que vai assumir formas diferentes conforme o regime seja concorrencial ou monopolista. No primeiro, cada produtor da materialidade residencial é incapaz de modificar as características socioeconômicas da espacialidade. Cada local tem o seu valor determinado historicamente. No segundo, no modelo monopolista que corresponde ao fordismo, capitais individuais têm o poder de modificar a DESE propondo novas espacialidades que substituam as anteriores. (ABRAMO, 1995).

¹² Efeitos ainda hoje visíveis: “banheirões”, como chamam os mais radicais. Guardadas as devidas proporções, a tentativa de “fazer igual ao antigo”, sempre foi uma das primeiras atitudes denotativas do respeito e admiração pelas obras do passado, os exemplos vão desde os renascentistas a reviverem as formas romanas, passando pelo ecletismo e o próprio movimento neocolonial. Mas nos anos 70 estava na contramão da história e da política conservacionista.

em lojinhas, consultórios, escritórios. Menos por vontade de seus moradores, mais porque os proprietários, os mesmos das casas magníficas, substituíram com vantagens o aluguel da casa pelo aluguel comercial. O centro antigo segue o seu destino de viver o conflito entre conservar e desenvolver. Conflito que tem estado condicionado ao desenvolvimento do capital, mas interessa que aos olhos da população apareça como a disputa entre conservar e a capacidade de atender às “necessidades atuais”. Entre os valores históricos e artísticos e “o direito à modernidade”. Para que carros e casas pudessem ser vendidos, para que se instaurasse um regime de acumulação caracterizado pela produção em massa de bens duráveis, para que se pudesse instaurar o modo de consumo específico do capitalismo, acenou-se com “novos modos de viver”, “modos de viver modernos” que têm, acima de tudo, um significado de prestígio social.

Como diz Baudrillard a escolha do lugar de residência, do colégio dos filhos, da rede de relações, a simples posse desse ou daquele objeto, em si mesma, é um “cartão de cidadania”. Os objetos não são valorizados em termos de suas necessidades, do seu valor de uso, mas em termos do que podem sinalizar de poder, de prestígio social:

Assim como não se alimenta o escravo para que este coma, mas para que trabalhe, assim também se não veste suntuosamente uma mulher para que ela seja bela, mas para que testemunhe, pelo seu luxo, a legitimidade ou o privilégio social do seu senhor. (Baudrillard, 1995, p.11)

O apelo dos novos modos de viver provoca a migração dos moradores das áreas centrais da cidade para as novas áreas do outro lado do rio, que ostentam um status social superior.

O homem envolveu-se de tal modo com o universo simbólico que não consegue ver ou conhecer coisa alguma a não ser pela interposição desse meio artificial. Em outras palavras: “o homem não vive em um mundo de fatos nus e crus, ou segundo suas necessidades e desejos imediatos. Vive em meio a emoções imaginárias, em meio a esperanças e temores, ilusões e desilusões, em suas fantasias e sonhos” (CASSIRER, 1997, p.48-49). Mais vale o que se pensa sobre as coisas do que as próprias coisas.

Em que medida foram as “aspirações” ou as “necessidades” de um novo modo de viver que impulsionaram as mudanças? Em que medida foram discursos, mensagens e representações que, simulando a estrutura real de relações sociais, acabaram por legitimar uma ordem arbitrária?

Diz Gramsci que a humanidade constrói a sua individualidade a partir de três elementos: em primeiro lugar, o próprio indivíduo; em segundo, os outros homens; e em terceiro, tudo que existe à sua volta (GRAMSCI, 1978, p. 48). A partir daí, o indivíduo vai

construir o seu conjunto de valores, a sua filosofia de vida. Vai ter, portanto a sua própria vida influenciada pelo contexto social em que vive.

A visão de Kosik (1995, p.23) enfatiza o homem absorvido pelo *ocupar-se*, absorvido pelo que ele chama de mundo da *pseudoconcreticidade*. Envolvido no dia-a-dia por uma prática utilitária que oferece condições de dominar o cotidiano, de estar mais ou menos orientado, mas que não proporciona a compreensão das coisas e da realidade em sua essência, o homem não consegue formar uma consciência crítica que o leve a uma concepção de mundo coerente, responsável por uma praxis também coerente.

Estes mecanismos é que permitem o homem substituir seus valores e modos de ver o mundo, por outros que lhe são impostos. É assim que a necessidade do mercado imobiliário se transforma em necessidade de modernização de cada um. É assim que é exercido o que Bourdieu chama de poder simbólico. O poder simbólico, diz Bourdieu (1995, p.7-16), é um “poder invisível”, um “poder quase mágico, porque permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico da mobilização”. Um poder, que consegue a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exercem. Um poder que depende dessa cumplicidade para ser exercido.

Mas, o homem não é apenas produto de uma relação social. É agente de uma praxis consciente, tem consciência e vontade, o que determina que o seu comportamento individual não se esgote na forma que o contexto lhe impõe.

Como diz Cassirer (1997, p.363):

O homem não pode encontrar a si mesmo, não pode tomar consciência de sua individualidade, a não ser através do meio da vida social. Para ele, porém esse meio significa mais que uma força externa determinante. O homem [...] submete-se às regras da sociedade, mas, além disso, tem uma participação ativa na criação e um poder ativo de mudança das formas de vida social.

Mudar as formas de vida social ou manter as antigas. Esta dualidade, esta luta entre a tradição e a inovação pode ser percebida em todos os domínios da vida cultural. Quando o morador do centro é levado à condição de morador de um Centro Histórico ele se vê no meio dessa polêmica: de um lado o “histórico”, a tradição. Do outro lado, o futuro desconhecido, o desenvolvimento, o progresso. Para o morador, no entanto, a polêmica entre o futuro e o passado é uma espécie de pano de fundo para uma outra contradição: mudar do lugar onde vive, do lugar onde tem vivido, talvez já há alguns anos. Mudar do lugar onde talvez tenha construído amizades, ou lançado raízes. Mudar para um novo modo de vida. Muito provavelmente reconstruir o seu mundo.

Porque a casa é “o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, 1996, p. 24). Assim como a cidade: “Reflete de um lado e faz refletir do outro, tudo que é capaz de ser, desejar e produzir, o homem que lhe dá forma e sentido” (SANTOS L., 1998, p.77). A cidade cresce no tempo adquirindo consciência e memória de si mesma, e nesse processo agrega a si uma qualidade, um valor relacionado à experiência, à vivência das pessoas que viveram aquela arquitetura e aquela cidade (ROSSI, 1995,p.2). Valor que não significa apenas “ver e aprender com o passado”. É mais que isso, ainda que contenha também essa dimensão cognitiva. Como diz Agnes Heller (1993, p. 244): “O conhecimento de histórias antigas relativiza a nossa cultura. (...) comparando diversas histórias tornamo-nos mais capazes de avaliar as perdas e lucros da humanidade”.

Mas a cidade é ainda mais. Lúcia Leitão (1998) traz para a análise dos processos da cidade o aporte da Psicanálise, particularmente o conceito da cidade como o Outro. Para a Psicanálise, diz ela, o ser humano só se torna sujeito, ou seja: só é capaz de perceber a si mesmo e apropriar-se do seu lugar no mundo e na sociedade a partir da relação com o Outro. Isso acontece através de um processo inconsciente de Identificação no qual o sujeito assimila e incorpora traços característicos de outro sujeito e os torna seus. A cidade tem sido esse Outro na formação do indivíduo por ser o espaço que reflete o social e o cultural. Então, “pensar a cidade é pensar o indivíduo” (SANTOS L., 1998, p.47). Falar de cidade é falar de pessoas reais e de vida real.

Que significado tem para essas pessoas a inclusão de seu patrimônio, sua casa, como patrimônio estadual, federal e até... da Humanidade? Qual o significado que tem hoje e qual o significado que teve ao longo desse tempo? Em que medida pode fazer frente aos apelos dos novos modos de morar? Até que ponto o tombamento pelo patrimônio histórico provocou mudanças no modo de ser e de viver das pessoas?

A análise do processo que o centro de São Luís vem sofrendo, a análise do conflito entre conservar o seu patrimônio ou abandonar as antigas estruturas não pode deixar de referenciar-se nas pessoas que vivem, que viveram, que têm vivido todo esse processo ao longo desses anos. Ouvir essas pessoas, saber de suas vivências, conhecer suas representações é fundamental para a formulação de políticas específicas de conservação e preservação do patrimônio cultural daquela área.

Ouvir essas pessoas significa mais do que indagar sua opinião a respeito da conservação do patrimônio cultural urbano, ainda que saber essa resposta seja também importante. Significa mais do que fazer um inventário das dificuldades como falta de

segurança, falta de iluminação ou precariedade da pavimentação das ruas, embora também esses dados sejam fundamentais para a formulação correta de uma política de intervenção na área. Ouvir essas pessoas significa tentar entender a sua relação com o lugar em que moram. Entender uma relação construída por cada um e ao mesmo tempo por todos, na convivência coletiva. É nesse sentido que se buscou a teoria das representações sociais de Serge Moscovici como suporte teórico e metodológico.

O capítulo seguinte discute de que maneira a representação social se apresenta como um conceito fundamental a partir do qual é possível entender essa relação do morador com o Pólo Santo Antônio e, mais precisamente, sua relação com o Pólo Santo Antônio, Patrimônio Cultural Urbano, área de Proteção Histórica Estadual.

2 O CONHECIMENTO SOCIALMENTE ELABORADO E COMPARTILHADO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moro no Patrimônio Histórico. E agora? Ao formular respostas para essa pergunta cada um dos moradores vai construir uma “teoria”, vai pôr em ação os seus mecanismos de apreensão do mundo com a intenção de aprender a viver, ou conviver, no contexto novo que se apresenta. Utiliza como fontes o seu próprio conhecimento, a bagagem que carrega consigo, relacionada com sua formação profissional e intelectual. Utiliza as informações que absorve dos meios de comunicação, as opiniões e teorias dos amigos, dos vizinhos, as conversas informais. Nesse processo, os moradores acabam por compartilhar esse entendimento no dia-a-dia entre si, comunicando vivências, trocando experiências. Opiniões, idéias, teorias que são absorvidas e “processadas” pelas pessoas, não sem antes passar pelo crivo dos valores de cada um, porque as pessoas, ao procurar entender o mundo, o fazem com emoção, com sentimento, com paixão.

O resultado é definido pela teoria das Representações Sociais como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1997, p.53). Uma forma de conhecimento prático que orienta as ações no cotidiano.

“A representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”, diz Moscovici (1978, p. 26). Capazes de intervirem na difusão e na assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais.

A representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p.28).

Na década de 1960, Serge Moscovici apresenta a sua teoria das representações sociais. Situando-se na interface da Psicologia e da Sociologia, propõe-se a ver os fenômenos psicológicos do ponto-de-vista da vida social e cultural.

Moscovici (2001, p.18) argumenta que a nossa sociedade é uma sociedade pensante. Analisa então duas correntes de pensamento que se propõe a explicar a apreensão do conhecimento. De um lado está o que ele chama de crença do “poder ilimitado da mente” de conformar a realidade e, do outro, a moderna convicção na “força sem limites dos objetos”, capaz de modelar os pensamentos. A crença do poder ilimitado da mente está associada com um modelo idealista de ver o mundo. Nesse modelo o sujeito predomina sobre o objeto e o

objeto existe conforme a imagem que o sujeito faz dele. Do outro lado está a interpretação positivista do mundo a partir dos fatos, a partir dos objetos. Nesse caso é o objeto do conhecimento que atua sobre um sujeito e o produto, ou seja, o conhecimento, é o reflexo, a cópia desse objeto.

Os dois pensamentos, segundo Moscovici, têm como causa o instintivo medo que o homem tem de forças que ele não pode dominar e seu esforço para compensar essa fraqueza. Observa, no entanto, que se a crença do poder ilimitado da mente permitiu a nossa sobrevivência por milhões de anos, por outro lado, a interpretação do mundo a partir dos fatos permitiu adquirir muito, tanto em conhecimento como em tecnologia, em poucos séculos. Nesse caso, conclui, devemos assumir que ambas as crenças, cada uma a seu modo, representa um aspecto verdadeiro da relação entre os nossos mundos, tanto o mundo interior como o mundo exterior.

Conta uma fábula indiana que seis homens cegos são convidados a conhecer um elefante. O resultado é que surgem diferentes interpretações e descrições do animal. O primeiro homem, tocando o lado do elefante, diz: “Que macio! O elefante é como uma parede!” O segundo, por sua vez, tocando a tromba do elefante, exclama: “Como é redondo! O elefante é como uma cobra”. O terceiro, tateando as presas do elefante, vai compará-lo com uma arma. O quarto diz: “Que alto! O elefante é como uma árvore”. O que toca as orelhas pensa que o elefante é como um abano. Finalmente, o sexto homem cego vai compará-lo com uma corda ao tocar-lhe a cauda¹³.

Essa fábula bem poderia ilustrar a dificuldade de interpretar a realidade a partir dos fatos. O fato “elefante” é interpretado pelos homens conforme a sua posição. A idéia “elefante” não parece estar presente na sua mente pois do contrário teriam uma completa e correta descrição. Então, sem conhecer o fato “elefante” por inteiro, ao tentarem explicá-lo, lançam mão de idéias conhecidas como parede, cobra ou árvore. Até aí tudo bem. Mas, o elefante é apenas aquilo que esses homens conseguem perceber dele? De maneira nenhuma. O elefante existe, concretamente, independente do "relato", da "interpretação", da representação que cada um tenha dele.

Na vida real muitas vezes não nos apercebemos de algumas das coisas mais óbvias, não nos apercebemos da completa realidade em frente dos nossos olhos. Como aqueles homens, muitas vezes estamos cegos. Como eles, muitas vezes estamos em contato apenas

¹³ A fábula Seis Homens Cegos e o Elefante encontra-se na Udana, Escritura Canônica Hindu e foi recontadas inúmeras vezes por diferentes autores de diversas nacionalidades e em diferentes formatos que incluem livros de histórias infantis, poesias e livros religiosos.

com um fragmento da realidade. E as respostas a essa realidade vão, como aquelas, se relacionar diretamente com idéias por nós conhecidas. Sendo assim, as representações sociais devem ser vistas, segundo Moscovici (2001, p.31), como uma maneira específica de entender e comunicar o que já se conhece, ou o que se já tornou conhecido.

Não quero dizer que tal representação não corresponde a algo que chamamos o mundo exterior. Mas que apenas experimentamos e percebemos um mundo no qual, por um lado estamos familiarizados com as coisas feitas pelo homem que representam outras coisas feitas pelo homem e pelo outro extremo com substitutos para os estímulos dos quais podemos nunca ter visto os originais. (MOSCOVICI, 2001, p.20).

A representação tem dois papéis: primeiro o de convencionar os objetos, pessoas e eventos que encontramos dando-lhes forma definitiva, extraindo dessa maneira o significado do mundo. Segundo, o papel de, ao se impor sobre nós, orientar as nossas respostas, as nossas ações e comunicações.

Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa - em algum lugar entre conceitos - que tem como objetivo extrair o significado do mundo e organizá-lo - e percepções que reproduzem o mundo com significado. (MOSCOVICI, 2001, p.31).

A realidade seria então apreendida por uma consciência individual que formaria, dessa maneira, a imagem do objeto, a representação. Frequentemente referimo-nos à imagem ou representação do espaço, à representação da cidade, à representação da mulher, ou da criança, da ciência, do cientista. A representação então, para usar uma idéia conhecida, pode ser encarada como uma fotografia de um determinado objeto. No entanto, a representação pode e, segundo Moscovici (1978, p.25), deve, ser encarada de um outro modo. Na apreensão do mundo exterior a mente capta a sua imagem e vai reproduzi-la, é certo, mas ao fazê-lo vai interferir no objeto primitivo, reconstruindo dados, tomando como referência o contexto em que se está inserido, os valores e a experiência pessoal de cada um. Evidentemente todo esse processo é muito dinâmico. Representações sociais podem mudar e de fato mudam, ao longo do tempo, por inúmeras razões. Ao mesmo tempo, elas não são criadas por indivíduos isoladamente. “Uma vez criadas, no entanto, elas criam vida própria, circulam, aparecem, atraem e repelem umas às outras e dão origem a novas representações enquanto algumas antigas morrem” (MOSCOVICI, 2001, 27). E quanto mais se lhes desconhece a origem mais essas se fossilizam e se tornam quase imortais.

Moscovici (2001, p. 30-32) reconhece Durkheim (1895) como o primeiro a usar o conceito de *representações coletivas* identificadas como categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Durkheim ressalta o fato de que as sociedades criam as suas próprias representações e separa as representações coletivas das representações individuais: as representações individuais têm como substrato a

consciência de cada um, sendo um fenômeno psíquico, enquanto que as representações coletivas são uma produção mental da sociedade que, nesse caso, também pensa as coisas por sua própria experiência.

No entanto, Durkheim (1996; 1999) designa uma vasta classe de formas mentais como ciências, religiões, mitos, opiniões e saberes como representações coletivas. Considera que elas são homogêneas, transmitidas de geração a geração e compartilhadas por todos os membros de um grupo, do mesmo modo que se compartilha a linguagem, por exemplo. Têm a função de preservar a ligação entre eles, de coordenar o “pensar” e o “agir” do grupo, exercendo mesmo uma certa coerção. Por isso elas são representações coletivas. Por isso, fundamentalmente, são um instrumento explicativo.

Para Moscovici, pelo contrário, as representações são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que se relacionam com um modo particular de entender e comunicar. Nesse sentido, o conceito de Durkheim não conseguiria corresponder à rapidez com que se movem as informações e o desenvolvimento das ciências contemporâneas. Não conseguiria corresponder à pluralidade e à intensidade com que acontecem as comunicações nas sociedades contemporâneas. A noção de representações coletivas cede, então, lugar à noção de representações sociais.

As representações (...) não são as de sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta à heterogeneidade e flutuação dos sistemas unificadores – ciências oficiais, religiões, ideologias - e às mudanças pelas quais eles devem passar a fim de penetrar na vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (MOSCOVICI, apud Sá, 1995 p. 22).

Há necessidade de fazer da representação uma ponte entre o mundo individual e o social. De associá-la a uma perspectiva de uma sociedade em movimento. É necessário compreender não mais a tradição, mas a inovação. Não mais uma vida social já feita, mas uma vida social que está sendo feita. (MOSCOVICI, 1997, p.99). Em uma sociedade que é formada de indivíduos participantes do mundo, que buscam entendê-lo, mas que não o fazem sozinhos. A teoria das representações sociais, portanto, rejeita a idéia de um dualismo entre o mundo da experiência individual e o mundo social, afirmando que o conflito entre o individual e o coletivo não é somente o domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social.

Representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto, que pode ser uma pessoa, uma coisa, um evento material ou social, um fenômeno natural, uma idéia, uma teoria. Pode ser real, pode ser imaginário. A representação social

pode, então, ser definida como a reprodução mental de um objeto, na qual se reproduz algo que está ausente, como a versão simbólica da relação entre o objeto e o sujeito. Deste modo, quando uma pessoa vê um objeto, a mente junta o percebido com o que integra o conhecimento prévio que tem, produzindo como efeito a realidade imediata. Uma realidade imediata que não é outra coisa se não o resultado da interação construtiva do sujeito com a estrutura ambiental. Representar, portanto, não é tão-somente duplicar uma coisa tal e qual ela é. É reconstituí-la. E nesse processo, retocá-la, modificá-la. Nesse caso, as representações sociais, uma vez criadas, dão a impressão de que não são produções mentais que tiveram uma origem, um porquê. Passam a funcionar como verdades estabelecidas que têm o poder de orientar comportamentos e comunicações.

Embora esse ato de pensamento seja individual, envolvendo as características individuais de cada um, o indivíduo não vive só. O indivíduo compartilha com outros o viver nesse mundo, seja na concordância, seja no conflito. Então, no processo de formação da representação entram em cena o contexto, as idéias que circulam no grupo no próprio processo de interação social. A representação é social não porque sofre as determinações sociais, mas pela forma como é construída.(MOSCOVICI, 1997, p.99). Qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de que ela é produzida e engendrada coletivamente.

Por outro lado, Moscovici (2001, p.34-35) ressalta a existência de dois tipos diferentes de universos na convivência social: os universos consensuais e os universos reificados. Nos primeiros, todas as pessoas que deles participam são iguais e livres, capazes igualmente de falar em nome do grupo. Nos universos reificados, por outro lado, existe um sistema de papéis diferentes, de diferentes classes. Um comportamento adequado para cada circunstância. Uma fórmula lingüística para cada situação. Seus membros, por não serem iguais, participam de acordo com a competência adquirida.

As Ciências seriam o meio pelo qual se entende o universo reificado. A apropriação dos saberes científicos pelo senso comum tem o sentido de transformar o desconhecido em conhecido, de trazer o mundo dos universos reificados para o mundo do universo consensual e dessa forma torná-lo mais confortável.

É para responder a uma necessidade de integração ao mundo que nos rodeia que fabricamos as representações. Diz Jodelet (1997, p.47):

Frente a esse mundo de objetos e de pessoas, de acontecimentos e de idéias, não somos autômatos, e não estamos isolados dentro de uma vida social: este mundo nós o compartilhamos com outros, nos apoiamos nos outros - algumas vezes na convergência, outras no conflito – para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo.

Eis o porque de serem sociais as representações e serem tão importantes para a vida corrente. Elas nos guiam na tarefa de nomear e de definir juntos os diferentes aspectos da nossa realidade de todos os dias, na tarefa de interpretá-los, decidir sobre eles e eventualmente tomar posição em sua defesa.

Nesse ponto é importante compreender-se que as representações sociais são formadas a partir do que Moscovici denomina de objetivação e de ancoragem. Dois processos de pensamento baseados em memória e conhecimento acumulado que atuam no sentido de transformar o não familiar em familiar. O processo de ancoragem se refere ao enraizamento social da representação e seu objeto. É o processo que permite compreender como se confere significado ao objeto representado, como se utiliza a representação e como os elementos da representação não apenas expressam relações sociais mas também contribuem para a sua construção.

Ao tomar contato com uma nova realidade, entendendo-se por realidade tanto um objeto quanto um fato de qualquer natureza, a tendência é reduzir as novas idéias a categorias habituais e conhecidas. Através da ancoragem as idéias estranhas, perturbadoras, intrigantes, são inseridas no nosso sistema particular de categorias e comparadas com a categoria mais adequada. A partir daí somos capazes de classificar e nomear as novas idéias. Coisas não classificadas e nomeadas não são nada, são ameaçadoras. Mas, classificar e nomear não são operações puramente intelectuais que têm o objetivo de clarificar ou obter coerência social. São operações também relacionadas com uma atitude social, na medida em que classificar e nomear são operações que lançam mão de uma hierarquia de valores ao mesmo tempo em que utiliza conceitos conhecidos.

O processo de objetivação transforma a coisa abstrata em algo mais concreto. Transforma a abstração em realidade ao descobrir a qualidade icônica de uma idéia imprecisa para reproduzir um conceito ou uma imagem. O exemplo mais comum é a representação de Deus como um pai.

Para a formação das representações sociais, diz Spink (1995, p.117-118) concorrem: i) os conteúdos que circulam em nossa sociedade e ii) as forças decorrentes do próprio processo de interação social, do contexto em que estão inseridas. Estes conteúdos podem ter sua origem tanto em produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais. Entre eles podem ser encontrados a produção científica e o pensamento erudito em geral, que tudo “prova” e “comprova”. Aqui acontece uma interação curiosa, cada vez mais presente nos dias de hoje. Uma interação que faz surgir um novo tipo de senso comum, novos saberes sociais ou populares e que é resultado de um processo de apropriação desse conhecimento. Um processo de apropriação das imagens, das noções e das

linguagens que a ciência não cessa de inventar. Devidamente divulgadas pela televisão, pelas revistas, pelos jornais.

Por outro lado, ainda segundo Spink (1995, p.117-118), o contexto pode ser definido não apenas pelo espaço social em que a ação se desenrola, como também a partir de uma perspectiva temporal marcada por três tempos: i) o tempo curto, da interação que tem por foco a funcionalidade das representações sociais; ii) o tempo vivido que abarca o processo de socialização, o território do habitus, das disposições adquiridas em função da pertença a determinados grupos sociais e iii) o tempo longo – domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja: o imaginário social.

Além disso, diz Jodelet (1997, p.58):

As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir.

Moscovici (1978, p.67-69) vai ressaltar ainda três dimensões nas quais a representação social se apresenta em cada grupo: i) a atitude, que destaca a orientação global em relação ao objeto; ii) a informação que é a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; e iii) o campo de representação – imagem e modelo social. Por tudo isso, a representação social se apresenta como um conceito importante por constituir o dado empírico do qual é possível partir para uma análise da dinâmica do uso residencial no patrimônio cultural urbano de São Luís. Afinal, o patrimônio cultural urbano é um bom lugar para morar?

Quando se repete, insistentemente, que o lugar antigo não responde às necessidades atuais do habitar, não se pode deixar de pontuar que essa escolha do lugar e do modo de habitar também vai depender do modo como esse habitar é representado.

Ao mesmo tempo, como diz Cecília Londres:

O patrimônio é valioso, mas pesado e mudo. Pesado não só por sua monumentalidade e solidez e pelo lugar que ocupa no espaço público. Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus da sua proteção e conservação acaba por ser considerado um fardo por mentes mais pragmáticas” (FONSECA, 1997, p.18).

Essa questão remete diretamente ao fato de que uma das maiores dificuldades na prática cotidiana de conservação de uma determinada área é exatamente a existência de diferentes pensamentos, melhor dizendo, de diferentes representações - e o conseqüente

conflito decorrente desse fato - entre os órgãos responsáveis pela conservação dos imóveis e seus proprietários.

Em trabalho falando a respeito de projetos para favelas, Canter e Monteiro (1993, p.277) ressaltam que uma das fortes hipóteses para a falência de projetos para favelas seria a de que:

As pessoas que vivem nas favelas compartilham representações sociais sobre a sociedade que as distingue das pessoas que vivem em comunidades da classe média e que são as mesmas pessoas que planejam e administram a sociedade. (tradução livre)

Evidentemente, a questão não pode ser encarada de um modo tão simplista. O próprio trabalho mencionado vai concluir que aparentemente “muitas das representações, se não todas, podem ter sua qualidade social derivada do fato de refletirem interações entre grupos”¹⁴. (CANTER; MONTEIRO, 1993, p.246).

No entanto, não se pode deixar de refletir sobre o fato de que a conservação e preservação do patrimônio fazem parte do universo dos “especialistas”, do universo em que a racionalidade e a ciência decidem sobre o que e como preservar. Fonseca vai mesmo dizer que “um grupo muito reduzido se reconhece”. Vai dizer que o patrimônio se refere a “valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira”. Sendo assim, apreender as representações sociais dos moradores sobre o Patrimônio Histórico e sobre as políticas de conservação significa compreender também como e até que ponto as teorias e práticas da política de conservação são compreendidas, ou melhor, apreendidas pelos moradores e de que maneira são incorporadas na prática cotidiana, na vida desses moradores.

¹⁴ Tradução livre – texto original: “our analyses suggest that many representations, if not all, may derive their social quality from the fact that they reflect interactions between groups” (Canter, Monteiro, 1993, p. 246)

3 A METODOLOGIA

3.1 A Estratégia Adotada

O estudo das representações sociais está inserido entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. Como diz o próprio Moscovici (1995, p.11), para a teoria das representações sociais, os saberes populares e o senso comum são sistemas de signos coerentes. Ao assumir essa postura, a teoria das representações sociais situa-se na perspectiva de uma epistemologia que, sem duvidar da objetividade do mundo, coloca-a no rol das probabilidades, uma vez que os instrumentos que dispomos para acessá-la são socialmente construídos.

Nessa perspectiva inverte-se a posição do sujeito na questão do conhecimento. O sujeito, de observador neutro e passivo, passa a ter um papel central, enquanto formulador de teorias (científicas ou de senso comum) na criação de uma realidade consensual. Nesse sentido, a estratégia de pesquisa deve privilegiar os indivíduos e suas vivências. De fato, apreender as representações sociais acerca do habitar no patrimônio histórico é mais que obter opiniões ou explicações sobre determinadas atitudes. É apreender os pensamentos, as idéias, os sentimentos dos moradores, construídos e elaborados ao longo do tempo.

Considerada uma forma particular de Estudo de Caso, a estratégia denominada de História de Vida ou Narrativa de Vida foi a alternativa escolhida na medida em que permite captar de que modo os indivíduos, ou seja, os moradores do Santo Antônio, vivenciaram e, principalmente vivenciam as transformações do seu lugar de morar. Pode ser definida como a narração, por uma pessoa, de sua experiência de vida.

A História de Vida, como uma narração autobiográfica, contém fatos de toda natureza, e não raro esses fatos aparecem em ordem de importância ou relevância para a pessoa ou, pelo menos na ordem do que a pessoa pensa ser o mais importante naquele momento. Por isso, a narrativa é repleta de valores, de pensamentos e representações, sendo a sua maior vantagem a possibilidade do aprofundamento necessário para, como diz Spink (1995 p.124), a respeito dos estudos de casos únicos, “buscar na relação representação - ação os mecanismos cognitivos e afetivos da elaboração das representações”. Sendo a entrevista uma “situação relacional por excelência” então:

A expressão e produção de práticas discursivas aí situadas devem ser compreendidas também como fruto dessa interação, ou seja, os integrantes incluindo o pesquisador, são pessoas ativas no processo de produção de sentidos (SPINK; MENEGON, 1999, p.85).

3.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos se dividiram em 3 etapas:

1- Coleta de dados mediante:

a) entrevistas gravadas (em áudio) com moradores da área de proteção histórica estadual, Pólo Santo Antônio;

b) observação direta do cotidiano do lugar.

2- Análise das narrativas.

3- Análise e interpretação das informações à luz das representações sociais, o referencial teórico estabelecido.

3.2.1 A coleta de dados

3.2.1.1 A entrevista: definição dos entrevistados

A primeira questão que se coloca é a definição dos entrevistados. Segundo Moscovici (1978, p. 67) “as representações sociais estão organizadas de maneira muito diversa segundo as classes, as culturas ou os grupos e constituem tantos universos de opinião quantas classes, culturas ou grupos existem”. Sendo assim, definir como grupo o conjunto de moradores do Pólo Santo Antônio seria suficiente? Como primeira aproximação da população foi realizada uma pesquisa exploratória que revelou:

a) A maioria dos moradores é proprietária do imóvel. Em geral mora no local há cerca de 30 anos;

b) A maioria das habitações conta com 4 moradores (em média). Algumas, no entanto, tem seus quartos alugados fazendo dobrar esse número;

c) Uma ligeira predominância do sexo feminino, faixa etária de 40 a 60 anos, entre os antigos moradores responsáveis pelos domicílios;

d) Grau de escolaridade se divide predominantemente entre 2º e 3º graus completos;

e) Ocupação: funcionários públicos, profissionais liberais (ligeira predominância de aposentados), donas-de-casa, pequenos comerciantes, jovens universitários;

f) A renda familiar, varia entre 3 a 30 salários mínimos.

A solução adotada foi balancear as entrevistas de forma a contemplar alguns subgrupos. Um critério essencial: ser um morador antigo, isto é, morar no local há mais de 20 anos. Dois grupos foram definidos inicialmente: proprietários e inquilinos. A entrevista

deveria ser feita com a dona-da-casa, ou o dono da casa. Com dois subgrupos: moradores de faixa etária entre 40 a 60 anos e moradores acima de 60 anos.

No decorrer da pesquisa as entrevistas revelaram, logo no início, dois “padrões” de narrativa bem diferenciados entre os moradores: um trecho, entre as ruas Padre Antônio Vieira e Oscar Galvão se destaca dos demais. Dois pólos aglutinadores se formaram: o primeiro é constituído pelos moradores da rua Santo Antônio e arredores; o outro pelos moradores do trecho entre as ruas Padre Antônio Vieira e Oscar Galvão, da Rua do Rancho até a Rua Jansen Muller, que daqui para frente vai ser denominado de Seminário. Optou-se, então, pela redução dos limites espaciais do objeto de pesquisa com o objetivo de priorizar a compreensão das representações sociais entre esses dois pólos.

É necessário contemplar, na definição dos entrevistados, cada um dos pólos. Tanto no Pólo Santo Antônio quanto no Pólo Seminário são definidos os dois grupos de proprietários e inquilinos subdivididos nos dois subgrupos de diferentes faixas etárias: moradores de 40 a 60 anos e moradores acima de 60 anos.



Figura 3.1
Mapa da área pesquisada: Santo Antônio – Seminário.

Ao iniciar as entrevistas surgiu um outro dado: a participação dos jovens na comunidade. A observação direta do cotidiano no local revelou a presença de jovens e crianças brincando ou conversando na rua. Presença confirmada pela própria pesquisa

exploratória que, como se poderá ver mais adiante, aponta para uma faixa etária predominante entre 22 a 40 anos no conjunto dos moradores. Mais que isso, sua presença e participação em algumas entrevistas contribuíram muito para a identificação do lugar. Sendo assim, um terceiro subgrupo aparece: o dos jovens.

Nessa categoria não estão incluídos os jovens moradores da Casa dos Estudantes que estão ali transitoriamente, mas aqueles que escolheram o local para viver, como é o caso de I., 22 anos, estudante universitária e funcionária pública. Temos então mais 10 entrevistas com jovens universitários ou jovens recém-graduados, na faixa etária de 18 a 30 anos: 4 moradores do Pólo Santo Antônio e 6 moradores do trecho Seminário.

QUADRO DOS ENTREVISTADOS:

Santo Antônio – 15 entrevistas		
1º grupo: Proprietários		
Entre 40 – 60 anos 4 entrevistas: 3º. Grau 3 donas-de-casa / aposentadas/ profissional liberal 1 profissional liberal/professor universitário aposentado	Mais de 60 anos 2 entrevistas: donas-de-casa. 2º grau – professora primária funcionária pública aposentada	Jovens 3 estudantes universitários 1 recém formado
2º grupo: Inquilinos		
Entre 40 – 60 anos 2 entrevistas: 2º. Grau – 1 dona-de-casa 1 funcionário público	Mais de 60 anos 2 entrevistas: 1 dona-de-casa 1 funcionária pública aposentada	Jovens 1 estudante universitário funcionário público
Seminário - 22 entrevistas		
1º subgrupo: Proprietários		
Entre 40 – 60 anos 7 entrevistas: 1 profissional liberal 1 funcionário público 3 funcionárias públicas 2 donas-de-casa	Mais de 60 anos 5 entrevistas: 2 entrevistas – donas-de-casa 3 entrevistas – 2 professoras primária e 1 funcionária pública aposentada	Jovens 2 estudantes universitários 2 recém-graduados
2º subgrupo: Inquilinos		
Entre 40 – 60 anos 2 entrevistas: 2º. Grau - funcionárias públicas	Mais de 60 anos 2 entrevistas 1 dona-de-casa 1 funcionária pública aposentada	Jovens 2 estudantes universitários

Figura 3.2 Quadro dos Entrevistados

Finalmente, como o trecho Santo Antônio vem sofrendo com a saída dos seus moradores que, no passado, constituíram uma comunidade unida e ativa, foram entrevistados 4 ex-moradores desse trecho. Total de entrevistas: 41. Para preservar a identidade dos entrevistados, cada pessoa vai ser identificada apenas pela sua inicial

A estratégia adotada, por sua própria natureza, implica em profundidade de narrativas e não em número. No entanto, tratando-se de identificar representações sociais era necessário identificar o padrão de repetição. Sendo assim, ainda que sem uma definição inicial do número de entrevistas, foram entrevistados tantos moradores quantos necessários na identificação de um padrão tanto de narrativa quando de temas emergentes.

3.2.1.2 A entrevista: entrevistando

O procedimento durante as entrevistas foi permitir a livre manifestação da pessoa sobre o morar naquele lugar. Assim, a tática de aproximação iniciava com a apresentação do trabalho de pesquisa: “estudo sobre o centro antigo de São Luís como um lugar de moradia”.

Seguindo a metodologia adotada a entrevista se iniciava com uma pergunta genérica: “*Como é e como tem sido morar aqui*”? O objetivo maior dessa generalização era permitir a livre manifestação de idéias, acreditando que essa maneira viabilizaria o aparecimento das principais questões relativas ao morar, tornando possível ser identificado o peso e a importância que as pessoas poderiam atribuir ao fato de morar num lugar antigo, localizado em zona de preservação histórica.

A escolha pela palavra *aqui* foi absolutamente proposital e se revelou de grande valia como se poderá observar mais adiante. A intenção era deliberadamente não interferir na caracterização do lugar, uma vez que a escolha das palavras de cada morador, ao falar de sua moradia estaria e, de fato, esteve (e está sempre) carregada de valores e, nessa escolha, se configura a própria representação do lugar, assim como se afirma a sua identidade.

Mais uma vez é preciso reafirmar que o objetivo principal era compreender melhor o habitar contemporâneo no lugar antigo, apreender a sua identidade, apreender as representações dos moradores sobre o lugar. Sendo assim, a entrevista foi a mais aberta possível. Uma boa conversa. Principal requisito, saber ouvir. Isso porque as narrativas de vida fatalmente derivavam para assuntos diversos, experiências pessoais. A preocupação fundamental era deixar fluir os assuntos e captar os temas que emergiam das conversas. Mesmo não tendo roteiro a seguir as entrevistas seguiram um padrão, criado pelos próprios entrevistados.

A duração das entrevistas foi superior a uma hora, chegando a ocupar a tarde inteira ou, em alguns casos, (a escolha do horário devidamente estipulada pelo entrevistado) algumas manhãs. Foram realizadas nas casas dos entrevistados com exceção de uma moradora que pediu para responder no ambiente de trabalho uma vez que seu horário não permitiria a entrevista no decorrer da semana. No entanto, principalmente nos arredores da

Rua Santo Antônio alguns moradores se recusaram a dar a entrevista. O medo natural da violência urbana e talvez a intenção de não ter a sua privacidade invadida podem estar entre os motivos dessa recusa.

É preciso ressaltar que, mesmo com a deliberada intenção de não interferir, houve um momento em que foi necessário introduzir o tema Patrimônio na conversa. Porque, tanto no Pólo Santo Antônio como no Pólo Seminário, com a exceção de pessoas envolvidas com a cultura e o patrimônio cultural da cidade¹⁵, o tema do patrimônio não apareceu espontaneamente com exceção do grupo dos jovens, no qual o Patrimônio é um tema emergente. A solução adotada foi introduzir o tema na conversa, indiretamente. Ou então, não sendo possível trazer o tema sem o artifício da pergunta direta, a opção foi retornar em um outro momento e, dessa vez, tomando os mesmos cuidados para não interferir, colocar a questão de outra maneira.

3.2.1.3 A observação do cotidiano do lugar

A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. (...) Não é, pois, surpreendente que a observação tenha também um papel importante na construção dos saberes. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 176).

Com o objetivo de complementar as informações obtidas nas narrativas, a observação do cotidiano busca colher dados sobre o ambiente físico, tanto o espaço público (ruas, praças), com respeito ao seu estado de conservação e utilização como as próprias residências e hábitos cotidianos significativos. Como os moradores se apropriam do espaço físico local? Em outras palavras: quem utiliza o espaço, quando e como o faz e que espaço é esse.

A opção foi por uma estratégia de observação semi-estruturada. Assim, a investigação do ambiente físico se apóia nos mapas do IPLAN¹⁶ buscando possíveis transformações principalmente no que diz respeito ao uso residencial. Houve, no entanto, necessidade de complementar alguns dados sobre a área. Por disso, ampliou-se a pesquisa exploratória no sentido de identificar alguns dados a mais sobre os moradores, mais especificamente dados pessoais sobre quantas pessoas moram em cada uma das residências, sexo, faixa etária, renda familiar e tempo de moradia. Nesse sentido foi aplicado um questionário em 89 residências perfazendo-se um total de 85% das residências da área de pesquisa.

Quanto ao que se pode chamar livremente de “movimento” nas ruas a opção foi pela observação direta em diferentes horas do dia, em dias da semana alternados, ressaltando-se

¹⁵ O lugar abriga um dos grupos mais ativos de produção cultural em São Luís - o Laborarte, sendo alguns integrantes, incluindo o seu diretor, moradores também da região.

¹⁶ IPLAN – Instituto de Planejamento Urbano da Prefeitura de São Luís.

que os finais-de-semana, dias considerados críticos em regiões centrais pela ausência do movimento comercial, receberam tratamento especial, no sentido de uma observação direta intensiva, na forma de registros em diferentes horas do dia. Optou-se por registrar as informações em fitas de áudio, ou fotografias, visando a agilização do processo. Uma preocupação a mais: procurar na medida do possível “confirmar” as informações recebidas durante as entrevistas.

Horários observados prioritariamente:

- a) Fluxo intenso como os de saída e chegada para o trabalho que, no centro, são praticamente ao mesmo tempo. Ou seja: enquanto um grupo sai para o trabalho ou a escola, um outro grupo chega para trabalhar de manhã (entre 7 e 8 horas) e ao contrário no final da tarde (entre 6 e 7 horas). Um fluxo de “chegada em casa” acontece nos horários de meio-dia e duas horas da tarde revelando um tradicional hábito maranhense de almoçar com a família;
- b) A manhã – depois da “saída”, como se processa o movimento das ruas? As casas ficam fechadas ou não? Observa-se a presença de crianças em seu “passeio matinal” diário para tomar sol ? A praça é utilizada para brincadeiras ou encontros? Vizinhos trocam visitas? Há diferenças entre as ruas que servem de acesso ao centro comercial e as que não servem, ou melhor: há ruas que não são usadas como acesso ao centro? Como se dá o movimento de compradores ou usuários de comércio ou de serviços na área? Problemas de estacionamento? É possível identificar hábitos especiais?;
- c) Tarde / noite –mesmas observações do período da manhã com a preocupação explícita de assinalar as diferenças entre os diferentes períodos, tarde, manhã e noite.

3.2.2 Análise das narrativas.

A etapa da escuta e transcrição das entrevistas, prevista inicialmente para acontecer ao final do processo de coleta de dados, a saber, ao final da etapa da gravação de todas as entrevistas, se revelou necessária logo no início. Isso porque, no decorrer do trabalho, como mencionado, surgiram dois padrões distintos que se revelaram mais claramente no momento em que as transcrições permitiram a elaboração dos mapas das narrativas.

A segunda etapa dos procedimentos metodológicos passa então a acontecer paralela à coleta de dados. Esse procedimento acaba por enriquecer as entrevistas seguintes. No entanto, o cuidado para não interferir teve de ser redobrado. Seguindo o critério de observar cuidadosamente esses limites de não interferência foram construídos “mapas” das narrativas.

O trabalho de análise das narrativas segue os seguintes passos:

i) transcrição da entrevista.

ii) leitura do material intercalada com a escuta das entrevistas gravadas de modo a perceber os temas abordados e os detalhes da construção.

iii) construção dos mapas das entrevistas.

Vale ressaltar que as narrativas são complexas, sendo o trabalho de interpretação fundamental. Por isso, de modo a facilitar a etapa da interpretação, o caminho escolhido foi mapear as narrativas a partir dos temas emergentes definidos pela leitura da sua transcrição e escuta (re-escuta) dos áudios e, naturalmente, *guiando-se pelos objetivos da pesquisa*. A organização do mapa se dá a partir dos “dados” concretos fornecidos pela narrativa, agrupados segundo temas. Depois de mapeada, a leitura e a escuta conjunta da entrevista fornecem a base para uma análise das narrativas que procurou “ler” além do texto e observar as entonações, as pausas, as hesitações, plenas de significados.

Os padrões se estabelecem a partir da identificação das semelhanças nas narrativas tanto de temas emergentes quanto de sua seqüência. Os mapas são um “retrato” dessas narrativas. A partir daí, torna-se possível desvendar as dimensões presentes, as associações entre elas, a variedade de idéias e imagens presentes em uma única dimensão. Desvendar as relações entre elementos cognitivos, práticas cotidianas e investimento afetivo, (Spink, 1995 p. 129-142) que são as dimensões internas da representação.

3.2.3 A interpretação das narrativas

A interpretação das narrativas é guiada pelos objetivos da pesquisa, o que, trocando em miúdos, significa analisar as representações nas suas semelhanças, buscando principalmente compreender o lugar, o Pólo Santo Antônio – Seminário na dinâmica do seu cotidiano, na sua identidade, no seu significado para os moradores. Assim é que as falas apresentadas, mesmo se no contexto particular de um morador, correspondem a uma representação compartilhada pelo grupo. As diferenças, quando relevantes, são apresentadas e tratadas como diferenças uma vez que não se pode esquecer que as experiências pessoais influenciam diretamente a representação tanto quanto o contexto social em que se está inserido. Por outro lado, procuram-se identificar os temas recorrentes, os elementos das imagens construídas e destruídas, as objetivações e as ancoragens. Busca-se identificar também as diferentes dimensões apontadas por Moscovici: a dimensão cognitiva, a imagem e a atitude contida nas representações sociais.

4 A OBSERVAÇÃO DIRETA DO LUGAR

4.1 Observando o trecho “Seminário”

Vistos do alto da ladeira, os mirantes, os azulejos das fachadas e os beirais lembram a origem da cidade. Do outro lado da ponte, as torres comerciais e os novos edifícios de apartamentos testemunham o crescimento da cidade. O vibrante colorido das velas dos barcos, partindo para mais um dia de trabalho, completa a paisagem. Privilégio de quem mora nesse trecho do centro de São Luís. À tarde, com o sol baixo, como se costuma dizer por aqui, mês de junho, é possível ver, enfileiradas, bandeirinhas de papel colorido, recordações da festa de São João

Ah, as bandeirinhas são uma festa que se faz aqui. Tem o Laborarte e tem o seu Afonso que organiza tudo – ele agora está para o Rio, com a mãe e não dá para conversar com ele, mas a gente faz um bocado de festa aqui, no São João, no Natal, cada um leva um prato, e vem Boi e tudo mais. Tem também a festa do Judas.

Na Rua Padre Antônio Vieira, Dona M. e Dona N. conversam à porta da casa de uma delas: “Hora de tomar banho de sol, a gente conversa. A gente se conhece há muito tempo, a gente sabe que pode contar uma com a outra, somos muito unidas”. De novo amizade e solidariedade são as palavras escolhidas.

Na casa de Dona E., sua neta B. arrisca deixar seu depoimento de menina que tem amigos na vizinhança; que vai para a escola – “ali no Sesc, na Praça Deodoro” - ainda acompanhada, só tem sete anos, “mas depois que crescer vou poder ir sozinha”. Fala, com desenvoltura, dos brinquedos, do irmão, e pede muito compenetrada: “Desliga o gravador que fica ruim dizer que a gente não pode brincar de videogame porque fez malcriação”.

A observação direta durante diferentes horas do dia revela cadeiras na calçada ao fim do dia para uma prosa entre os vizinhos. Revela crianças brincando na rua, jogos de dama e violão. De dia algumas roupas secam no varal, improvisado no meio da rua – “onde há mais espaço e onde bate mais sol”.

A casa de Dona G. é muito animada, com muitos jovens que vêm estudar na capital. Como era a de Dona I., que relembra o tempo quando abrigava os sobrinhos que queriam estudar. Ainda hoje faz isso. Sua única queixa: de vez em quando, à noite, o barulho da meninada brincando na rua não a deixa dormir cedo. Não que ela não goste de criança, prova disso é a presença, a um canto da sala, da boneca que espera a dona chegar do passeio na Rua Grande, com a tia. – “Mas as crianças de hoje em dia deviam ser mais bem-educadas” .

Um pouco mais adiante é possível encontrar meninas com toda a parafernália de bonecas, panelas, pratinhos e comidinhas de *faz de conta*, brincando de casinha. As coisas todas espalhadas na esteira de palha, na frente da casa. Ou meninos brincando com os tradicionais carrinhos, ou jogando futebol. Na rua, que ainda hoje se adapta perfeitamente ao cenário. Afinal, “Quase que não vem carro aqui, por que não é passagem e fica mais longe da agitação, então dá para gente fazer algumas coisas, dá até para a gente brincar”, diz um dos meninos. “No final-de-semana dá até para ficar dormindo no meio da rua, completa o outro”.

O Seminário vai-se desdobrando aos olhos do observador. A figura abaixo apresenta o ponto inicial do trecho que vai ser percorrido nesse exercício de observação.

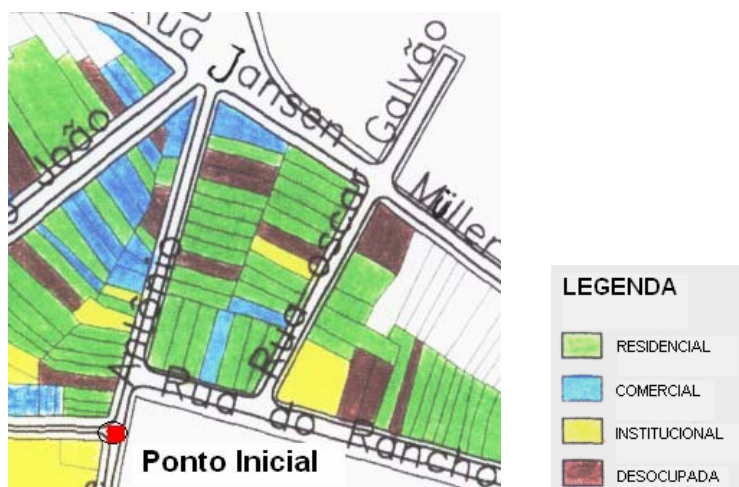


Figura 4.1 Trecho “Seminário”



Figura 4.2 Rua Padre Antônio Vieira, esquina com a Rua da Saavedra.

Acessar as ruas comerciais desse ponto não é tarefa das mais fáceis, uma vez que o percurso não é reto e a ladeira é bem íngreme. Dessa maneira, o tráfego aqui é basicamente local. À direita, o portão de ferro marca a entrada do estacionamento do Seminário Santo Antônio, onde algumas pessoas deixam seus carros.

À esquerda, as primeiras residências. Todas ocupadas. Como pode ser constatado, o estado de conservação é razoável. A maioria sofreu algum tipo de intervenção na fachada. Como o azulejo moderno, alguns datando da década de 1970 quando da lei de isenção do IPTU, ou como as grades nas janelas, evidente sintoma de preocupação com a segurança.



Figura 4.3 Rua da Saavedra. Vista da esquina da Rua Padre Antônio Vieira.



Figura 4.4 Casas na Rua Padre Antônio Vieira.

Na Rua da Saavedra, o movimento é praticamente inexistente em quase toda a sua extensão. Nesse primeiro quarteirão só há a residência da esquina que, na verdade, pertence à Rua Padre Antônio Vieira. No segundo quarteirão, ficam a Pousada do Francês, algumas

residências e instituições. Nesse trecho, algumas pessoas se recusaram a responder a entrevista ou a abrir a porta. E quem respondeu não deixou de mencionar, logo de início, o problema da segurança. As casas desocupadas e as ruínas próximas à Rua do Ribeirão são um motivo de constante preocupação. Quanto à conservação das ruas, o estado é mais ou menos igual em todo o centro. As calçadas esburacadas, com a vegetação crescendo por entre as fendas, o lixo não recolhido, as fachadas das casas manchadas das chuvas.



Figura 4.5 Porta-e-janela na Rua Padre Antônio Vieira.



Figura 4.6 Morada inteira com mirante na Rua Padre Antônio Vieira.

Apesar desta pesquisa não ter como objetivo demarcar as permanências e transformações do patrimônio construído, não se pode deixar de observar que o uso residencial, nessa área, manteve quase intacto o interior das casas enquanto que as fachadas sofreram modificações. Por outro lado, não se pode deixar de pontuar que, quando se definiu essa área como área de proteção histórica, muitas modificações já haviam ocorrido, o que na

verdade tem sido uma das justificativas para o tombamento diferenciado em área federal e estadual.

A fotografia a seguir, feita em outro dia e horário atesta o movimento das pessoas na rua. O costume de sentar à porta para apreciar o movimento ao final do dia ou tomar sol no começo da manhã. Ou para conversar, simplesmente.



Figura 4.7 Morada inteira com mirante na Rua Padre Antônio Vieira



Figura 4.8 Meia-morada. na rua Padre Antônio Vieira

Subindo a ladeira de volta em direção à Rua do Rancho, do outro lado da rua a tipologia tradicional: portas-e-janelas, meias –moradas. Com diferentes graus de intervenção.

O mapa apresenta o uso do solo urbano na área. Residências em sua maioria. E uma pequena percentagem de casas desocupadas. A maioria está ainda em razoável estado de conservação.



Figura 4.9 Mapa do trecho em observação



Figura 4.10 Rua do Rancho. Bandeirinhas de São João.

A Rua do Rancho é a única rua asfaltada desse trecho. Como as ruas asfaltadas são as ruas de acesso principal à Rua Grande, essa é uma exceção. Que não impede que as calçadas se apresentem esburacadas e cheias de vegetação. As bandeirinhas são a recordação da festa de São João. Os carros e o “trailer” estão ali para reparos na oficina próxima, no fim da rua.

Dias diferentes horários diferentes, a rua apresenta o mesmo movimento, inclusive de crianças brincando. O casario no alto da foto é o da Rua Rio Branco. À direita, o muro do Seminário Santo Antônio, na verdade, fundos do Seminário. No final, um dos símbolos da era tecnológica: a antena parabólica que traz o mundo para dentro de casa, objeto de controvérsia e queixa do departamento de patrimônio e que se torna a cada dia mais popular no centro.



Figura 4.11 Rua do Rancho. Movimento de domingo.



Figura 4.12 Casas na Rua do Rancho. Meninas em frente da *porta-e- janela*

Para completar o trecho “Seminário”, falta percorrer a Rua Oscar Galvão.



Figura 4.13. Mapa do trecho Seminário



Figura 4.14 Rua Oscar Galvão. Fim de tarde



Figura 4.15 Rua Oscar Galvão. Movimento de final de semana.

Aqui a mesma tipologia da Rua Padre Antônio Vieira e o mesmo tipo de intervenção, tais como grades e portas de garagem. Além disso, algumas casas feitas, ou modificadas, no período modernista. Em dias diferentes, a primeira é um dia de semana à tarde. A segunda, um domingo. O mesmo movimento de confraternização dos moradores e apropriação do espaço urbano mais singular: a rua. Nas duas fotos, à direita, a vegetação abundante do terreno baldio “invadido”, objeto de preocupação dos moradores.

Nesse trecho, a observação direta em diferentes horários revelou maior movimentação de pessoas na rua, num movimento rotineiro dos afazeres do dia-a-dia. Vizinhos que se visitam

para trocar um que outro ingrediente que lhe faz falta, uma xícara de açúcar, um limão. Vizinhos que se encontram diariamente, pela manhã, para tomar sol, momento em que aproveitam para conversar. De tarde, para se “distrair”, livres das tarefas domésticas.

As crianças brincam na rua, “apesar de que não se pode permitir sempre porque a gente fica com medo”. A recepção à idéia da entrevista foi muito melhor. Nenhuma negativa, pelo contrário, na maioria das vezes o convite estava pronto: “Entra, senta! Uma água? Um cafezinho? Ou então um “bolinho com guaraná”. Sugerindo um medo menor da situação desconhecida em geral, originada talvez na própria confiança da vida em comunidade.

Apesar dos depoimentos da existência de “meninos de rua” não se observou um movimento excessivo na área, principalmente se comparado com o restante do centro. A praça, o Largo de Santo Antônio, no entanto não parece ser um ponto de encontro para esses moradores, com exceção é claro, da Igreja, missas e festividades. O movimento durante o dia se deve à Escola Modelo, com os alunos entrando e saindo, aproveitando o horário do lanche. Ao fim da tarde há um certo movimento no bar na esquina da Rua de São João.

Nos finais de semana, o movimento é diferente. Muitos vão à praia. Outros aproveitam para confraternizar e, no final da tarde, é possível se ver e, principalmente, ouvir pessoas sentadas na rua, com o aparelho de som da casa, ou do carro, ligados, compartilhando música e cerveja. Como um bairro, um lugar de morar.

4.2 Alguns dados a mais

Como já foi dito, ampliou-se a pesquisa exploratória no sentido de identificar alguns dados a mais sobre os moradores, tais como faixa etária, renda familiar e tempo de moradia. O resultado do questionário aplicado aparece a seguir:

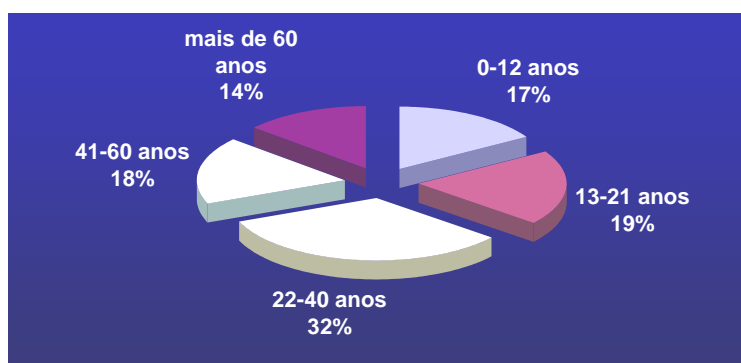


Figura 4.16 Gráfico Faixa Etária da População Residente. Grupo “Seminário”

Desde o início chamou a atenção a participação dos jovens na vida do lugar, o que levou a questionar-se a idéia de que não há jovens morando no centro antigo. De fato, a

pesquisa revelou a presença de 36% de pessoas com menos de 21 anos e um índice de 32% na faixa etária de 22 a 40 anos.

Com relação ao tempo de permanência, no Seminário:

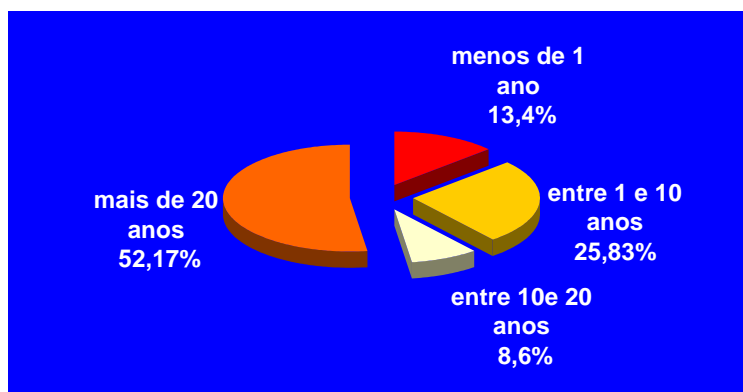


Figura 4.17 Gráfico Tempo de Moradia - Grupo "Seminário"

Comparando-se os dados da faixa etária dos moradores com os dados sobre o tempo de moradia, tem-se a confirmação da representação do Seminário como um local que permaneceu como um lugar de moradia e que vem sendo renovado, particularmente nos últimos 10 anos.

A maioria dos moradores está ali há mais de 20 anos, o índice de 52% confirma isso. Ao mesmo tempo, os dados apontam claramente para um período em que aparentemente houve uma retração na vinda de pessoas para o centro quando se observa um índice de apenas 8,6 % no período de 10 a 20 anos.

Nesse ponto é preciso olhar para o outro grupo, o Grupo Santo Antônio e observar o que acontece ali.

Em primeiro lugar a faixa etária hoje:

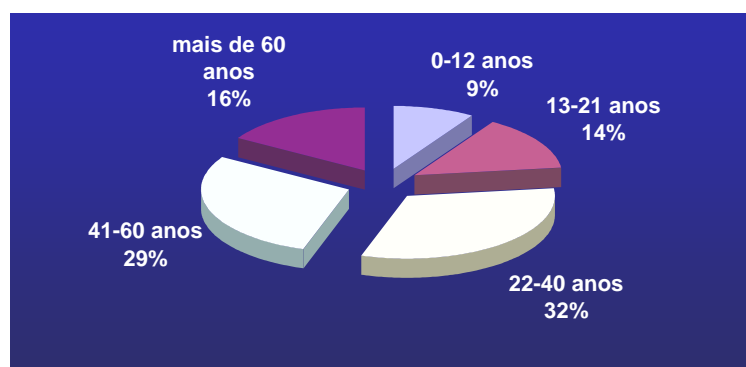


Figura 4.18 Gráfico Faixa Etária dos Moradores – Grupo "Santo Antônio"

Comparando-se os dois resultados, é possível observar-se que, mesmo sendo menor a percentagem de jovens com menos de 21 anos, também no Santo Antônio a presença dos jovens não é insignificante como se supunha.

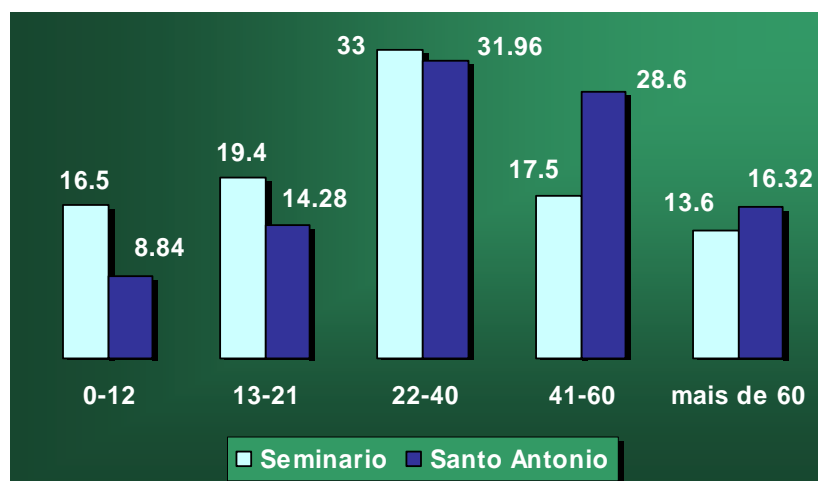


Figura 4.19 Gráfico comparativo da faixa etária dos dois grupos

O gráfico a seguir apresenta os resultados em relação ao tempo de moradia no lugar:

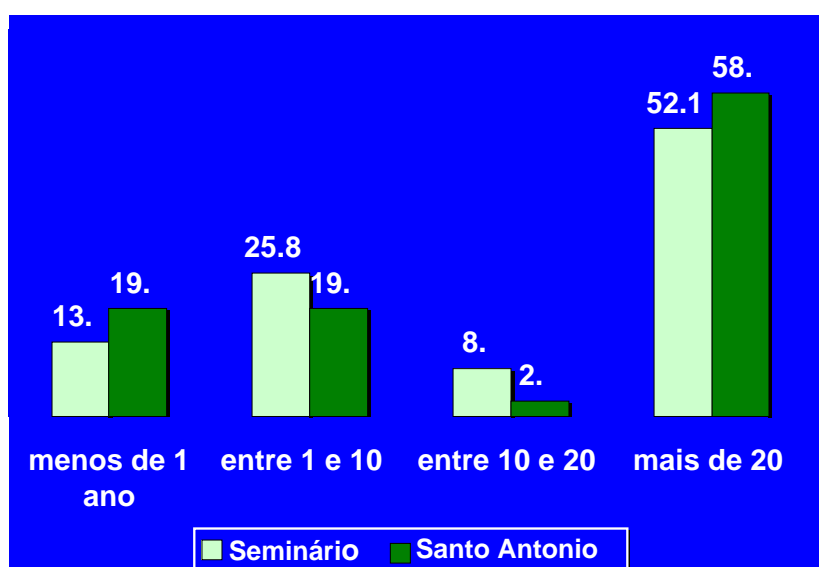


Figura 4.20 Gráfico Tempo de Moradia no Pólo Santo Antônio 1

Comparando-se os resultados, vemos que a grande maioria de toda a área em estudo reside no lugar há mais de 20 anos. No entanto, um dado se torna mais evidente: a percentagem em relação ao número de pessoas que ali residem entre 10 e 20 anos parece sugerir que houve uma retração no movimento de procura do centro como local de moradia nesse período. Movimento que parece ter sido retomado de dez anos para cá.

Relacionando com algumas datas significativas para o patrimônio histórico: 1) 1974, o ano em que o centro foi definido como “cidade histórica” no Plano para São Luis, ou seja: 28 anos atrás; 2) 1986, quando foi decretado o tombamento federal, na verdade 16 anos atrás, inclusa, portanto, dentro do período de retração detectado; 3) por fim, 1997, ano em que São Luís foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO:

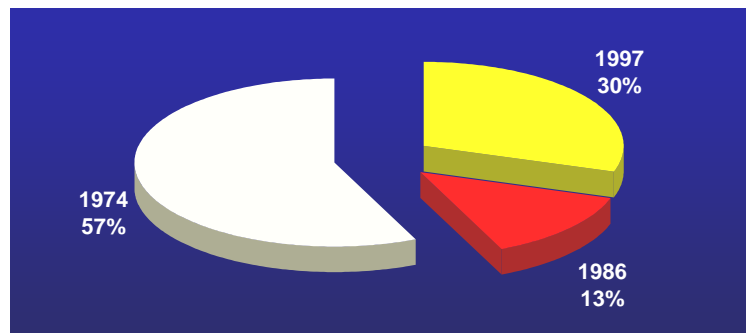


Figura 4.21 Gráfico Tempo de Moradia no Pólo Santo Antônio

Os números, mais uma vez, confirmam que a maioria das pessoas, morando na área, viveu o momento da definição do centro como uma área de proteção histórica (1974).

Quanto aos novos moradores, aqueles que chegaram há menos de um ano, ou há menos de cinco, quem são eles? Vamos tratar, principalmente, dos “donos da casa”, dos responsáveis pela casa, visto na maioria das vezes são eles também os responsáveis pela definição do local de moradia. Nesse caso, os novos moradores se dividem mais ou menos igualmente entre as faixas etárias de 20 a 55 anos, com uma ligeira predominância de mulheres. São profissionais liberais, estudantes, aposentados. Podem trabalhar tanto na área histórica quanto fora dela. Alguns, como foi dito durante as entrevistas, estão voltando ao lugar de infância.

O gráfico a seguir apresenta o comportamento da faixa etária em relação ao tempo de moradia.

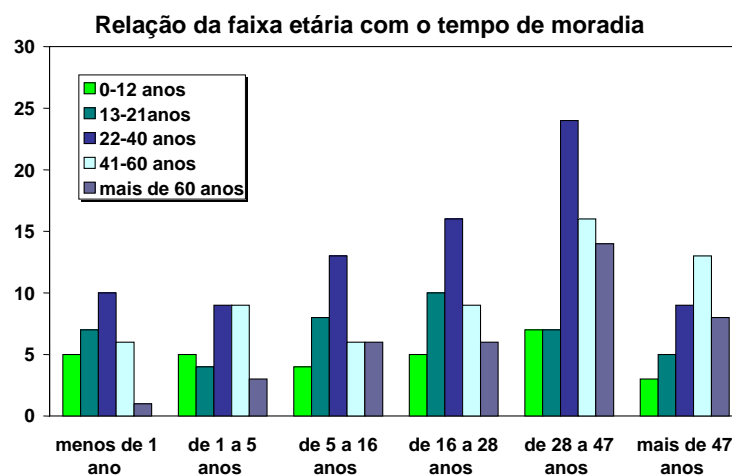


Figura 4.22 Gráfico Faixa Etária/ Tempo de Moradia. Pólo Santo Antônio

Os números estão relacionados com o tempo de permanência da família e não ao tempo de moradia de cada pessoa. Assim é que uma família, que está na área há mais de 47 anos, tem consigo moradores de 0 a 12 anos. Muitas vezes essa opção é devido à situação financeira, outras vezes é uma questão de fazer companhia aos familiares mais velhos.

A maioria dos dados aqui levantados não evidencia significativas diferenças entre os moradores do Grupo Seminário e do Grupo Santo Antônio, embora se possa observar uma maior porcentagem de crianças no “Seminário” do que no “Santo Antônio”. A diferença parece estar na concentração de moradores. Em outras palavras: o “nicho” sofreu menos a mudança de usos que caracteriza o centro de cidade atual. A maioria de seus imóveis permaneceu como residência por todo esse tempo.

Finalmente, a renda familiar é mais ou menos a mesma nos dois grupos de moradores. Da mesma forma, não apareceu uma relação entre essa renda familiar e o tempo de moradia.

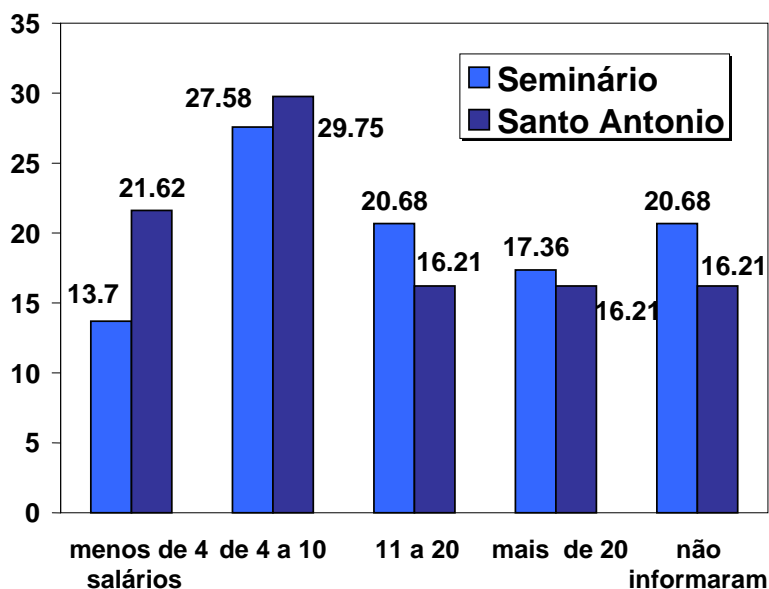


Figura 4.23 Gráfico Faixa Salarial. Pólo Santo Antônio.

4.3 Observando o trecho Santo Antônio

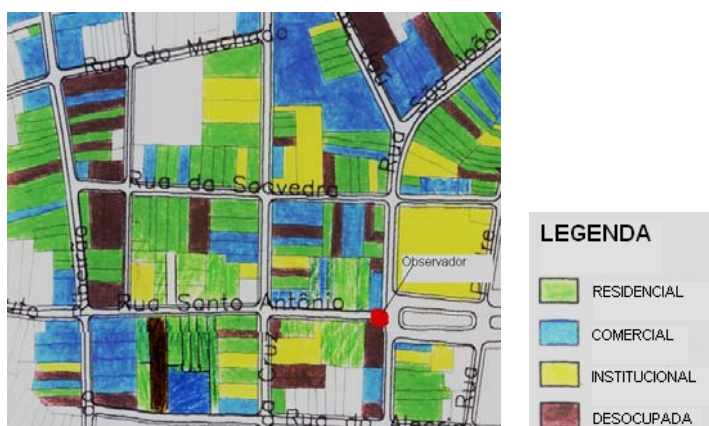


Figura 4.24 Mapa do Santo Antônio

Esse trecho apresenta um maior número de moradas inteiras e solares. Apresenta casas do período eclético. Muitas ocupam grandes lotes, indo de uma rua a outra, isto é, começando na Rua de Santo Antônio e terminando na Rua do Alecrim, por exemplo. Muitas

sofreram transformações no uso: pousadas, lojas, instituições, escolas. Transformações que por vezes foram capazes de manter a mesma fachada, por vezes não. Muitos casarões mantêm suas características originais.



Figura 4.25 Casas na Rua de Santo Antônio. Fim-de-semana

No fim-de-semana, as pessoas arriscam-se pôr as cadeiras na calçada. Na esquina, o ponto comum entre o fim-de-semana e o dia-a-dia do centro comercial: o “guardador de carros”. A rua de Santo Antônio não recebeu os controladores de estacionamento, ‘os parquímetros’¹⁷, mas é perto o suficiente para servir de estacionamento gratuito, ou pelo menos livre do compromisso de renovar o pagamento a cada duas horas. A Igreja ao fundo é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Rua do Egito.



Figura 4.26 Casas na Rua Santo Antônio. Durante a semana.

¹⁷ Em 1998/1999, foram instaladas, no centro, máquinas controladoras de estacionamento pela Prefeitura de São Luís, criando uma zona de estacionamento rotativo, no máximo de 2 horas, nos arredores da Rua Grande: a Zona Azul. Na direção da Beira-Mar, essa zona de estacionamento controlado, e pago, vai até a Rua do Alecrim. Conseqüência imediata: o estacionamento se mudou para além da Rua do Alecrim, na zona não controlada que é mais barata, o guardador cobra a metade do preço e não tem prazo de renovação.



Figura 4.27 Casas na Rua Santo Antônio. Movimento do estacionamento.



Figura 4.28 Casa na Rua da Cruz



Figura 4.29 Casas na Rua de Santo Antônio. Meia- morada com dois pavimentos.



Figura 4.30 Casa do Muxarabi e entrada da Vila Margarida



Figura 4.31 Vila Margarida



Figura 4.32 Casa do Muxarabi



Figura 4.33 Antigo Prédio da Escola de Música hoje Escola de Artes Cênicas

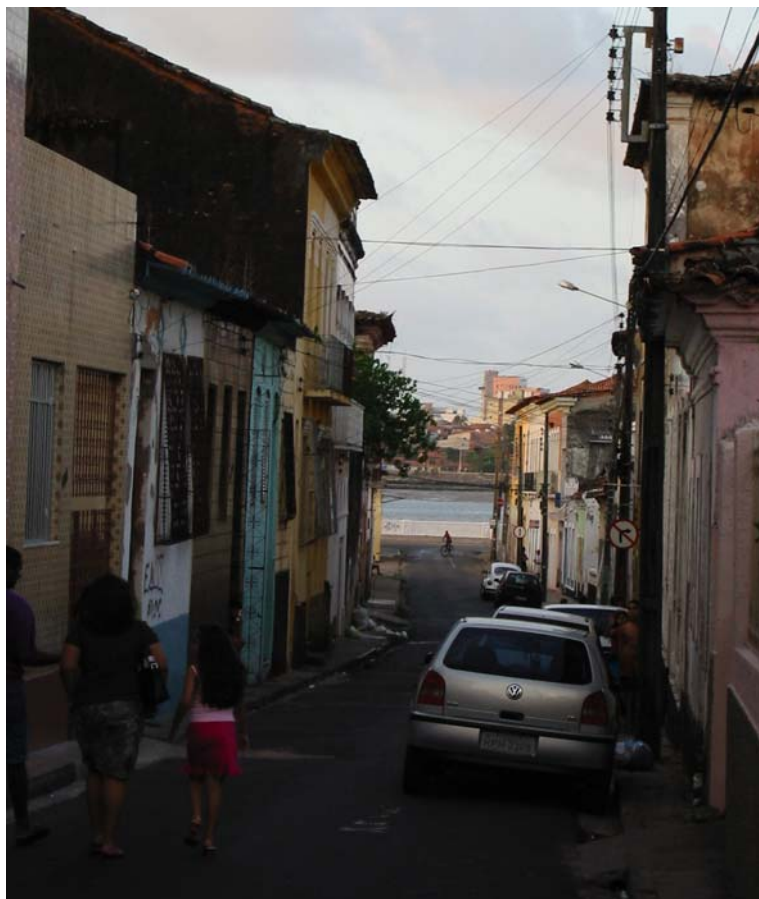


Figura 4.34 Rua do Ribeirão

5 O LUGAR, NA FALA DOS MORADORES

5.1 A identidade do lugar na representação dos moradores

“Como é a vida aqui? A vida aqui é a mesma. A vida é a mesma em todo lugar”.

Essa foi a resposta à pergunta que, por descuido, confundia o “morar aqui” com a “vida aqui”. De fato, a entrevista deveria iniciar-se com a pergunta genérica: “Como é morar aqui”? Com Dona Ana aconteceu da pergunta ficar diferente - Como é a vida aqui? - o que levou à imediata resposta, com um tom entre surpreso (Como uma professora não sabe isso?) e indignado (Será que é para responder?).

Passado o primeiro momento, quando foram mais que necessárias mil explicações, Dona Ana, já com praticamente oitenta anos, moradora da região há mais de vinte, acaba por dizer que é mesmo, que a vida é a mesma aqui e lá, sendo *lá* o bairro em que os filhos moram, mas

Aqui tem as amigas que se reúnem, cada dia em um lugar, para rezar. Tem a Igreja. Eu gosto muito de Igreja, especialmente a de Santo Antônio, sabe? Então eu acho que vou ficando por aqui.

A confusão inicial foi uma lição em vários sentidos. Primeiro ensinamento: a escolha das palavras numa investigação como essa é fundamental. “Morar” tem um significado diferente de “vida”. Segundo, a vida é “a mesma”, tanto ali como nos outros bairros, no sentido que as pessoas que vivem ali são pessoas comuns, são pessoas que trabalham, que estudam, que têm seus momentos de lazer. Pessoas que enfrentam as dificuldades de todos os dias, como todos os brasileiros, uns mais outros menos. Pessoas com diferentes histórias de vida, com seus dramas cotidianos, com suas alegrias e seus sonhos. Como a maioria de nós. Agora, morar já é outra estória, ensina Dona Ana.

Aqui está perto de tudo. E tem essa gente que eu conheço há muito tempo. Se eu mudar daqui vai ser difícil eu vir rezar, vou perder o contacto com elas, (as amigas) como é que fica então? Por isso que eu moro aqui.

Em outras palavras: morar implica em construir e estabelecer ligações com o ambiente físico e social. Implica em se apropriar do ambiente construído de uma maneira especial. Implica em construir amizades.

Dona J. mora no centro desde que nasceu. Quando casou em 1972 e saiu da casa dos pais, na Rua da Cruz, foi morar ali mesmo no Centro, na Rua do Sol, perto da Praça Deodoro. Agora, depois que o pai faleceu, há mais ou menos dois anos, voltou a morar na mesma casa, “para acompanhar minha mãe”. “Eu nunca quis sair do centro, meus filhos gostariam, meu marido gostaria, mas eu não. Porque são as raízes, não é?”, diz Dona J., e continua: “Os vizinhos aqui são antigos, todo mundo se conhece, todo mundo sabe da vida do outro, (...) são três, quatro gerações, desde o tempo da minha avó”. “Além do mais”, diz ela, “a casa é ampla e ventilada”.

Dona E. é radical: “Daqui só saio para o cemitério”. Por contraste, ao afirmar que apenas a morte poderia privá-la de morar no centro, Dona E. confirma o significado: vida.

Dona C. adora o local onde mora: “Moro num palácio, não quero sair daqui nunca. Para Dona R. o fundamental é “ficar perto de onde as coisas acontecem. Nos bairros a gente fica distante e isolada”.

No dizer de Yi-Fu Tuan (2001, p.6) o lugar transcende o ambiente físico ao agregar a ele as pessoas e as experiências vividas. Também Aldo Rossi (1995) aponta uma qualidade no espaço, ligada à vivência das pessoas, que acaba por diferenciar os diferentes lugares e lhes conferir individualidade. Por isso ao falar do morar, a tendência é tentar dizer como é o seu lugar de morar e como acontece a vida ali. É contar a sua experiência individual, sua experiência coletiva, as relações com a vizinhança. Por isso, falar do “morar” é falar também e, principalmente, da identidade do lugar e de seus moradores.

Diz Ciampa (1998, p. 129-146) que, ao tentar se identificar, ao tentar dizer quem é, o personagem (ou o indivíduo) fornece o nome. Depois, se não for suficiente, usa outros substantivos próprios, definindo, a seguir, uma posição no mundo, colocando-se numa perspectiva histórica. Finalmente, acontece do personagem não mais tentar apenas dizer quem é, mas passar a atuar, a agir. Portanto, se no primeiro momento a identidade aparece “como um traço estatístico que define o ser” (p. 130), se no primeiro momento “o indivíduo aparece isolado, sua identidade como algo imediato e imutável” (p. 130) , não se pode esquecer que “a manifestação do ser é sempre uma atividade” (p. 132). Porque o

indivíduo não é algo, ele é o que faz (p. 135). O indivíduo não é uma entidade estática, uma vez que está sempre em atividade, sempre interagindo com os outros indivíduos e com o ambiente .

Nos dicionários, ainda parafraseando Ciampa (1998, p.137), entre as diversas acepções da palavra *identidade* encontram-se: i) identidade como estado do que não muda, do que fica sempre igual e ii) identidade como um conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la (HOUAISS, 2001). Identidade é, portanto, a articulação da diferença e da igualdade, diz Ciampa (1998, p.138). Com isso, “transforma-se radicalmente o pesquisar sobre a identidade”. Se anteriormente a questão se colocava como “descritiva apenas; o desafio era obter o maior número possível de informações”, conceber a identidade como articulação da diferença e da igualdade leva a uma busca do entendimento dessa relação, uma busca “para captar os significados implícitos, considerar além das aparências” (CIAMPA, 1998, p.139).

Ao conceituar a identidade dessa maneira, o autor ressalta a necessidade de entender tanto o momento histórico como a estrutura social e entender, principalmente, que identidade não é algo dado, fixo, imutável. Identidade é metamorfose. É nesse sentido que a questão não se coloca mais como uma questão descritiva em que se procuram apenas os dados objetivos. No caso do urbano isso significa que, no processo de identificar o lugar, é preciso ir além das estatísticas, ir além dos dados objetivos e levar em conta os processos subjetivos que ali ocorrem.

Também, diz Ciampa, se para saber o nome de uma pessoa a pergunta não precisa ser tão específica (como você se chama?) mas pode ser mais aberta (quem é você?) a resposta não precisa ser um nome. “Outras representações servem como resposta” (CIAMPA, 1998, p.153). No nosso caso a pergunta foi mais genérica ainda: Como é o morar aqui? Responder a essa pergunta, já se constatou, passa pela identificação do lugar e de seus moradores. Foi assim que os moradores, ao revelarem suas experiências, suas vivências, revelaram o lugar em que moram.

Como foi dito no capítulo que apresenta a metodologia, no decorrer desse trabalho dois grupos principais demonstraram claramente diferentes representações sobre o lugar: o grupo Seminário e o grupo Santo Antônio.

Diferentes histórias pessoais, diferentes idades, diferentes contextos familiares, diferentes histórias de vida convergiram para o mesmo “padrão” de respostas de acordo com o *grupo* no qual o morador está inserido. Observa-se, por exemplo, que o morador do grupo Seminário tende a: i) começar falando das vantagens de morar ali ; ii) relatar a seguir algumas experiências pessoais; iii) relacionar essas experiências com a opção de morar naquele lugar; e iv) finalmente, falar de alguma desvantagem, problema, ou desvalorização. Por outro lado, o morador do Santo Antônio, isto é, de uma área mais próxima à área comercial, ou inserido numa área próxima a casarões abandonados inicia a narrativa: i) falando há quanto tempo mora no centro; ii) depois, passa imediatamente a falar do passado; iii) compara a vida no momento que escolheu morar naquele lugar com a que tem hoje; iv) justifica a própria escolha, o que inevitavelmente leva a falar de vantagens e desvantagens de permanecer morando no centro.

Além desse “padrão” de respostas é possível observar similaridades quanto aos temas levantados em cada um dos grupos sugerindo uma mesma representação do lugar, isto é, uma representação social, construída ao longo do tempo, nas conversações e experiências vividas.

5.2 As representações dos moradores do grupo Seminário

5.2.1 Os temas emergentes

Os primeiros temas a emergir nas falas dos moradores do Grupo Seminário foram a convivência, a vizinhança e a tranquilidade do local. Para esse grupo, o “*morar*” começa a ser definido a partir da convivência com os amigos, a partir das características da vizinhança ou da tranquilidade do lugar. A representação do “*morar*” é objetivada a partir da convivência comunitária:

O que eu mais gosto de morar aqui é o pessoal que mora aqui. É muito bom e eu não tenho vontade de me afastar daqui por nada desse mundo.

Para os moradores, a relação com os vizinhos é a característica formadora e aglutinadora da comunidade e é também a melhor razão para morar ali:

A gente se conhece há muito tempo.

Todo mundo se conhece por aqui.

Os vizinhos são os mesmos, a gente pode contar com eles.

É bom a gente saber quem mora do lado da gente.

Mesmo eu, que não sou uma pessoa que ande na casa de vizinho, eu sei que posso sair correndo e ir pedir ajuda que vem alguém me ajudar.

Eu gosto de morar aqui devido à vizinhança que a gente tem, que é uma família.

É interessante observar que a identificação do lugar se dá, em primeiro lugar, por meio da identificação dos seus moradores e da inter-relação que acontece entre eles. Desse modo, dizer que quem “mora aqui” é diferente; dizer que quem mora nessa pequena comunidade é, de algum modo, especial, assume um papel de destaque:

Também o mais interessante daqui do centro é que as pessoas, que o pessoal daqui, tem ainda um pensamento muito rude. Ainda pensa de um jeito mais tradicional, com mais respeito.

Ou então:

Eu acho melhor morar num ambiente que possa te levar para frente. O centro te possibilita *mais*. O pessoal aqui pensa mais alto.

Na fala, estão presentes a referência à comunidade e a idéia de que essa comunidade é especial, já que te “possibilita o crescimento, te leva para frente, te possibilita mais”, tanto no sentido profissional quanto no sentido espiritual, ou “moral”, como diz a moradora.

Outra moradora oferece o seguinte testemunho:

A gente é muito unido e todo mundo coopera. Porque antigamente a gente tinha o largo de Santo Antônio¹⁸ mas, isso se perdeu e agora só nos bairros. A gente só tem, perto daqui, na Madre de Deus. O fato da gente fazer aqui mesmo as nossas festas¹⁹ é muito importante e por isso é que eu gosto muito daqui.

¹⁸ Referência às brincadeiras juninas.

¹⁹ Durante a fase de pesquisa houve oportunidade de observar duas das festas coletivas, uma em junho, Festa de São João e São Pedro e outra na véspera do Natal.

Vem à tona a cultura popular, tema presente em quase todas as entrevistas, numa afirmação de que o lugar cultiva as brincadeiras e o “gosto” maranhense como ainda se fala por aqui. Não importa a idade, todo mundo conhece e “brinca” de bumba-meu-boi. Participa das festas de Santo Antônio e São Pedro, participa da Malhação do Judas. Só uma queixa:

O carnaval, só tem na Madre de Deus. Antigamente a gente brincava em todo lugar, agora não. Mas a gente vai para a Madre Deus.

É, no ano passado, vovó levou a gente para ver o fofão, e aquele bloco do Bicho Terra e do Jegue. Engraçado que só. Eu quando era pequena tinha medo do fofão, mas agora não.

Festas e brincadeiras tradicionais na Ilha são lembradas inevitavelmente em todas as histórias. O amor ao lugar se reveste de um sentimento de orgulho, ressaltando, de certa maneira, talvez pela longa permanência, um sentimento de autenticidade com relação a ser maranhense, um sentimento de orgulho por ser um nativo de São Luís. Um Ludovicense. Quem se lembra de usar esse adjetivo?

Ao brincar, ao agir, ao atuar, os moradores constroem a identidade do lugar, ao mesmo tempo em que o lugar, numa relação dialética propicia a ação, a convivência. A longa permanência chama para a convivência. A convivência acaba por propiciar a permanência.

5.2.2 Igual, mas diferente: o “nicho”.

Segundo Moscovici (1978, p.111)

Uma representação social elabora-se de acordo com dois processos fundamentais: a objetivação e a amarração²⁰.[...] A objetivação como se sabe, faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material.

É esse processo que começamos a ver delineado na fala que se segue:

Moro aqui há 48 anos, e nunca pensei em momento nenhum em me mudar daqui. Eu acho inclusive que essa região, que fica aqui próxima ao Seminário de Santo Antônio, assim como alguns lugares aqui, no Centro Histórico, você vai ter como

²⁰ Ancoragem tem sido o nome mais recentemente adotado no Brasil.

que *nichos*, onde você vai ter uma vivência *como se você estivesse num bairro* e ao mesmo tempo você está bem ao lado do centro. Eu acho que esses lugares eles reúnem essas qualidades. Aqui as minhas filhas *cresceram na rua, brincando, com os vizinhos e tudo, como nos bairros*. (grifo nosso)

Nessa fala a objetivação se dá no momento em que se relaciona o lugar (perto do Seminário de Santo Antônio), uma porção do Centro Histórico²¹, como um lugar que mantém a vivência de bairro. Para reforçar a idéia objetivada o morador usa a imagem conhecida de “nicho”. Na fala, o morador recorre à representação do bairro como lugar onde é possível viver comunitariamente, onde é possível conviver com amigos. Um lugar onde são construídas relações de vizinhança, com o intuito de identificar o centro. Na verdade não o centro, mas “essa região que fica próxima do Seminário”. Que ele chama de “nicho”.

Lugar especial destinado a imagens; lugar retirado, isolado. Assim, a língua portuguesa identifica a palavra *nicho*. O *nicho* Seminário é exatamente esse lugar especial. Um recorte, alguma coisa que mantém, hoje ainda, a qualidade de vida que se podia encontrar em todo o centro, não muito tempo atrás: a convivência entre os vizinhos, a rua como ponto de aglutinação.

Até a década de 1970 o centro era efetivamente o lugar nobre de residência, onde se vivia exatamente a vida que hoje parece persistir apenas nos bairros. No momento em que começou o processo de zoneamento da cidade e ficou “decidido” que o centro deveria ser destinado a atividades comerciais e administrativas. O lugar de “morar bem” foi transferido para os bairros.

A gente criança e isso aqui era um lugar cheio de gente. Tinha uma rapaziada que se encontrava e a gente jogava bola, na rua. Na praça, a gente ia ver as meninas.

A rua é o ponto de encontro. Mais que ponto de encontr: ponto de colaboração, convivência. Hoje essa convivência ainda acontece nos “nichos”. Em outros tempos essa qualidade se estendia à cidade como um todo. Afinal, a cidade é o ponto de encontro e convivência de cidadãos. Pelo menos deveria ser.

²¹ Uma das poucas referências iniciais sobre o lugar como Centro Histórico

Mas a complexidade da vida atual criou espaços na cidade que tem dificultado essa necessidade básica de convivência por ter um ritmo muito mais acelerado ou impessoal que desumaniza a relação com o espaço. O centro da cidade vai-se configurar em geral como um espaço com essas características. No centro ficam as principais atividades da cidade: os bancos, as repartições públicas, as principais instituições, o comércio. Ou seja: o centro é um lugar de “resolver as coisas”.

Em geral, a resolução de tarefas práticas clama por otimização do tempo, por rapidez, por eficiência. Qualidades que, muito embora raramente estejam presentes nesses lugares centrais, são, de fato, as que são procuradas prioritariamente. Ainda que, teoricamente, essa qualidade não impeça a convivência, em termos concretos, a necessidade de se prover acesso rápido e eficiente se converte em promover medidas que facilitem o trânsito de veículos e possibilitem o estacionamento, mesmo que isso signifique o sacrifício de calçadas para alargamento das ruas, ou a destruição das praças. Medidas que acabam por dificultar, se não impedir por completo a ampla convivência uma vez que acabam com os lugares de encontro.

Além disso, a concentração de pessoas, cada uma buscando resolver suas coisas ou fazendo compras, apressadas, não combina com a convivência tranqüila. Como deixar as crianças soltas na vizinhança, entrando e saindo das casas, em alegre algazarra, com tantos estranhos indo e vindo? Como deixar as crianças jogando bola, ou andando de bicicleta na rua, com tantos carros passando perto? “Criança não tem juízo, nem presta atenção no carro que vai passando!”

Por isso, centro é lugar de resolver coisas e bairros são lugares de morar. Pelo menos “para quem tem família, para quem tem criança”. Esse é o entendimento comum, que nada mais é que a representação. Social, porquanto construída no cotidiano de encontros e trocas de experiências. E que se revela nas falas dos seus moradores e na suas práticas cotidianas.

Como os bairros, assim são os nichos que ainda se mantêm no centro e que permitem, no centro mesmo, vivência como se fosse um bairro, vivência comunitária. “Certas áreas do centro mantêm essa qualidade” diz o morador. Um pequeno exercício de reflexão e em poucos minutos alguns outros nichos foram identificados: “No Ribeirão, no

Alecrim, no Pespontão, na rua atrás da Assembléia, atrás do Ateneu. A Vila Iná Rego, perto da Rua Rio Branco” analisa o morador.

“Ribeirão” é a Rua do Ribeirão. Assim como são ruas Alecrim e Pespontão. Ao identificar os nichos, salta aos olhos a referência primeira ao nome da rua. Referência que vai aparecer em outros momentos como “o pessoal aqui do Ribeirão”, ou como “a gente aqui do Seminário jogava com o pessoal do Alecrim ou lá da Viração (rua um pouco mais acima, na direção da Praça Deodoro)”. É um costume antigo, esse de nomear a rua ao invés do bairro como lugar de moradia. Costume que se mantém, ainda do tempo de São Luís, cidade pequena.

É também uma clara demonstração de quanto a rua aglutina e centraliza a vida comunitária. Aglutina e centraliza a vida de tal maneira que, nesses nichos, ainda é possível se encontrar as crianças fazendo a ligação entre as famílias: “As crianças é que fazem a ligação. São elas que fazem nascer a comunidade. Com os filhos convivendo, de repente a gente se vê envolvido e é isso que vale a pena”. Criar os filhos é uma preocupação sempre presente na escolha do lugar de morar. Todos queremos o melhor para nossos filhos e quando se trata do morar, para a maioria das pessoas do Seminário, o melhor é deixar a meninada à vontade, brincando na rua, forjando amizades, como foram criados. “Aqui, ainda é possível viver dessa maneira”.

“A metamorfose pode aparecer como não-metamorfose, não-movimento, não – transformação”, diz Ciampa (1998, p.148). No nosso caso isso acontece, como diz Andréa Storch, (2000, p. 112) “quando a identidade pressuposta é re-posta, evitando estabelecer a metamorfose. Melhor dizendo, quando, por exemplo, são repetidos os modelos de comportamentos decorrentes de heranças culturais”.

É possível identificar a repetição dos antigos modelos nas referências à maneira como os filhos estão sendo criados da mesma maneira que eles, os pais, o foram. No entanto, desde que vivemos, a transformação é constante. Transformação implica em mudança completa de forma, natureza ou estrutura. Pode-se dizer que o centro não se transformou? Que o centro de hoje é e significa para a cidade o que era e significava há alguns anos atrás? Claro que não.

De alguma forma o centro se metamorfoseou e esse pedaço (que nem é mais o centro todo) se transformou em nicho. Se pedirmos emprestado a acepção que vem da Ecologia e considerarmos nicho como uma porção restrita de um habitat onde vigem condições necessárias para a existência de um organismo ou espécie (HOUAISS, 2001), aproximamo-nos da metamorfose sofrida.

Que é ao mesmo tempo a não-metamorfose, na medida em que as inúmeras mudanças impostas à cidade, ao lugar, foram sendo absorvidas, re-elaboradas e re-postas por seus moradores que, de uma forma ou de outra, permaneceram e ao permanecerem transmitiram essa qualidade de segurança e estabilidade ao “morar”, de tal forma, que foi possível manter a qualidade de vida comunitária.

Permaneceram os que vivenciaram a infância e a adolescência aqui e mantêm o mesmo carinho que tinham antes em relação a esses lugares, diz um morador.

Na re-posição dos modelos acontece, paralelamente, a continuidade de valores compartilhada pela comunidade. A identificação dos moradores passa a se dar, em primeiro lugar pelo papel que ele, o morador, desempenha na comunidade. De fato, vale repetir mais uma vez, que de uma maneira ou de outra, os moradores em suas falas, referiram-se “à alegria de participar de uma grande família”.

Mas a permanência, diz outro morador:

Não se deu só por um golpe de sorte, quer dizer, não foi só porque aconteceu de todo mundo ficar. Não aconteceu por acaso, só porque foi ficando um, foi ficando outro e aí, acabou ficando todo mundo. Não, algumas pessoas saíram, mas outras chegaram e se integraram à grande família.

Essa qualidade de vida comunitária, de rua como lugar de aglutinação, vai-se repetir e acabar por aglutinar os moradores recentes. Não sem motivo solidariedade, dignidade, companheirismo, são alguns dos outros temas emergentes nas entrevistas. Finalmente, alguma coisa sugere que o centro mantém os antigos conceitos, os antigos valores. Será que é esse o mistério que está “puxando” as pessoas de volta? Sim, porque:

Eu acho que hoje a gente começa a ver uma modificação desse êxodo do centro. Por exemplo, algumas pessoas que moravam aqui e que tinham se mudado estão

voltando, porque, justamente, começaram a perceber a qualidade que tem morar aqui no centro, próximo a tudo,

Diz um morador. “E ainda, a um preço razoável”, completa. “Devido ao problema da desvalorização do centro, as casas são alugadas baratinho, ou então o dono desiste de vender, porque não consegue um preço bom e fica morando. Isso é bom porque mantém o pessoal aqui” .

De fato, algumas pessoas voltaram a morar no centro, especificamente nesse trecho. Além de se integrarem à comunidade, são elas que organizam e fazem acontecer a vida comunitária. Mais uma vez, a constatação de que não foi apenas uma questão de sorte ou acaso de quem foi ficando, de gente que acabou por teimar em permanecer morando no lugar antigo. Por certo que há moradores que estão ali há 42 ou 48 anos, os mais antigos. A maioria está há 25 ou 30 anos. Gente que ainda se lembra do tempo que a Rua do Seminário era tão estreita que não se “passava de dois em dois” e era de terra. Que ainda se lembra do tempo em que a Praia de Santo Antônio chegava ali perto, antes do aterro da Jansen Muller e muito antes da ampliação da Beira-Mar. Que hoje confraterniza com os antigos e novos moradores na mesma medida.

Na fala encontra-se, também, a referência à desvalorização do centro, que nesse caso é re-elaborada e aparece como um elemento positivo e agregador. Nem sempre essa desvalorização vai ser representada dessa maneira, voltaremos a esse assunto.

5.2.3 A condição “central”

Ao mesmo tempo em que são ressaltadas as semelhanças com a qualidade de vida comunitária que se pode (ou poderia) obter nos bairros e a que se tem naquele trecho, aparece uma qualidade que o vai diferenciar completamente do bairro: o fato de ser central. O nicho é igual, mas diferente. Afinal: “Aqui não é bairro, é centro”, como disse uma das moradoras, quando na conversa, por descuido, aparece a sugestão do centro como bairro²². Na correção o sentimento de que o centro é de algum modo mais importante, afinal “aqui tem tudo que os bairros têm, e os bairros ficam longe de tudo”.

²² Quando de novo a pergunta que deveria ser genérica foi formulada da seguinte maneira: Como é morar aqui nesse bairro?

É fundamental essa diferenciação. Dona R. enfatiza “eu que nunca que vou morar no interior”, referindo-se aos outros bairros. Essa representação da importância do lugar central, certamente, vem sendo construída ao longo do tempo e permaneceu. Sendo do outro lado da moeda, a condição central permite a apropriação do espaço da cidade por parte dos seus habitantes, já que aqui é possível se dispensar o uso do automóvel. O símbolo da independência, considerado necessidade absoluta nos “dias de hoje” por possibilitar a locomoção para onde quer que se queira ir, o automóvel, o carro, se enquadra na categoria mais ampla de “transporte”, que ainda por cima é uma categoria da qual as pessoas querem se tornar independentes.

Mesmo quem tem um carro (às vezes dois) guardado na garagem improvisada com a abertura da frente da casa, ou estacionado na rua – “tem vaga sim, bem aqui na porta da rua” - ou mais protegido no estacionamento – “que se paga por mês” – do Seminário de Santo Antônio, acaba por afirmar ser uma das maiores qualidades da condição central o fato de não depender de transporte. Por vezes, “é porque são muitas pessoas na família, com horários diferentes”. Por vezes, “é porque o trânsito é terrível”, ou “a gasolina é muito cara, a gente economiza se andar a pé”.

E essa pra mim é a grande coisa, não depender de transporte. Porque normalmente o meu trabalho se desenrola nessa área. Eu trabalho aqui do lado e isso aqui é muito prático. E todo esse tempo eu nunca precisei de carro.

Vital para algumas pessoas é a possibilidade de diminuir os custos e o tempo de locomoção do trabalho para casa, da casa para o trabalho. Para os que não tem carro ou para quem não pode dirigir, seja pela pouca idade, seja porque já “passou da idade de dirigir”, ter “as coisas à mão” é uma grande vantagem. Permanecer perto dos bancos, das lojas e das repartições representa a diferença entre “continuar ativo e útil ao invés de se tornar um peso morto, um trabalho a mais para todos”:

Já pensou, sair lá de longe ... Nessa idade já fica difícil dirigir, depender de filho, dar trabalho para os outros. Aqui, não. Aposentado, eu que faço tudo na família.

Do ponto-de-vista mais amplo, o centro resgata uma atividade vital e básica do ser humano: o caminhar, o andar. Que tem sido a maneira universal das pessoas se apropriarem do espaço. No centro é possível essa apropriação. Apropriação que é

possível, ainda, no sentido metafórico. Para R., por exemplo, a condição de morar no centro revolucionou a perspectiva de vida:

Para mim, morar no centro significa descobrir um novo mundo, descobrir a verdadeira cidade onde eu moro, já que eu vim de uma área quase rural para ingressar na Faculdade, no ano passado. A impressão é que o mundo ficou maior e mais animado. Aqui eu posso dizer que moro em São Luís, antes não. Eu antes não conhecia nada da cidade, nadinha. Agora não. Eu conheço o lugar onde moro. Eu me sinto mais forte.

Jovens universitários parecem encontrar, aqui, um lugar especial para estudar, além de economizar no transporte:

O que se economiza no aluguel e no transporte que não precisa, faz a gente ter mais dinheiro para investir mais, tanto nos livros que são necessários, como no que a gente precisa para a gente. E além do mais, num lugar mais seguro e calmo e mais que bonito, lindo, lindo.

A casa é uma porta-e-janela. I. mudou-se recentemente e chamou a irmã para morar com ela. Morava antes no V. (novo conjunto residencial, do outro lado do Rio Anil) com a avó. A nova casa significa independência, liberdade, afirmação. Afinal, “finalmente posso ter uma casa minha”. Convida para conhecer a casa: “Vem ver”, diz. Aponta a janela aberta para o mar e pergunta: “onde eu poderia encontrar um lugar tão bonito?”

Alguns dos jovens brincam no Cacuriá do Laborarte ou em outras brincadeiras bem próprias da cultura da Ilha. Alguns, “por temperamento”, não gostando de muita conversa com vizinho, pegam a bicicleta e vão passear no Reviver, na Praia Grande. Acham o lugar onde moram “muito histórico, com uma cultura preciosa”.

5.2.4 A tranqüilidade

A tranqüilidade do lugar, outro dos temas levantados, depende de seus moradores, seja porque:

O centro é um lugar tranqüilo, não tem ladrão. À noite até que eu não posso negar que aparecem pessoas de outros bairros, vândalos, mas ladrão do centro não tem. Não existe quem more no centro e seja ladrão, que nem em outros

bairros. (onde) Todo mundo que mora lá conhece e sabe: aquele é ladrão - mas não mexe com ele. Aqui não, não existe isso. Ter nascido e criado aqui e tal, não existe ladrão.

Seja porque a simples presença dos moradores impede a solidão característica do trecho mais próximo da área comercial, que fica totalmente deserto à noite, com o comércio fechado.

Aqui aparecem algumas vozes discordantes e vale a pena analisar mais esse aspecto. Para algumas pessoas, a segurança é ameaçada pelos meninos de rua e pelas “invasões”. No caso do Seminário, um problema particularmente sério é a ocupação ilegal de um terreno baldio, na esquina da Rua Oscar Galvão com a Jansen Muller. Preocupa os moradores: “é um problema a ser resolvido”.

Ali na esquina tem um terreno baldio que foi invadido, primeiro foi chegando uma família, depois outra, depois outra, tem um bocado de gente agora. E faz zoadada, joga lixo na porta, um inferno.

Menino de rua aparece aqui cedinho. Pede comida, principalmente. Se a gente não dá, eles ficam zangados, insistem. A gente sabe que se dá, vira obrigação. Eu gosto de ajudar, mas não tenho condição de dar muito dinheiro para eles.

Menino de rua tem muito. Mas eles vão mesmo roubar é outras pessoas. Pessoal que mora aqui, eles não atacam não. Tem medo.

De qualquer forma, a falta de segurança suscita reclamações e alguma ironia: a sede principal da polícia é ali em baixo e mesmo assim... No entanto, ainda é possível, fazer uma certa diferenciação entre esse trecho e o resto do centro:

A segurança é ruim da Praça de Santo Antônio para lá. A Praça tem a casa dos estudantes e os vigias das escolas. O problema é da Escola Modelo para lá.

5.3 A representação dos moradores do Grupo Santo Antônio

5.3.1 A identidade no passado

A metamorfose, entendendo-se aqui a metamorfose no sentido de mudanças no espaço físico ou social, não parece ter acontecido da mesma maneira em todo o centro. Um pouco adiante do “Seminário” a situação parece ser bem diferente. Ali, a moradora

da Rua de Santo Antônio ainda se lembra, com muita nostalgia, do tempo em que a sua rua também vivia intensamente a vida comunitária:

Aí, na pracinha do Santo Antônio, não tinha problema. Os meninos andavam sozinhos de bicicleta, andavam e viravam. Minhas netas não vão fazer isso, esse período é até 1980 e pouco. Brincavam aí na porta e tudo era tranquilo. Aí tinha o filho desse e daquele vizinho, ficavam aí, brincando na porta, conversando, jogando bola. Isso aí (a Rua de Santo Antônio) era campo de futebol para eles. Quase não tinha trânsito, vinha um carro, eles paravam, depois começavam novamente.

Enquanto que L., de 12 anos, que veio morar há pouco no centro (na Rua Padre Antônio Vieira, no trecho Seminário) depois do divórcio dos pais, considera que tirou a sorte grande porque lá onde morava (do outro lado do Rio Anil, no Renascença) ele não conhecia ninguém e quase não podia brincar na rua porque “era deserto e passava carro”, as netas de Dona. J., bem ali na Rua de Santo Antônio, já não conseguem desfrutar da mesma liberdade.

As cadeiras ficavam em todas as portas no fim da tarde, as festas envolviam todos da área. A turma do Santo Antônio jogava bola contra a turma do Ribeirão ou do Alecrim. Não que não sejam mais unidos. Conhecem um ao outro, sabem que podem contar um com o outro: “Quando alguém que saiu daqui vem por aqui, mesmo que de passagem, mesmo sem avisar, a gente vai lá falar com ele e aí é aquela festa”.

De fato, para alguns trechos no Centro, essa qualidade de conviver e brincar à vontade nas redondezas, se perdeu. Mesmo assim, ainda permanece morando ali quem gosta de morar de “um jeito mais antigo”, diz a moradora.

A gente vive feliz aqui, ah eu gosto, é tão ventilado. O clima, tudo é muito bom. A vista é maravilhosa. A beira-mar, a praia. E essa casa aqui é muito boa, casa grande, ventilada, clara. Não é aquela casa que você vê geralmente, aquela casinha pequenininha apertada. Aqui não. Aqui é uma casa bem ampla. Essa casa tem dois andares, um terraço bom lá em cima. Os meninos tomam sol lá. A gente vai continuar aqui ainda por muito tempo.

Morar de um jeito mais antigo significa morar em casas mais espaçosas e significa também a manutenção de velhos costumes como fica evidente na fala da moradora:

Minha mãe é muito ativa e meu pai também era. Não são aqueles idosos que ficam parados, sentados, ‘menina pega um copo d’água para mim’. Ela não. Até a comida dela é ela quem faz, só ela que sabe fazer. Tem empregada, mas só ela faz a comida. Não come carne, só peixe ou frango criado aqui. Aqui no quintal, ela tem, umas dez, doze cabeças só para consumo, mas põe ovos para casa e tudo. Assim de vez enquanto ela manda matar uma.

E não é que no centro a casa tem quintal? Onde é possível se criar galinhas ou tomar água de coco fresquinha, “tirada na hora”, como se diz por aqui, “do coqueiro”. No entanto, ainda que se possa notar a permanência dos modelos antigos de morar, o “Santo Antônio” parece ter enfrentado de maneira diferente as mudanças sofridas pelo centro depois da expansão da cidade na década de 1970.

Analisando-se em primeiro lugar o padrão de respostas, observa-se que o morador dessa área não fala prioritariamente de como é morar naquele lugar, mas de como *era* morar ali. Fala no passado. Invariavelmente explica que *no passado era* muito bom morar aqui, *hoje está* mais difícil. Entre as razões para permanecer, uma aparece em primeiro lugar: as raízes. São anos e anos de convivência com a vizinhança, de convivência com os hábitos que o lugar propicia. Hábitos como ir à Igreja de manhã cedo, ou dar uma volta na Rua Grande.

No Santo Antônio, o sentimento de nostalgia domina a fala de seus moradores e, diga-se de passagem, de muitos de seus ex-moradores. Esses, os antigos moradores, lembram da água que chegava bem perto da Rua de Santo Antônio. Lembram do tempo em que pegavam um barco para atravessar o Rio Anil e iam fazer piquenique na Ponta-d’Areia. Lembram da feira que vendia peixe e melancia na Praia do Caju. Lembram das pessoas que moravam lá.

Eu tenho muitas recordações: jogava bola no Ribeirão, brincava de carinho de mão, empinava papagaio. Ou então a gente ia jogar bola na croa²³, com a maré baixa, ou ia para o outro lado, do São Francisco, roubar caju.

²³ Corruptela de coroa – a coroa de terra, a porção de terra que permanece mais alta quando a maré baixa em São Luís

Nas falas dos moradores o lugar se configura na integração de seus três elementos: i) o ambiente físico – que aparece nas descrições das ruas, da pavimentação, das praias, das feiras; ii) as pessoas - não há uma só menção a um dos locais que não venha acompanhada de menção das pessoas que viviam ou que participavam da vida local; e iii) das ações que ali aconteceram:

Na Vidromar, era uma morada inteira que ficou totalmente desfigurada. Ali fazíamos máscara de carnaval. Dona F., que morava lá, tinha as formas para fazer as máscaras e a gente só botava o papel.

Tinha a festa de Santo Antônio, que os portugueses faziam. No meu tempo a gente tomava banho de chuva e a gente descia junto com a enxurrada. As brincadeiras eram muitas. Tinha brincadeira de roda e de preto fugido. E não tinha nenhum perigo. A gente só evitava o Beco da Bosta, que tinha o prédio da Ana Jansen²⁴, com muitas histórias. A gente tinha medo de visagem.

Não tinha televisão. A gente ouvia Jerônimo Herói do Sertão, no rádio. A gente dormia ali do lado e os pais carregavam cada um para sua rede. A gente dormia mesmo era em rede. Tinha os quartos dos meninos – cabia todo mundo, o quarto era enorme - cabia umas cinco redes. Só as meninas tinham camas.

Memórias que permanecem e são cultivadas em reuniões de ex-vizinhos que se encontram de vez em quando para “matar as saudades”. As lembranças incluem os amigos e tipos característicos como “Minha Mãe”, como era conhecida uma passadeira que trabalhava na área. Os ex-moradores são os primeiros a reconhecerem que “aquela área se conservou como nenhuma outra”. “A rua de Santo Antônio se conservou como nenhuma outra por não ter muito comércio”, analisa um ex-morador. Ou então:

Reformaram um pouco, mas também não mudou muito. O que mudou foi aquela vila que hoje tem lá, que era o quintal da casa de dona Camélia. Hoje é

²⁴ Ana Jansen é personagem da história de São Luís. Rica senhora, dona de escravos, famosa por sua crueldade. No imaginário popular ela ainda pode ser vista à noite, em sua carruagem, pelas ruas de São Luís.

Vila Margarida. E a casa era a Escola de Música²⁵. Quando a gente era criança ela fazia o Boi²⁶. Era lindo.

A casa, morada inteira que abrigava a família com 13 filhos não mudou nada:

A casa é a mesma. Menos a fachada que papai optou por colocar azulejo quando a lei da prefeitura isentava do IPTU²⁷. Fora isso, se fez duas suítes, porque a casa é muito grande. Começa na Rua de Santo Antônio e vai até a Rua do Alecrim, um grande quintal aos fundos. Uma morada inteira, com quarto de casal, um quarto das meninas e um dos meninos. Fora isso, sala de visitas, varanda, a cozinha, quartos de empregada e, no quintal, o galinheiro.

As ruas permaneceram iguais, do meu tempo de criança para cá – década de 1960 - só mudou a pavimentação que era toda de paralelepípedo e hoje tem asfalto em algumas ruas. As casas estão iguais. Ainda moram ...(uma longa lista de moradores que permaneceram).

Aconteceu a transformação de algumas das casas em bangalôs ou ainda a ocupação de terrenos vazios por casas construídas dentro dos princípios modernistas. Tudo isso, é preciso notar, em sua maioria antes de 1974. “A partir daí, as mudanças são mais sutis”. “Mas”, continuam

Ninguém quer morar mais no centro. A gente abre os jornais e é só assalto. Você vê, a nossa casa tem grade. E o que vai acontecer naquela área é que os prédios vão ser utilizados por clínicas e escolas. Se eles não caírem antes não é? Porque está muito difícil vender ou alugar naquela área.

Ou seja: permaneceram o espaço físico, as estruturas urbanas, os casarões. Mas a vida mudou e as pessoas estão se mudando. As antigas moradias vão-se transformando e começam a abrigar outros usos. Ou, simplesmente, ficam abandonadas.

As placas nas portas das casas, principalmente na Rua do Alecrim, mas também na Rua de Santo Antônio e na Rua da Saavedra, demonstram a dificuldade do aluguel ou da venda da casa.

²⁵ A Escola de Música do Estado mudou-se em 2001 para o antigo Solar de Dona Lilah Lisboa, ilustre professora de música do Estado, na Rua do Giz, na área reconhecida como Centro Histórico de São Luís, área de proteção nacional, inclusa na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O antigo prédio ficou desocupado por um período mas atualmente, final de 2001, abriga a Escola de Artes Cênicas do Maranhão.

²⁶ Festa do Bumba-meu –Boi – uma das maiores do folclore maranhense, Dona Camélia Viveiros organizava, entre outras coisas, um “boi” infantil muito popular e apreciado.

²⁷ referência à lei que incentivava o uso dos azulejos nas fachadas.

Realmente o poder aquisitivo aqui no centro é baixo. Então, quem vai alugar uma casa no centro? Sem garagem, uma meia-morada, uma porta-e-janela, um sobrado. É gente que realmente não pode pagar. O aluguel é baixo, é trezentos ou quatrocentos, não passa daí mesmo. As casas maiores vão até R\$ 500,00. Às vezes pode até entrar (o inquilino) pagando quinhentos e aí depois pede para pagar quatrocentos e a gente aceita porque também o aluguel caiu muito.

As casas fechadas ou abandonadas confirmam essa realidade. Dona J. conhece de perto a situação. Ela herdou do pai as casas que aluga no centro. Está com todas elas alugadas. “Uma pessoa dá informação para outra, que passa para a outra e então... E também essas casas são casas bem arrumadas, conservadas, que a gente entrega tudo pintado, com instalações hidráulica e elétrica funcionando”. E completa:

Essas casas antigas eu mandei mudar as instalações. Eu acompanhava papai na conservação das casas e aí eu peguei o ritmo. Mas as casas não são alugadas para família, mas para escritório – família não quer ficar aqui. As que saem não voltam e quem chega de fora e vai alugar casa não vai alugar casa aqui no centro.

Dona J. justifica a pouca procura como moradia:

Ninguém chega numa cidade e vai morar no centro. Realmente daqui a alguns anos não vai dar mais. É, daqui a alguns anos vou ter que sair daqui também. Não quero nem pensar! Mas quando ficar sozinha com o marido a gente vai ter que sair, porque não dá. Porque já vai ficando deserto, né? Não dá para pessoa ficar mesmo, porque vai saindo todo mundo, a pessoa vai ficando isolada. Quem vai morar no centro? Porque a gente vê, as outras cidades, quem vai morar no centro? Quem é que vai morar no centro de Recife? Não vai.

Ninguém vai morar no centro. O centro que não se metamorfoseou em “nicho” parece não ser mais capaz de atrair novos moradores. Os antigos estão como que esperando o momento de não poder ficar mais lá. À nostalgia se junta a convicção de que o tempo que passou levou junto a possibilidade de permanecer morando no centro. Para Dona J. que mora ali desde que nasceu, que adora o lugar, essa constatação de um

“abandono gradual do centro” é acompanhada de um sentimento de tristeza. Para ela “morar no centro tem data certa para acabar”.

5.3. O “modernismo”²⁸

Morar no centro tem data certa para acabar, porque:

Isso é remar contra a maré, porque o progresso não deixa. Não deixa! Inclusive se você falar onde você mora. Mora não sei por onde, não sei por onde, ah é, tudo bem. Mas se você falar: moro no centro. A pessoa fica assim, até olhando para cara da gente. Nome e endereço, não sei o que... Ah! No centro! Ah! Quer dizer, o pessoal até se espanta – Puxa! Mora no centro! Como é que pode!

Nesse momento, a moradora se refere a uma representação do centro que parece estar presente, pelo menos para ela, no conjunto da sociedade: o centro não é um lugar para morar. Se no Seminário o centro de algum modo é ainda importante, para um outro grupo morar no centro causa estranheza. Não que as pessoas rejeitem a idéia em si. A moradora afirma adorar morar no centro, afirma que vai permanecer ainda lá por muito tempo. Mas os outros estranham; porque o centro não é mais um lugar de morar. O sentimento de nostalgia se mistura com a tristeza de saber o local “desvalorizado”. Desvalorizado tanto no sentido de ser atribuído ao morar no centro um status social inferior, como no sentido mais pragmático do valor monetário do imóvel.

A desvalorização é a mesma para todas as áreas, mas parece afetar mais as pessoas para as quais permanecer parece se tornar um problema, a cada dia maior, seja porque se está ficando sozinho e isolado na rua, com todos os vizinhos se mudando, seja porque: “a casa vai ficando vazia, só os pais, que os meninos vão embora quando casam” e aí a gente não pode mais ficar tomando conta da casa, sozinho.

Esse é realmente um dos grandes problemas. Para algumas pessoas que foram obrigadas a sair de suas antigas casas, a mudança significou um período, muitas vezes longo, de depressão. Para outras, que têm a obrigação de ficar, quando tudo está ficando assustadoramente deserto em volta de sua casa, a sensação é de prisão.

²⁸ Modernismo aqui é o termo majoritariamente usado pelas pessoas entrevistadas ao se referirem à vida atual e aos novos modos de morar.

O “ficar deserto” é, em parte, uma consequência da desvalorização do uso residencial que leva ao uso comercial, uma vez que “apenas as empresas têm dinheiro para pagar um aluguel “no mínimo razoável”, já que as pessoas com dinheiro não estão interessadas em morar no centro. A mesma desvalorização é a responsável pelo espanto das pessoas ao saber o endereço de uma pessoa que, afinal, tem “condições para morar em outro lugar”. Aparece a conotação de “status” social inferior.

O responsável: o modernismo ou o progresso, que “não deixa” escolha ao inventar novas formas de morar. De fato,

Antigamente, a gente... isso em todo lugar. não é? Os vizinhos ficavam na porta, botavam as cadeiras, vinham conversar. Hoje você não chega na porta. Isso quando eu tinha meus quinze anos, por aí. Mas isso eu acho que é em todas as cidades, todas as cidades. Até nos interiores já não colocam as cadeiras. É o tal do modernismo, não é? Naquele tempo também não se tinha televisão, nem nada. Depois da televisão as famílias ficaram mais dentro de casa. Quando não tinha nada a gente ficava na porta conversando, as mães ficavam conversando e as crianças ficavam brincando um pouco, do lado. Jogavam bola na rua. Havia tudo isso.

Novas formas, novos modos de morar, em torres de apartamentos que parecem acabar com a privacidade de cada um. Ao mesmo tempo dificultam a convivência, a intimidade e a possibilidade de uma “boa vizinhança”. Para essa moradora a casa facilita o encontro preservando a intimidade:

Hoje o pessoal nos apartamentos nem se conhece. Só no dia da reunião de condomínio é que o pessoal vai se conhecer. Eu acho horrível (em apartamento) não sei se é uma impressão que eu tenho, tem gente que você não gosta, não simpatiza, não dá certo. Minha filha diz: - não mamãe eu não tive nada disso. Mas eu fico imaginando que as pessoas que a gente não simpatiza entram no mesmo elevador e a gente vai e volta com aquelas pessoas, naquele horário. Isso é horrível. Isso aí tem que depender da maneira de ser de cada um, a minha eu acho que não dava.

O apartamento é coisa de um tempo em que ninguém liga um para o outro, um tempo em que “ninguém tem tempo porque todo mundo trabalha. Antigamente a gente

vivia mais em casa, hoje a mulher precisa ajudar também. As coisas mudaram realmente”.

A casa representa uma vida comunitária mais intensa, mais humana:

Quando São Luís era uma cidade pequena, nós não tínhamos nem ponte. Ah coisa boa! Tudo era bom, a gente tinha liberdade, não tinha medo de nada. Porta aberta, janela aberta, nunca ouvi dizer que alguém invadissem. Aqui mesmo no centro era assim, tinha a tramela na porta. Se a pessoa era de casa dizia: cheguei. Ia entrando, abria e entrava se era amigo, parente, ou vizinho. Se não era batia palma. Nunca se invadiu se alguém esquecia a porta aberta. Já no tempo dos meus filhos eu já fechava a porta, para eles não irem para a rua. Mesmo porque a gente tem medo, mas no meu tempo de criança não. Era tudo tão simples, era tudo tão bom. A vizinhança. A gente fazia um doce, ah manda para a vizinha. Leva um pouquinho para Fulana. E lá vai aquele pratinho coberto com um guardanapo bordadinho, ou então de crochê. E aí aquele prato voltava sempre com uma coisinha dentro.

Na fala, a moradora, por via transversa, pela negação, ou melhor, pela constatação da ausência, faz referência aos mesmos critérios na escolha de morar: convivência, vizinhança, amizade. O que hoje mantém o pessoal do Seminário como uma comunidade, começa a fazer falta na Rua de Santo Antônio. Afinal, o *modernismo* não deixa. As pessoas estão mudando e vivendo uma outra vida, mais moderna.

Infelizmente, o modernismo, o progresso, sacudiu a vida de tal maneira que nada pode ser mais como antes. É ele o responsável pelo aparecimento de novos modos de morar, pela transformação do centro em local de comércio, pelo advento do automóvel, pelo aumento do trânsito e é ainda, certamente, o responsável pela falta de segurança,

Tema recorrente em quase todas as falas dos moradores da rua de Santo Antônio, quando não aparece explicitamente como responsável pelos problemas, o modernismo surge ligado a outros símbolos: Por exemplo:

Meu filho queria que eu mudasse para um apartamento, mas eu disse para ele que a minha casa é quase como um apartamento, pequenina, não é como um casarão. Com a vantagem de manter a minha privacidade. Apartamentos são práticos e modernos, mas eu aqui posso ter a mesma praticidade sem perder a

individualidade. Eu faço questão de fazer parecer um apartamento, então coloco na decoração. Não fica parecido? Então para que eu quero ir morar em um apartamento?.

A casa que parece um apartamento é uma casa da Vila Margarida, que surgiu na década de 60. Aquela que, antes de ser dividida em casas, era o quintal do sobrado que até pouco tempo abrigava a Escola de Música do Estado. São casas confortáveis, mas compactas. “Como os apartamentos”, completaria a moradora.

O “responsável” pelas mudanças: o “modernismo” que interfere no dia-a-dia das pessoas. Muda a vida. Obriga a outras opções. E interfere na vida coletiva, na vida da cidade. A percepção da moradora é muito clara:

A mudança do centro de moradia para comércio, claro que é o modernismo. Porque você vê, aqui o centro começa a ficar abandonado. Até o próprio comércio está acabando. Você vê, hoje é uma loja, amanhã é outra. Fecha uma loja, abre outra, torna a fechar. Então as próprias lojas estão mudando. São Francisco, Cohama, esses bairros né? Tudo está mudando. Loja de material de construção, material elétrico tudo está mudando aqui do centro. Até pela facilidade de estacionamento e tudo. Então está todo mundo saindo do centro.

Perpassando o depoimento o mesmo sentimento de nostalgia, que se reflete, nessa fala, na maneira carinhosa de se referir ao passado, à cidade.

Eu sou do tempo do Bonde. Nós fazíamos as compras ali (Praia Grande), comprávamos naquela feira. A gente pegava o bonde aqui na Praça. Era um passeio, era ótimo, muito bom. Hoje não podia mais que o progresso não deixa. O início foi ali, o comércio era ali. Depois eles começaram a sair para a Rua Grande. Quem não saiu faliu.

Tanto a escolha do lugar de morar, que desafia os conceitos mais modernos, como os valores que se podem entrever nas longas conversas, tais como respeito aos mais velhos ou à família, os valores de integridade moral, de união familiar, de respeito ao passado, de uma certa reverência, fazem supor uma resistência aos valores “modernos” que, nesse caso, vão estar associados à desagregação. O lugar antigo está ligado, não à decadência, ao abandono ou à morte, mas a valores de vida, de alta moral, de integridade, de dignidade. De convivência comunitária saudável.

O “modernismo”²⁹ que cria uma outra relação entre os vizinhos ao estabelecer como padrão de moradia os apartamentos ou as longas distâncias a serem percorridas a carro aparece, embora dessa vez não tão explicitamente, como o maior responsável pela própria permanência. Porque, em outras palavras, as novas alternativas, as alternativas modernas de viver, não seduzem a todos. Dona J. prefere a casa porque mantém os antigos padrões de vizinhança que lhe parecem mais adequados. Seu M. prefere não dirigir a longas distâncias. Dona M. preza a sua liberdade. Dona A. não quer ficar longe das amigas. E enquanto for possível, todos vão, de uma certa maneira, driblando o modernismo.

5.4 A insegurança

Para quem deixou o centro, assim como para aqueles que antevêm como inevitável a mudança para outros bairros, outra questão desempenha papel central: a segurança. Como a maioria dos bairros da cidade, ou melhor, como a maioria dos bairros da maioria das cidades brasileiras, o centro tem problemas com a segurança. A principal queixa: menino de rua e invasão de casas abandonadas. Essas questões mobilizam muitas discussões e geram medo.

Apesar do problema de segurança existir em todas as áreas e apesar de algumas pessoas no trecho “Seminário” também terem medo, sofrerem com problemas como meninos de rua ou invasão de terreno baldio, mais uma vez as diferenças se manifestam. Quem mora numa área mais vazia, onde se evidencia uma maior ausência de moradores, tem uma preocupação maior acerca dessa questão do que quem mora numa área em que a vizinhança é o grande referencial. Nessas áreas mais abandonadas, a insegurança gera o medo de ficar na porta e obriga as pessoas a ficarem trancadas dentro de casa:

Antigamente era muito bom porque não tinha assalto, mas agora! A concentração de menino-malandro é demais, a maioria é pedindo mesmo, não é para roubar. Mas no meio deles... Nunca se sabe. Mas assalto, de noite quase não se vê, assalto assim.

²⁹ Modernismo aqui, mais uma vez, é o termo escolhido para falar dos novos modos de morar e dos tempos atuais.

Esses meninos de rua essas coisas. E não temos policiamento no centro, isso é realmente um problema, a falta de segurança. A gente fica ameaçada andando pela rua, mesmo de dia, pessoas aqui já foram assaltadas. Inclusive aqui à noite nós já temos vigia na rua.

Para os moradores, a falta de segurança está diretamente relacionada com o fato de o centro ter substituído o uso residencial pelo comercial. “No momento que o centro virou comércio, ficou deserto, ficou perigoso”.

Eu morava na Rua do Sol, perto da Praça Deodoro, ali já está ruim porque já não tem família, virou comércio, ficou deserto. Não tem mais ninguém a rua fica deserta. À noite é muito assalto. Eu mesmo fui assaltada na porta de casa e tudo. Meu filho também. É horrível. Já aqui (perto da rua de Santo Antônio) alguns vizinhos já foram assaltados, mas nós graças a Deus, não .

Na fala da moradora, a percepção de que o centro apresenta diferentes características. A maioria menciona de uma maneira ou de outra que “lá na Rua do Sol é muito mais perigoso do que aqui”. Ou: “na Rua do Alecrim, que é ali do lado a situação é diferente. As pessoas saíram de lá há mais tempo”, diz um morador. “Aqui é um lugar mais protegido, eu não sei se é a Igreja, a Praça, ou porque os moradores não quiseram sair ainda”, aponta um outro. Tanto que, nessa questão específica de segurança, tem gente que pensa diferente, principalmente os mais jovens:

É mito que aqui é inseguro. É tão perigoso quanto outro lugar. Eu acredito que o C. (bairro de classe alta na beira da praia) é muito mais perigoso que aqui. Lá, mesmo de tarde, eu teria medo de sair sozinha. Eu não trocaria uma casa aqui para ir morar em outro lugar. Sem falar que você vai gastar muito mais porque, como aqui ainda está muito desvalorizado, fica mais fácil comprar e reformar. Acho lamentável deixar essas casas ao léu.

Curiosamente, a discussão sobre a segurança não mobiliza as pessoas a discutirem mais a situação geral do país ainda que se reconheça a violência como uma questão nacional. Curiosamente o tema que levanta a discussão política, que mobiliza as pessoas a discutirem o descaso com a cidade, ou as próximas eleições vai ser o tema patrimônio histórico.

6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO SANTO ANTÔNIO ACERCA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

6.1 O Patrimônio como “Normas a Seguir”

Depois de horas de conversa, poucas foram as pessoas que mencionaram o Patrimônio Histórico espontaneamente. Digno de registro a fala de alguns intelectuais moradores da região, como não poderia deixar de ser, e do subgrupo dos jovens. A representação dos jovens sobre o centro histórico será analisada logo a seguir. Por ora, fica a fala de D., estudante universitário:

O centro é um local muito calmo, livre de marginal. É um local muito histórico e quando dá vontade eu dou uma passada no Reviver. Tem pontos bons, a gente fica muito à vontade e não precisa se deslocar daqui e ir para outro bairro.

No entanto, um dos objetivos da pesquisa era exatamente a apreensão das representações acerca do Patrimônio Histórico, da conservação e preservação do patrimônio, do seu patrimônio, como patrimônio da Humanidade. Nesse caso a estratégia adotada, num primeiro momento, foi inserir indiretamente o assunto na conversa. Num segundo momento, a entrevista começava diretamente com a questão: “Como é morar numa área que é Patrimônio Histórico”. As falas reproduzidas aqui são da primeira etapa (na qual o assunto foi inserido indiretamente na conversa).

Olha, a gente nunca reformou assim a fachada da casa, a gente reformava sempre a parte de dentro. Forro, piso, que era taco, a gente mudava. Mas eles vinham, faziam a fiscalização e diziam que estava tudo dentro dos conformes. Até porque taco deixou de existir e também não é mais prático. A gente bota logo é cerâmica. Então, nossas casas quando vão desocupando, a gente faz logo as reformas. Mas a parte de arquitetura não mexe, nem pode.

Na hora de fazer reparos você tinha algum tipo de assistência do patrimônio. A gente ia lá, eles me davam um papel, e aí vinha uma pessoa fazia a vistoria e via realmente: ‘é, tem que mudar esse forro’. Isso para conservar o imóvel, mas as características por dentro, tudo igual.

Algumas coisas antigas eu deixei na casa. Um mosaico bonito. Eu era criança e ia muito brincar nessa casa, e achava lindo, lindo. Esse aí eu não tirei. Então, esse aí eu deixei. O taco eu tirei, não tem mais para vender, você tem que mandar fazer, aí fica impossível deixar.

O patrimônio é visto como uma lei que norteia as reformas nos imóveis, que regulamenta e fiscaliza a conservação da arquitetura. Toda a discussão gira em torno das medidas de regulamentação. Que, em geral, é bem aceita se passa pelo crivo da racionalidade. Nesse momento o valor artístico do patrimônio, da arquitetura e da decoração, assim como do mobiliário desempenha um papel importante, sob o ponto-de-vista dos moradores. Não apenas o mosaico, mas outros objetos ou detalhes da arquitetura são conservados com muito orgulho. A lei é vista como racional *se e quando* ela permite jogar com esses elementos.

Por outro lado, a decisão de proteção parece ser incoerente e contraditória, uma vez que o critério para isenção do IPTU não inclui as casas que não conservam as características originais dos imóveis, mas diz que essas não podem ser “alteradas de novo”. Alterações que, em geral, representariam para o morador um conforto adicional que vai da “abertura da garagem” na frente da casa, à ampliação do espaço disponível com a construção de um segundo andar. “Mas nem a frente da casa, nem a volumetria³⁰ podem ser alteradas”, diz a moradora. E completa:

Agora, para efeito de IPTU é que eu não entendo, por exemplo, a nossa casa da Rua do Sol não pode ser mexida, mas tem que pagar IPTU porque não está dentro dos padrões.

De incoerente o “patrimônio” passa a “complicador” na hora de alugar o imóvel. “Porque reformar imóvel custa caro”. “Complica” na hora de vender, porque exige um alto poder aquisitivo que as pessoas que se dispõem a morar no centro não tem. Isso porque, “quem é louco de ir morar no centro? Em que cidade, as pessoas vão morar no centro”.

³⁰ O uso da palavra volumetria demonstra uma certa familiaridade com as normas do patrimônio, mas não é a regra geral.

Por isso é que você vê, aqui no centro, as casas caindo. Na Rua dos Afogados a casa³¹ caiu. Eu sinto uma tristeza, por que ali era um lugar que a gente morava e tudo agora está tão abandonado. A Rua dos Afogados é a pior, até a Rua do Alecrim está mais ou menos, mas ali está terrível. A Rua dos Afogados está triste, horrível. E as pessoas não podem fazer nada porque é *patrimônio*, então deixa cair.

Novamente pode-se observar a representação do centro como um local inadequado para morar. Morando no centro e afirmando gostar, a moradora acredita que quem tem dinheiro para pagar pela reforma dos imóveis não quer morar no centro. “Quem é louco”? Afinal o centro está desvalorizado como lugar de morar. Aparece de novo a representação do centro como lugar inadequado para moradia, mas dessa vez, o “modernismo”, que aparecia anteriormente como o responsável, fica em segundo plano. A moradora tende a responsabilizar o “Patrimônio” pelo estado de abandono dos casarões. Abandono que seria o resultado da desvalorização da área sendo, ao mesmo tempo, um dos responsáveis pelo afastamento das pessoas do centro.

Nesse caso, a única coisa que pode falar mais alto e fazer a pessoa “gastar para morar no lugar” é o significado afetivo, situação na qual a moradora se reconhece:

Uma casa dessas, se a pessoa for fazer uma reforma, geralmente é coisa de herança. Aí já são não sei quantos herdeiros, um concorda, o outro não concorda. Também é ruim você investir para você não ter a volta. Essas casas aqui a gente conserva, cuida, reforma, pelo amor ao que os antepassados fizeram, mas não compensa em termos de ganho. Compensa pelo amor que você tem. É isso que vale a pena.

6.2 O Patrimônio como o “Reviver”

Depois do desabafo, vem a apreciação do patrimônio histórico como instrumento de valorização da arquitetura antiga e das “belas formas coloniais”, assim como depositário da história e da cultura.

³¹ Esse casarão ficava na Rua dos Afogados, esquina com Rua de Santaninha. Desabou depois de anos de abandono, obstruindo a rua por alguns meses.

Outra coisa, aqui perto tem muita variedade de arquitetura, meio-morada, sobrado. É bonito. Esse aí da Escola de Música, me preocupa. Muito. Porque quem vai mudar, quem vai colocar alguma coisa, agora que a Escola de Música saiu? Ninguém é louco, eu não sei como está aquilo dentro, mas deve estar um pardieiro. Quem vai querer aquilo³².

Para os moradores do Santo Antônio, o casarão abandonado significa muitas preocupações. Casarão abandonado em geral é casarão ocupado por desabrigados, geralmente agravando os problemas de segurança da rua. Aparece a preocupação pelo abandono do patrimônio em si. Preocupação tanto maior quanto não se consegue ver uma solução. Não parece possível que alguém se interesse por ocupar o casarão. Não existe a expectativa de uma intervenção governamental e é interessante notar a associação de idéias que o assunto provoca: todas as vezes que o casarão da Escola de Música surge nas conversas, aparece imediatamente a seguir a referência ao trabalho de revitalização na Praia Grande.

Isso me preocupa, isso de ninguém ter ocupado o casarão depois que a Escola de Música saiu daqui. Nas outras cidades, você vê como é o Centro Histórico, na Bahia, naquelas cidades, Ouro Preto, Mariana e aqui... Ainda fizeram alguma coisa aí na Praia Grande, não é? Mas mesmo assim...

Mesmo assim os casarões continuam caindo. Mesmo assim, o centro continua “esvaziando”. Por outro lado, as intervenções na Praia Grande são conhecidas por todos. Do mesmo modo que as pessoas do Santo Antônio mencionaram o casarão da Escola de Música, todo mundo, incluindo o grupo do Seminário, todos os entrevistados, sem exceção, mencionaram o Projeto Reviver.

A Praia Grande, o Reviver, definitivamente está presente na fala das pessoas quando o assunto é Patrimônio e Centro Histórico. Em geral as pessoas apreciam as intervenções. O Centro Histórico aparece, na grande maioria das vezes, apenas como Praia Grande, como Projeto Reviver, ou simplesmente Reviver. Talvez pelo hábito de chamar o lugar como Praia Grande³³. Ou talvez pelo fato do nome Reviver ter sido muito

³² Depois que a Escola de Música do Estado foi transferida em 2001 para um casarão na Rua da Estrela, a antiga sede, o casarão da Rua de Santo Antônio, abriga a Escola de Artes Cênicas do Estado do Maranhão, mas o prédio não sofreu nenhuma reforma e seu estado de conservação é apenas regular.

³³ Reforçando essa teoria o fato de que os jovens aceitam mais facilmente a terminologia de Centro Histórico.

bem divulgado por toda a mídia. Mas não é possível descartar a possibilidade de estar embutido nessa forma de nomear o lugar o sentimento de que “histórico” é todo o centro, uma vez que as “modificações” são igualmente proibidas e que, de fato, é possível se encontrar exemplares da mesma arquitetura na área denominada de proteção estadual.

A referência à Praia Grande vai acontecer de duas maneiras: há pessoas que, mesmo apreciando o trabalho realizado, não se envolvem pessoalmente com as atividades ali desenvolvidas, ou melhor, consideram que a área é hoje um lugar turístico, um lugar para turista visitar.

Ali depois que eles resolveram arrumar, ficou ótimo. Mas não é como antes, porque não pode mais voltar. Comércio não dá. Só barzinho e essas coisas de turismo, essas coisas regionais. Está até muito bom ali.

Não sei, a parte regional está muito boa. Um amigo nosso esteve aqui, ele é da Bahia e nós estivemos lá na Bahia com ele e depois ele veio aqui e ficou encantado. Ele tinha estado aqui há alguns anos e ficou encantado com a diferença. As lojas, muito limpinhas, bem decoradas, muito ‘arrumadinhas’, muito bom. Os preços bem acessíveis, não estão aquele exagero. Eu até não ia ali há muito tempo, mas quando chega uma pessoa de fora a gente vai logo lá. Aí eu dizia para ele: você está conhecendo aqui e eu também. Mas ali era muito bom, tinha tanta loja boa! Tecidos, a gente comprava lá. Só ficou a loja de ferragens, mas não modernizaram nada. Mas isso a gente vê na cidade dos outros. A gente chega numa cidade e, -Ah! Eu vou ver, visitar os pontos turísticos-mas os da gente a gente não liga. É até interessante, eu até falei outro dia, agora nas férias a gente tinha que ver essas coisas. Eu gosto demais das coisas antigas, mas na nossa cidade a gente não vai. Na cidade dos outros, sim, a gente vai, a gente conhece, a gente fica encantado. Mas, quando chega na da gente...

“Mas não faz mal que a gente não vá até lá”. Mesmo permanecendo distante do dia-a-dia do morador, a intervenção na Praia Grande é apreciada com orgulho. Temos nós também lugares históricos que revelam aos turistas a nossa importância, a nossa capacidade de saber guardar as memórias. Esses lugares são uma espécie de cartão de visita. Ponto turístico de primeira. Que devíamos visitar mais, certamente, mas que é

motivo de orgulho, sim. Em geral essa representação vai aparecer na grupo Santo Antônio.

Por outro lado, para um outro grupo, a atividade desenvolvida no Reviver ou em outros “locais históricos” significa uma opção de lazer. É gente que frequenta os bares e festas, as atividades culturais, o cinema no Odilo³⁴. Participa das “brincadeiras” no Domingos Vieira Filho³⁵. Em geral, essa vai ser a representação do grupo Seminário.

Como bem observa Souza (1999, p. 135),

A área se destaca como local privilegiado para a realização de manifestações culturais tanto pelas condições de acessibilidade como pela tradição cultural. Assim sendo, é palco confirmado dos inúmeros grupos populares de bumba-boi, de tambor de crioula, tambor de mina, cacuriá, shows de reggae e de música popular maranhense, além de abrigar um grande número de eventos culturais da cidade.

Intelectuais ligados à Fundação de Cultura do Estado do Maranhão apontam que “o sentimento de envolvimento com o Centro Histórico vem-se afirmando nos últimos anos. É um processo visível, e pode ser detectado o quanto as pessoas apreciam as atividades culturais que se desenvolvem. Na Rua do Ribeirão a gente percebe as pessoas chegando e gostando”. Para Dona T. uma das moradoras do Seminário, por exemplo, o Natal foi no Reviver. Foi muito bonito, contando com a presença da Governadora e tudo.

Eu vejo o que está escrito. O que está bem aqui, eu lê e está vendo. [Mostra uma publicação]: É sobre o Natal no Reviver. É isso aqui, foi muito bonito. O Natal, *ali no Patrimônio Histórico*, eu fui lá e foi muito bonito só com artistas da terra. E a Roseana [governadora do Estado] estava lá. Eu vi a Rosa Reis, vi o Nelson Brito. Mas são coisas, assim, que eu acho muito individualizado. Eu acho que as coisas não acontecem como um todo, para todos, para a população. Acontece uma coisa para se mostrar na televisão, não para todos. Eu não concordo. Ou se faz para todo mundo ou não se faz para ninguém. Por isso eu estou achando o patrimônio... Realmente a atitude em si é bonita no sentido de valorizar a cidade lá para fora, mas está sendo mal cuidado. Se você subir aqui, vai ver a Igreja de Santo Antônio, que é bonita, mas a situação de abandono é total. O descaso é de todos, Prefeitura, Estado, todo mundo.

³⁴ Centro Cultural Odilo Costa Filho, construído durante o Projeto Reviver, na Praia Grande, que abriga um teatro, um cinema, salas e oficinas além de um espaço para exposição.

³⁵ Centro de Cultura Popular na Rua do Giz. Centro Histórico.

O grifo é nosso para acentuar como o patrimônio histórico está definitivamente ligado à Praia Grande. Patrimônio Histórico é o Reviver, a Praia Grande. Em todas as falas o Reviver é citado com orgulho, e carinho. Por quem frequenta e por quem não frequenta o lugar. É bonito, “é internacional, não é? Mas é ponto de partida para uma comparação importante: a atitude em si é bonita, quer dizer, a atitude de recuperar o Reviver é bonita, mas “se deve fazer para todo mundo”.

Em outras palavras: começa a se delinear o que representa para os moradores a transformação da sua área em área de proteção histórica. Começa a se manifestar o sentimento de que há alguma diferença entre o tratamento dado ao que hoje se convencionou chamar de Centro Histórico e à área de proteção estadual. Sentimento que se torna mais claro quando, num segundo momento, a entrevista começa por: como é morar no Patrimônio Histórico?

6.3 O Patrimônio, de quem é?

O patrimônio. Não vejo nada! Aqui pelo meu lado eu não vejo nada! Só essa rua desse jeito! É horrível! Você vê, mesmo que não asfaltasse, mas pelo menos botasse o mesmo paralelepípedo como era, não é? Assim não vejo patrimônio. Quando eu fui botar azulejo (na fachada da casa) aí é que o pessoal do Patrimônio veio reclamar. Eu disse: Meu filho, eu estou é embelezando o *patrimônio de vocês*, botando o azulejo em minha casa, Você devia ver era a rua! Nesse tempo, era cada buraco.

E continua a “falar” com o fiscal do patrimônio: “Vocês deviam ver era a rua que está toda esburacada”. No desabafo: “Eu estou é embelezando o patrimônio de vocês” a moradora reafirma a separação entre o patrimônio de vocês (deles) e o patrimônio individual, o patrimônio de cada um. Em outras palavras, o patrimônio é deles, mas a casa é nossa. Sentimento que vai aparecer em diferentes graus de elaboração

Da reafirmação do Patrimônio da Humanidade,

É bonito, importante, e tal, mas até agora, não sei. O problema é com o critério. Se essa casa está no centro, ela está tombada. Então se você quer conservar esse imóvel e acha que isso é importante para o Estado, você quer manter, ele

(o Estado) tem que ajudar a pessoa a manter. Porque realmente quem mora aqui no centro, a maioria o poder aquisitivo é baixo, então já seria uma ajuda para pintar a fachada da casa, para arrumar alguma coisa, para não ficar caindo, como tantas aí, abandonadas, fechadas. Porque o dono da casa não vai reformar porque não pode, inquilino não vai entrar numa casa toda caindo. Quer dizer, era o momento deles verem isso.

À:

Não tem o meu apoio. Eu acho, assim, que deve ser patrimônio histórico assim aquelas coisas lá de baixo (Praia Grande). Até a Igreja (Santo Antônio), tudo bem, mas as coisas da gente?

Eu sou contra! Assim, quer dizer, lá no projeto Reviver, o que a Governadora fez, consertou aquelas casas que estavam caindo e tudo, ótimo, mas as casas da gente... Conheço gente que vendeu casa, e graças a Deus vendeu a tempo. O dono que comprou... Está lá o terreno que ele nunca conseguiu fazer nada. Aí eu acho que é maldade. Que tivesse assim essas coisas de Praia Grande, Alcântara...

Fico revoltada porque não posso fazer nada na minha casa. Era isenta de IPTU, mas como coloquei cerâmica na fachada, comecei a pagar normalmente. Então acho que os órgãos gostam mesmo é de ruínas.

Aqui aparece uma das maiores contradições. “Se o Patrimônio é de todos por que apenas *eu* tenho que arcar com o ônus de mantê-lo? “E do jeitinho que *eles* querem”. Na maioria das falas dos moradores essa é a grande questão que se coloca. “Eles” parece se referir a um só tempo ao governo e ao “patrimônio histórico” personificado. Seja como for, o uso da terceira pessoa revela a distância existente entre o patrimônio histórico e o morador.

“É absolutamente necessário que o Governo ajude as pessoas a conservar o patrimônio”. Do patrimônio público, as ruas e calçadas visivelmente não conservadas, à ajuda material para a manutenção do patrimônio de cada um. E mais importante ainda, fiscalização estrita no sentido de impedir o abandono e a “invasão” dos casarões abandonados”.

Eu não sei que patrimônio é esse, todo esburacado. Tem que consertar tudo. Está bom que não tenha asfalto, mas tem (asfalto) nas ruas que tem gente bacana. E as casas de gente *deles* também foram reformadas.

Eles querem mandar na casa da gente. E a casa não é da gente? Porque não pode mexer e cuidar da casa como a gente quer? *Muito errado*.

Mais uma vez a terceira pessoa: O patrimônio é *deles*. As coisas têm que ser do jeito que *eles* querem. O patrimônio é lei, é uma entidade distante, é Governo. Eles. Não pertence à coletividade. Pertence a eles. O Governo. O Estado. O importante é que ao denominar o patrimônio de *eles*, os moradores delimitam o espaço do patrimônio, ou melhor, estabelecem a devida distância entre si e o patrimônio histórico.

6.4 As Contradições

Mesmo se considerarmos as declarações mais radicais como “ não tem o meu apoio” ou “ está muito errado”, elas estão inseridas num contexto próprio. Observar o mapa de uma entrevista, em que aparece esse tipo de manifestação, é muito útil para o correto entendimento do “desabafo” do morador.

Primeiro desabafo:

manifestação contrária ao tombamento de sua casa

Motivo:

querer mandar na casa da gente

Conseqüência:

injustiça – há gente que mesmo não podendo, faz a modificação e fica “por isso mesmo”. Não tem conseqüência. “Mesmo que seja uma multa, já está feito e pronto”.

Segundo motivo:

desvalorização do imóvel, difícil de vender

Conseqüência:

mais injustiça - fica abandonado esperando cair

problema social- aumenta a insegurança e aí todas as casas vão ficar desvalorizadas mesmo.

Contraponto:

mas é bacana conservar, é uma coisa boa mesmo: “não vê como ficou bonito lá em baixo”

mas parece que é coisa só para turista

se fosse para fazer uma coisa assim aqui em cima, tudo bem, a gente topava, e aí ficava cada um cuidando do seu imóvel. Mas se nem as ruas e serviços de infra-estrutura funcionam, aqui em cima não tem nem as praças conservadas, nem a Igreja. Você vê aí para fora, as pessoas dão o maior valor para tudo que é antigo.

Em geral nesse momento a discussão envereda pelo caminho da discussão política que inflama (não fosse esse um ano de eleição), mas acaba retornando para a apreciação do trabalho na Praia Grande, que “afinal, tem repercussão internacional”, é Patrimônio Mundial.

Se for para preservar, então tem que ajudar a preservar (o Governo ajudando o morador).

Depois do desabafo, pazes feitas:

É possível se conservar se for assim, mas “será que *eles* (o Governo) vão querer assim?”

Porque, para piorar as coisas, “*eles*” trabalham mal. Não conservam “as coisas”, não fazem a manutenção das ruas e “não deixam ninguém fazer” (aqui é no sentido da reforma ou manutenção da própria casa) . “Por isso cai tudo e fica tudo abandonado”

Este local está abandonado. Falta mais conservação e recursos para tal. Não adianta ser tombado se não tem preservação.

Já que é tombamento e não pode fazer do jeito de queremos, deveria receber alguma ajuda. Do jeito que está, vai acabar, vai afundar.

A área está precisando de revitalização. O abastecimento d' água está precário, falta segurança. Tudo isso influencia na saída dos moradores para outros bairros.

Adiantaria alguma coisa se os órgãos responsáveis isentassem os moradores de alguma taxa, impostos, IPTU.

Observa-se que, enquanto a referência à Praia Grande é sempre positiva, quando a questão se refere ao local de moradia, especificamente à área de proteção estadual, envolvendo o seu patrimônio, a reação vai do desconhecimento, “não sabia que era Centro Histórico aqui também”, à discordância completa.

A manifestação discordante vem sempre acompanhada da necessária explicação sobre o quanto é muito importante “conservar o patrimônio”, “conservar a história”. Geralmente a discussão envereda para uma avaliação extremamente positiva da intervenção na Praia Grande e do Projeto Reviver.

Quando, no segundo momento, a entrevista passou a começar pela questão - Como é morar no Patrimônio Histórico? - o padrão da resposta modifica ligeiramente. Na prática, começar a entrevista desse modo ficou um pouco mais difícil. Algumas pessoas não se sentiram à vontade para responder, outras ficaram com medo - afinal poderia ser alguém do Governo querendo saber a opinião das pessoas para poder, quem sabe, até prender. Outras aproveitaram a ocasião para discutir mais amplamente os problemas e a política brasileira.

Apesar dos temas levantados terem sido os mesmos (em relação ao primeiro momento em que o tema patrimônio foi introduzido indiretamente na conversa), a discussão apresenta um ritmo e uma estrutura, diferente. Num primeiro momento, o desabafo: “Que patrimônio, esse esburacado?” Como primeiro tema: a constatação de que o patrimônio é deles, a casa é nossa. A seguir, a afirmação da conservação – “Tem que conservar, mas quem sabe apenas a Igreja, os casarões do Governo, até os abandonados, nem que seja transformando em apartamento”.

Aqui um parêntese: a proposta do Governo de Estado de transformar alguns dos casarões em edifícios de apartamentos está bem divulgada e conhecida e aparece em algumas das entrevistas – “É bom, se eu pudesse, eu também queria um apartamento, vou até me informar”. A partir daí o tema seguinte vem a ser a discussão da situação política. A revitalização da Praia Grande se explica, por vezes, por conta de uma governadora amante da cultura e das coisas da terra.

Elementos comuns em todas as respostas: i) a concordância com a preservação e conservação da cidade e da história; ii) a estranheza com relação ao fato de ser tombada e

não “poder mexer em nada” ao mesmo tempo em que não se tem a isenção do IPTU; iii) o desconforto com o fato de algumas ocasiões parecer que essas regras não são cumpridas com referência mais ou menos explícita a algumas “concessões de reforma que pareceram injustas; iv) a desigualdade de estratégia de conservação que exige do morador a observância da conservação enquanto que as ruas apresentam visíveis sinais de descaso e abandono; e v) a desvalorização do imóvel”.

Na área mais próxima às casas abandonadas, a constatação de que algumas pessoas, por não terem dinheiro para conservar, acabam simplesmente saindo para outros lugares, abandonando as casas, principalmente quando a problemática envolve uma situação de herança.

Quando se questiona de que maneira o “patrimônio” teria influenciado na conservação do lugar ou no seu modo de morar, como teria influenciado na sua vida, as respostas variam. Pode ser: “Não ajudou, nem prejudicou”. Ou pode ser: “Influencia sim, porque tem vem uma verba, não é ?” “O problema é que muitas vezes, essa verba não parece ser usada para beneficiar os moradores da região”. Por vezes, o morador chega a afirmar que: “Influencia porque tem uma verba que *eles* recebem”.

6.5 A Informação, o Campo Representacional, a Atitude

Segundo Moscovici (1978, p.67-69), em geral a representação de um grupo sobre um objeto qualquer apresenta três dimensões: 1) a informação que é a organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; 2) o campo representacional, campo da imagem e modelo social; e 3) a atitude, que destaca a orientação global em relação ao objeto. Em geral a representação apresenta essas três dimensões que em outras palavras seria “o que sabe sobre o objeto”, “a imagem que se tem dele” e como “se atua em relação a ele”. Obviamente essas três dimensões estão intrinsecamente ligadas. Mas pode acontecer de uma delas não estar presente, aparecer de forma incompleta ou difusa ou pode se falar de uma atitude comum e não de uma representação comum em um determinado grupo ou vice-versa.

As falas dos moradores parecem confirmar o que a ausência do tema patrimônio, na representação do morar, sugeria: o patrimônio não emerge como um tema na

“discussão” sobre o morar porque *está* distante das pessoas. Distante, não no sentido material, afinal as pessoas *moram* no patrimônio histórico. Não está distante no sentido “não-material” na medida em que, em geral, existe uma aproximação afetiva muito grande das pessoas com o lugar, que transparece nas suas falas e nas suas práticas cotidianas.

Mas a referência a “*eles*”, a referência a “*patrimônio deles*” está muito presente nas representações dos moradores, da mesma forma que o sentimento de que o patrimônio não teria exercido nenhuma influência em sua vida pessoal. Mesmo quando na fala aparecem as “casas abandonadas por falta de dinheiro para reformar dentro dos padrões do patrimônio” ou a “desvalorização do imóvel”, o patrimônio “não atrapalhou nem ajudou” na vida pessoal.

Ao tomar contato com a realidade de “*patrimônio histórico*”, no processo de objetivar e ancorar essa “*nova idéia*” a tendência parece ter sido relacionar e classificar a categoria patrimônio histórico nas categorias mais conhecidas de legislação, normas, e decretos, diretamente relacionadas com o governo. Como esse processo de construção da representação é um processo não apenas intelectual, mas está também relacionado com uma atitude social, na medida em que lançamos mão de uma hierarquia de valores, aparece a distância, ainda não superada em nossa sociedade, entre leis, decretos e governo em geral e o cidadão comum. Assim, na representação dos moradores a imagem, o campo representacional o patrimônio histórico aparece como “eles”.

Esse seria o “campo representacional” dominante. A *imagem* principal. Principal porque convive com a imagem do Patrimônio como o “Reviver” o que, de uma certa maneira, confirma a imagem de Patrimônio do Governo na medida em que o Reviver não é o “seu lugar de morar”.

A dimensão que Moscovici denomina de atitude, que se materializa nas práticas cotidianas, apresenta-se contraditória. A representação do patrimônio como *eles*, ou seja, a “distância” entre patrimônio e morador não parece se justificar no sentimento de busca da modernidade ou no “direito à modernidade”. De um lado, no trecho Seminário, toda a trajetória da identificação do lugar e de seus moradores sugere a não-metamorfose no

sentido dos valores cultivados pela comunidade , seja na manutenção das tradições locais, seja na continuidade dos modelos antigos.

Por outro lado, no caso do Santo Antônio, a modernidade aparece como um elemento altamente desarticulador dos antigos modos de viver. De uma forma bastante clara, a representação dos moradores aponta o chamamento à vida moderna como um dos grandes responsáveis pelo esvaziamento do centro, seja porque alguns atendem aos apelos do modernismo, seja porque esse mesmo modernismo transforma a vida de tal modo, que se torna impossível viver no centro. Os moradores que permanecem se colocam em posição contrária a esses assim chamados “novos modos de viver”. Preferem a casa ao apartamento. Gostariam de viver em segurança.

Nesse caso, para o grupo do Seminário, seria razoável esperar-se o desejo de conservar as estruturas urbanas como uma maneira de continuar a manter a mesma qualidade de vida, os mesmos padrões de vizinhança, a mesma segurança das ruas que, do contrário, poderia ser totalmente perturbada pelas transformações impostas pelo “modernismo” que já se fazem sentir no Santo Antônio. Já no Santo Antônio, a radicalização da modernidade traria os indesejáveis edifícios, na maioria das vezes comerciais, para o lugar das casas acabando por expulsar de vez o uso residencial.

No entanto, o Patrimônio Histórico não está identificado com o lugar, com o morar. Não se identifica como propriedade de todos e de cada um. Mesmo em um lugar em que os moradores se apropriam dos espaços de uma maneira tão coletiva, a representação que parece predominar é de um patrimônio diferenciado e distante do lugar e do morador: a casa é nossa, o patrimônio é deles.

Ainda em relação à atitude, não parece haver discordância em relação à necessidade de conservação e preservação da história. Em 1997, Leite Filho, Oliveira e Gomes, ao analisarem a relação entre os usuários e os órgãos responsáveis pelo patrimônio, chegam à conclusão semelhante quando afirmam que “o universo de moradores pesquisados considera de grande importância a preservação do patrimônio histórico” (1997, p.64).

Nesse trabalho aparecem como sugestão dos moradores: i) desapropriação dos imóveis abandonados e em péssimo estado de conservação; ii) melhoria no sistema de

infra-estrutura básica como esgoto, transporte, limpeza e segurança; iii) maior fiscalização na manutenção e caracterização do patrimônio. Além disso, os moradores se manifestaram a favor de que o Estado assumisse o ônus da preservação dos prédios de interesse histórico ocupados por pessoas carentes e apontaram a necessidade de um canal de negociação com os proprietários para orientar, disciplinar, conscientizar e divulgar os fatos inerentes à preservação do Patrimônio Histórico. Apenas cinco por cento dos entrevistados sugeriram que o Estado tombasse apenas alguns poucos imóveis e permitisse reformas de acordo com a preferência de cada proprietário, inclusive com a demolição caso fosse necessário. Mas, observou-se que “a maioria não teve nenhum contato com o departamento do patrimônio” (LEITE FILHO; OLIVEIRA; GOMES, 1997 p. 64-79). O que confirma a distância sentida e vivida pelos moradores.

Finalmente, em relação à última dimensão, não parece haver falta de informação no sentido de não se saber o que é patrimônio histórico, embora algumas pessoas não tivessem consciência de ser aquela uma área de proteção histórica e embora uma boa parte delas, mesmo orgulhosa do título de Patrimônio da Humanidade, não ter a exata compreensão do que isso significa. A representação dominante é a de que de alguma forma existe um interesse internacional em São Luís, no entanto, não fica claro como esse interesse se materializa. Acredita-se, em geral, que “os órgãos internacionais mandam recursos” e nesse caso, o fato de se “receber dinheiro internacional” seria o principal motivo para se manter o patrimônio histórico.

A dimensão da informação, no entanto, não se apresenta da mesma maneira em todos os grupos. Um subgrupo em especial parece estar mais bem informado, não em relação à legislação, mas em relação ao processo de recuperação da Praia Grande e da inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial: o dos jovens. Ou melhor, os dois subgrupos dos jovens inseridos tanto no “Seminário” quanto no “Santo Antônio”.

Aqui há uma identificação maior do lugar com suas raízes históricas, uma identificação do lugar como Centro Histórico. O patrimônio histórico passa à condição de “memória cultural”. O campo representacional muda. Em relação à dimensão de imagem e modelo social o Centro Histórico (e aqui se pode notar mais uma diferença na forma de

nomear o lugar), é muito importante e “faz parte do nosso passado”. Nesse momento, a distância entre patrimônio e moradores desaparece.

No campo da *atitude* as coisas também se passam um pouco diferente. Toda a discussão sobre conservação do patrimônio histórico aparece em sua extensão: conservar o centro histórico ou uma parte dele? Aparece a idéia da integração do patrimônio com a vida atual, a modificação do interior e a conservação da fachada, que são, sem dúvida, muitas das discussões atuais no próprio universo da conservação e preservação do patrimônio cultural urbano.

Em relação à área de proteção estadual a situação, ou melhor, a atitude muda. Sem sombra de dúvida o lugar se apresenta como um bom lugar para morar, mas:

Não é mais possível se considerar essa área da mesma maneira que o Centro Histórico. As casas estão caindo porque as pessoas não têm dinheiro para reformar do jeito que o Patrimônio quer. É injusto.

Por outro lado:

Eu tive uma fase de querer sair daqui, ir morar no Renascença. Acho até que todos nós jovens tivemos a fase de querer ir morar no Renascença. Porque era mais perto do shopping, da festividade, de tudo. Mas, hoje, eu jamais quero ir morar em outro lugar, porque aqui é o ideal. Eu sou uma pessoa que não gosta muito de festa, de muita zoadá. Eu acho que durante a semana isso é inevitável em qualquer lugar, a não ser que eu vá morar num sítio. Agora, aqui se eu vou à Rua Grande eu mato todos os meus problemas. E está no centro de tudo. E também porque eu adoro arquitetura antiga.

Existe quem esteja disposto a investir no futuro, quem esteja disposto a lançar as raízes:

Eu acho ótimo, porque é um lugar super tranquilo, bem localizado. O triste é que essas casas aqui do centro ... eu adoro essa casa, ela é uma casa ampla, casa muito boa. É uma pena que essas casas não sejam aproveitadas. Quando eu cheguei na Itália³⁶ e vi as casas... A maioria por fora era preservada, mas por dentro as casas eram lindas. O que eles já assimilaram na Europa a gente vai

⁶ A moradora é formada há pouco tempo e depois de formada fez um estágio de seis meses na Itália.

levar anos para aprender. Eu adoraria poder morar aqui e eu poderia arrumar a casa de um jeito muito aconchegante. Eu falo mesmo, vocês (as irmãs, possíveis herdeiras da casa, em conjunto com ela) podem ir embora que eu fico com a casa. Eu hoje moro na (bairro de classe média, um conjunto mais afastado da cidade), mas é uma casa muito pequena. Para eu ter filho eu vou ter que reformar a casa, mas eu preferia voltar para cá. Se me dessem essa casa eu jamais deixaria, jamais sairia daqui para ir morar em um apartamento.

A idéia de que é possível se conservar “por fora” e viver de modo confortável e “moderno”, a idéia de conservação do centro histórico, assim como a mudança no campo representacional e no campo da atitude (no sentido que Moscovici emprega a palavra) apresentada pelo subgrupo dos jovens pode ser considerada, de certa forma, uma resposta ao trabalho que vem sendo feito em relação ao patrimônio desde a intervenção na Praia Grande, com a conseqüente inclusão de São Luís na Lista de Patrimônio da Humanidade, até as mais recentes propostas de recuperação de edifícios para o uso residencial.

Mesmo porque não se pode esquecer que o processo de construção e reconstrução das representações sociais é muito dinâmico. Representações sociais podem mudar e de fato mudam ao longo do tempo por inúmeras razões, o dissemos anteriormente. Não se pode esquecer também que, mesmo que aparentemente a identidade possa ser vista como algo dado, como se fosse a revelação de algo preexistente e permanente, considerar a identidade dessa maneira é retirar dela o seu caráter de historicidade, é esquecer que identidade é metamorfose.

O mais importante é observar que a representação do patrimônio como o Reviver, o orgulho de ser patrimônio da humanidade pode ser um primeiro passo para diminuir a distância entre o morador e o patrimônio histórico. Certamente é uma pista que merece ser seguida.

7 CONCLUSÃO

A primeira coisa que se pode aprender sobre o centro é que não há apenas um “centro”, mas diversos “centros”. Há o centro que se retrai e vive principalmente a vida interior, as portas fechadas, meio que conservando o passado, conservando as memórias. Que se revela na nostalgia presente nas falas de seus moradores. Há o centro das casas abandonadas que vai, pouco a pouco, perdendo a batalha para o tempo e para as novas especialidades. O centro da espera prolongada pela venda ou aluguel da casa quando não é mais possível resistir ao isolamento e que não sabe ao certo que destino o espera. Há o centro que se pode observar nas cadeiras na frente da casa para “dois dedinhos de prosa” ao final da tarde. O centro “nicho” que permite ainda a vida comunitária. Onde vemos crianças brincando na rua, bandeirinhas estendidas, jogos de dama ou jovens tocando violão. Há o centro histórico, a Praia Grande, o Reviver. Cartão de visita, ponto turístico internacional. Patrimônio da Humanidade.

As falas dos moradores revelaram que o centro é, sim, um lugar de morar. A permanência do lugar antigo permitiu a continuidade de modos tradicionais de morar. Permitiu a continuidade da rua como ponto de encontro e aglutinação da vida em comunidade. Permitiu a apropriação da cidade pelo caminhar de seus moradores, assim como a continuidade dos relacionamentos sociais e de muitas das práticas cotidianas que vêm sendo, pouco a pouco, banidas dos novos espaços de morar.

Permanência que parece ter sido causada, em parte, pela expansão da cidade em direção às praias que aliviou as tensões de “renovação urbana” no centro, em parte pelo próprio fato de declarar o centro como área de proteção histórica. Protegida tanto pelo interesse econômico concentrado em outras áreas, quanto pelas normas de conservação e preservação do patrimônio construído, uma vez que a “cidade histórica” nasce quase ao mesmo tempo em que se inicia a “expansão” e a criação da nova centralidade.

Até então o que havia era a cidade, o centro. Ou, como dizem os moradores, o que havia era Santo Antônio, Ribeirão, Afogados, Alecrim, Pespontão. Lugares e pessoas que viveram essas transformações e tiveram que lidar com elas de uma maneira ou de outra. E que ainda lidam. No dia-a-dia dos moradores, ao invés das esperadas queixas contra o “lugar velho” há uma celebração da vida em comunidade. Surpreendentemente existe uma maior percentagem de jovens e crianças do que se costuma cogitar ao avaliar o morar no lugar antigo.

Mas o centro não é homogêneo, já o afirmamos. Existem também áreas degradadas. O centro de São Luís não apresenta cenário muito diferente da maioria dos centros das cidades pelo mundo afora, quer sejam históricos, quer não: desvalorização do uso residencial, progressivo abandono e deterioração dos imóveis, muito embora ainda seja o centralizador das principais atividades comerciais, administrativas e de serviços. Fato que, aliás, começa a ser ameaçado por outras centralidades como os novos shoppings centers e torres de escritórios do outro lado do rio.

De fato, o esvaziamento dos centros parece estar diretamente relacionado com o movimento de valorização de terras fora dos limites centrais, relacionado com o movimento de especulação fundiária e imobiliária, devidamente legitimado pelo zoneamento urbano. Em São Luís não foi, e não é, diferente.

Depois que o centro foi destinado principalmente às atividades comerciais e administrativas, o que parece ter acontecido é que o uso comercial se espalhou da Rua Grande em direção às bordas, às margens do centro, poupando aqueles lugares de mais difícil acesso que vêm a constituir, na representação dos moradores, os “nichos”. Neste trabalho estudamos um determinado trecho, mas podemos falar, com certeza, da existência de outros nichos com características semelhantes.

No entanto, as residências não permaneceram apenas nos nichos. O maior diferencial entre o nicho e o restante do centro parece ser a maneira de viver, a prática cotidiana que faz a vida comunitária diferente. Um estilo de vida onde o viver urbano ainda pode ser compartilhado, onde a rua é o ponto centralizador. Um estilo de vida que se perdeu no restante do centro devido à quebra das relações de vizinhança com a saída de alguns moradores, mas que permaneceu nos nichos.

Nichos que se mantiveram, em grande parte, por ser o centro uma área de proteção histórica. No entanto, não parece ser essa a representação dos seus moradores. O percurso empírico e teórico percorrido, referenciado na teoria das representações sociais de Moscovici nos mostrou que, para os moradores, a condição de área de conservação e preservação histórica não influenciou a sua permanência no lugar, aparecendo, inclusive, para um grupo, como um segundo e, às vezes inevitável, elemento de desvalorização da área, sendo o primeiro o “modernismo” que impõe modificações no modo de morar. O modernismo que transforma áreas residenciais em comerciais e que gera a insegurança. Ao mesmo tempo o Patrimônio Histórico parece ser objetivado em leis e normas distantes do dia-a-dia do morador, exercidas em nome e a favor de um Governo que não se preocupa em conservá-lo.

Até aqui essa distância entre morador e patrimônio tem sido interpretada como uma recusa dos moradores em relação às políticas de conservação e preservação do patrimônio porque os moradores acreditariam que as estruturas antigas não seriam adequadas aos novos tempos, aos novos modos de morar. Ou porque não seriam capazes de entender o valor artístico, histórico e cultural do seu patrimônio. Ou ainda, porque se manteriam numa postura de defesa dos direitos de intervir na sua propriedade como bem quisessem.

Não é possível negar a influência do modernismo e a atração dos novos modos de morar, porque, realmente, muitos dos antigos moradores mudaram-se para outras regiões, para os bairros, para os novos “lugares de morar”. Nem é possível negar os conflitos com os proprietários ou mesmo as dificuldades como falta de dinheiro ou litígio entre diferentes herdeiros.

Não é possível negar também que, muitas vezes, a valorização do patrimônio cultural urbano como bem nacional a ser preservado não tem tido rebatimento econômico para o morador de um lugar elevado à condição de “histórico”. Muitas vezes, a compensação que se oferece a esse morador é uma compensação moral, uma espécie de condecoração simbólica, motivo de orgulho, pelo seu desprendimento na manutenção de um bem comum. Política que pode até se revelar satisfatória quando a representação dominante também é no sentido de valorizar o patrimônio tombado. De uma certa maneira as novas propostas de habitação em centros históricos contam com esse sentimento.

Por outro lado, a compensação simbólica pode ser insuficiente quando, ao contrário, o patrimônio é encarado como um fardo a ser superado, como um lugar inadequado. No caso do Santo Antônio, os dados do tempo de moradia sugerem a possibilidade de que a intervenção na Praia Grande e depois a inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade tenham tido alguma influência no movimento de retorno dos moradores para o centro. Talvez porque essa intervenção tenha exatamente invertido, ou pelo menos iniciado, a reversão da representação do centro como um lugar, no mínimo, ultrapassado. A representação dos jovens acerca do patrimônio parece também estar vinculada a esse processo.

Olhar a questão sob o ponto-de-vista dos moradores sugere que, de alguma maneira, as transformações que a modernidade tem trazido para o morar foram absorvidas e reelaboradas, de uma certa maneira repostas, de modo a dar continuidade aos modelos tradicionais, respeitando-se os valores da comunidade. Ao mesmo tempo, o lugar revelou-se absolutamente adequado para abrigar essas transformações ou reelaborações, o que indica o reconhecimento

das qualidades de sua arquitetura e espaço urbano. Qualidades que o movimento dos novos moradores parece confirmar.

O que não quer dizer que está tudo resolvido. Pelo contrário, a convivência com o patrimônio histórico é plena de contradições. Do ponto-de-vista dos moradores, o fato do Governo “querer mandar na casa de cada um” com o intuito de “proteger” um patrimônio e não cuidar do patrimônio urbano. Contradição que convive com o fato de que o morador procura manter os valores tradicionais ao mesmo tempo em que não reconhece o patrimônio histórico como seu e, vice-versa, não reconhece o seu patrimônio como patrimônio histórico.

O processo de discutir a questão sob o ponto-de-vista dos moradores, a busca pela apreensão das representações acerca do morar no lugar antigo e do patrimônio histórico, levanta ainda outras questões: como reverter a distância entre patrimônio histórico e moradores? Ou antes, como foi criada essa distância?

Algumas pistas levam a acreditar que, no início, o pronto atendimento ao chamado da prefeitura de revestir as fachadas com azulejos foi uma demonstração de orgulho e amor ao patrimônio histórico. Onde aconteceu o rompimento? Por outro lado, teria sido mesmo um rompimento?

Se considerarmos que as teorias da conservação e preservação do ambiente construído fazem parte do universo da ciência, portanto um universo *reificado*, a apropriação dessas teorias e práticas pelo senso comum, ou seja, pelos moradores seria o meio pelo qual estes moradores transformariam o desconhecido em conhecido, respondendo, como diz Jodelet (1997), à necessidade de integração ao mundo que nos rodeia. As representações sociais acerca do objeto emergem exatamente como resultado desse processo.

Assim, o ponto inicial teria sido as próprias teorias da conservação que, ao serem, ou não serem apropriadas pelo senso comum, dariam origem a uma determinada representação. Qual teria sido a representação do patrimônio transmitida para além das fronteiras do universo *reificado*? E o que aconteceu nesse processo que levou a formação da representação do patrimônio como *patrimônio deles*, um patrimônio distante dos seus moradores?

Do outro lado, temos as teorias e práticas do planejamento urbano que da mesma maneira participaram desse processo. Tanto mais em São Luís onde os processos de modernização e proteção histórica iniciaram-se na mesma época. A representação do modernismo, a representação do bairro como lugar de morar ou do centro como não adequado ao morar são representações construídas também a partir do universo *reificado*. Mesmo que, como diz Moscovici (2001), elas pareçam estar ali como vindas de lugar nenhum, mesmo que

elas pareçam ter vida própria e pareçam ter quase se transformado em verdades inquestionáveis e imortais, elas foram criadas por alguém, com algum sentido e finalidade iniciais.

Em outras palavras, refletir sobre as representações dos moradores sobre o lugar e sobre o patrimônio, leva a refletir sobre as teorias e práticas, tanto do planejamento urbano quanto da conservação e preservação do ambiente construído, no sentido de fazer perceber que não basta a abordagem técnica e “racional” quando se trata de intervenção no urbano. Intervir nas cidades significa intervir no cotidiano das pessoas. Não é mais possível ignorar os efeitos dessas intervenções. Efeitos que são muitas vezes irreparáveis.

Não basta pretender que, como técnicos e especialistas, sejamos detentores do poder, capazes de formular as soluções ideais cabendo aos moradores aceitar o proposto como o melhor para a cidade e para si. Fato que, aliás, não ocorre se não houver concordância por parte da população envolvida, pois na maioria das vezes, a discordância vai-se materializar na não-aceitação silenciosa, na não-participação.

O objetivo de fazer a cidade bem feita não pode ser outro senão o conforto, o bem-estar, e (por que não dizer?), a felicidade das pessoas que nela habitam. Um bom caminho para se compreender essa realidade é ouvir essas pessoas. E, mais importante ainda, trazê-las a participar no processo de intervenção na cidade. Mais que ouvir, ou recolher opiniões é importante interagir.

Certamente não é tarefa das mais fáceis, porquanto implica em uma completa transformação na prática de intervenção na cidade, tanto em nível do contato direto, das negociações e envolvimento da comunidade nas decisões, num processo participativo que transforma a população, outrora objeto, em sujeito das políticas e práticas urbanas, quanto em nível das próprias formulações teóricas do saber urbanístico.

O esforço para a compreensão do morar no lugar antigo, portanto, não acaba aqui. Pelo contrário, apenas se inicia. Muitas questões ainda devem ser respondidas. Questões como as já mencionadas a respeito do próprio processo de produção dessas representações. Questões concretas de como viabilizar a permanência no lugar e reverter o quadro de abandono. Questões mais subjetivas de como promover a valorização do patrimônio histórico e integrar a prática cotidiana da conservação no dia-a-dia de cada um e de todos.

Questões que vão além da conservação do patrimônio histórico e que são fundamentais para o fazer urbano como o efeito da desvalorização dos lugares antigos em geral. Ou como devolver à rua a função de espaço centralizador da vida em comunidade.

Questões em relação à integração do planejamento da cidade com a conservação do seu patrimônio. E muitas outras.

Quanto aos moradores uma questão ainda se coloca: Moro no Patrimônio Histórico. E agora? A resposta a essa pergunta, no entanto não pode ser dada apenas pelos moradores. Na verdade, talvez seja necessária a reformulação da pergunta no sentido de contemplar a nossa reflexão, ou melhor, a nossa representação, sobre a característica mais marcante do processo conservacionista de São Luís, que é o fato de que, desde o início, desde o momento em que se decidiu declarar o centro de São Luís como “histórico”, lá em 1974, tratava-se da conservação de um lugar completamente integrado na cidade como um todo, um lugar de morar, e que exigia, e exige ainda, um tratamento diferenciado e específico.

Refletir sobre a necessidade de implementar, de fato, políticas de conservação integrada, políticas públicas capazes de conciliar a conservação do lugar antigo, respeitando as suas características e o seu ritmo. Refletir sobre a cidade como uma entidade unitária, e como diz Argan (1993), refletir que uma das mais tarefas mais importantes no momento é a recuperação das cidades não importando “que a cura da cidade doente seja, como programa, menos brilhante do que a invenção de novas cidades” (1993 p.250). Refletir sobre a necessidade de compreender que a conservação do patrimônio urbano é, ou deve ser, uma conservação para as pessoas.

Talvez assim possamos responder à pergunta: E agora? Agora é trabalhar. Juntos, moradores, patrimônio histórico e planejamento urbano para conservar o centro como um lugar de morar. Que razões há, e muitas. Entre elas as qualidades do ambiente urbano e arquitetônico. Entre elas a necessidade de reverter a desvalorização do seu patrimônio pessoal. A acessibilidade. A condição central.

E muitas as paixões: a vizinhança, a amizade, a rua. Quanto às contradições, é tempo de identificar o patrimônio construído com a preservação dos valores tradicionais, das raízes pessoais e culturais. É tempo de fazer valer a proposição de uma conservação do patrimônio urbano construído voltada prioritariamente para o bem estar das pessoas. E compreender que falar de cidade é falar também de pessoas reais, que vivem a vida real.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. **A regulação urbana e o regime urbano:** a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 510 - 555. 1995.
- ANDRÉS, Luiz Phelipe (Org). **Centro Histórico de São Luís-Maranhão:** Patrimônio Mundial. São Paulo: Audichromo, 1998. 114 p.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.348 p.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 280 p.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. 242 p.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma Crítica à Economia Política do Signo.** Lisboa: Elfos, 1995. 278 p.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322 p.
- CANTER, David; MONTEIRO, Circe. **The Lattice of Polemic Social Representations:** a comparison of the social representations of occupations in favelas, public housing, and middle – class neighborhoods of Brazil. In: BREAKWELL G.M. ; CANTER, D. **Empirical Approaches to Social Representations.** New York : Oxford University Press, 1993. 344 p.
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem:** Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 391 p.
- CHOAY, F. **L'allegoria del patrimonio.** Roma: Oficina Edizioni, 1995. 254 p.
- CHOAY, F. **L'Allegorie du patrimoine.** 3 ed. Paris : Éditions du Seuil, 1999. 274 p.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina.** São Paulo, 1998. 242 p.
- DE GRACIA, Francisco. **Construir en lo construído.** 2 ed. Madrid: NEREA, 1996. 323 p.
- DURKHEIM,Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996. 499 p.
- _____. **As regras do método sociológico.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 165 p.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 315 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978. 421p.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** SP: Loyola, 1991. 349 p.
- HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.402 p.
- HOUSSAIS, Antônio. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa.** Editora Objetiva, 2001.

- IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1992.360 p.
- IPLAN. **Regulamentação das diretrizes do plano diretor para o centro histórico de São Luís**. São Luís, 1998.
- JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. NY: Random, 1961, .
- JODELET, Denise. **Les représentations sociales**.5ed. Paris: Press Universitaire, 1997.447 p.
- JODELET, Denise. **Représentatons sociales : un domaine en expansion**. In :JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. 5 ed. Paris : Press Universitaire, 1997. p. 47-78.
- JOKILEHTO, Jukka; FEILDEN, Bernard M. **Manual para el Manejo de los Sitios del Patrimonio Mundial Cultural**. Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura – Colcultura, 1995.149 p
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 6. ed. São Paulo:Paz e Terra, 1995.248 p
- LACERDA, N.; ZANCHETI, S.; DINIZ, F. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. Recife, 1999, Mimeografado.
- LACERDA, Norma. **O papel das variáveis não econômicas: formação dos espaços urbanos**. In: MONTEIRO, Circe (org). ANPUR- **Anais do Seminário Interdisciplinar: Cidade e Produção do Cotidiano**. Recife: MDU, 1995. 344 p.
- LAMAS, José Ressano. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: JNICT/ Calouste Gulbekian, 1992.563 p.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. adaptação de SIMAN, Lana Mara. **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.
- LEITE FILHO, Deusdedit; OLIVEIRA, Lenir; GOMES; Solange de Jesus G. **A proteção do patrimônio cultural arquitetônico e o governo do estado do maranhão: a relação entre a população residente e a ação preservacionista**. 1997. 122 f. Monografia. (Especialização em Gestão Pública) Governo do Estado do Maranhão. São Luís.
- MARTINS, Ananias. **São Luís - Fundamentos do Patrimônio Cultural, séculos XVII, XVIII e XIX**. São Luís: SANLUIZ, 1999. 92 p.
- MILET, Vera. **A Teimosia das Pedras**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.241 p.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.
- MOSCOVICI, Serge. **Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire**. p. 79-103. In : **Les représentations sociales**. 5 ed. Paris: Press Universitaire, 1997. 447 p.
- MOSCOVICI, Serge. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 324. p 7-16
- MOSCOVICI, Serge. **Social Representations: Explorations in Social Psychology**. New York: New York University Press, 2001. 313 p.

- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 741 p.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.
- SÁ, Celso Pereira de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In SPINK, Mary Jane (org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo : Brasiliense, 1993. 311 p. 19-45.
- SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejantes da cidade**. Recife: Editora da Fundação de Cultura, 1998. 171 p.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. 2 ed. Belo Horizonte: Formato, 1998. 251p.
- SOUZA, Alex Oliveira. **Patrimônio São Luís: Estudo sobre a sustentabilidade do processo de conservação do Patrimônio Cultural Edificado**. 1999. 183 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós- Graduação Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- SPINK, Mary Jane (org) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999. 296 p.
- SPINK, Mary Jane. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In: GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, 324 p. p. 117- 145.
- SPINK, Mary Jane (org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 311 p.
- STORCH, Andréa. **Ponte a Ponte - Investigando o significado das apropriações sócio-espaciais das margens do Rio Capibaribe nos Bairros da Madalena e das Graças**. 2000. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós- Graduação Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- TUAN, Yi-Fu. **Space and Place**. 8 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001. 235 p.
- VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve História de ruas e praças de São Luís**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Olímpica, 197. 204 p.